

ANAIIS

1º encontro da rede de observatórios *sobre as mulheres*

Organizadoras: Marina Alves Amorim, Maria Clara de Mendonça Maia e Ana Clara Batea



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-Governador

Mateus Simões

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretária

Silvia Caroline Listgarten Dias

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Luciana Lopes Nominato Braga

Vice-Presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG)

Diretora-Geral

Kamila Pagel de Oliveira

Coordenadora-Geral

Rosânia Rodrigues Sousa

Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade (Egedi)

Coordenadora

Marina Alves Amorim

Assessoria de Comunicação Social

Assessor-Chefe

Tiago Alves Silva

Diagramadora

Giovanna Santos Cardoso

Marina Alves Amorim
Maria Clara de Mendonça Maia
Ana Clara Baeta
Organizadoras

1º ENCONTRO DA REDE DE OBSERVATÓRIOS
SOBRE AS MULHERES: ANAIS

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
2025

© 2025, Fundação João Pinheiro. Egedi.

Alameda das Acácias, 70 – São Luiz/Pampulha

Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 4489711

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra por qualquer meio desde que citada a fonte. A elaboração dos textos foi de responsabilidade exclusiva de cada observatório.

Como citar este documento:

ENCONTRO DA REDE DE OBSERVATÓRIOS SOBRE AS MULHERES, 1. , 2025, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: FJP/Egedi, 2025. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/observaminas/>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

1º ENCONTRO DA REDE DE OBSERVATÓRIOS SOBRE AS MULHERES

Organização do evento: Marina Alves Amorim e Maria Clara de Mendonça Maia

Realização: Fundação João Pinheiro. Egedi

Local: Belo Horizonte

Data: 31 de março a 1º de abril de 2025

E56

Encontro da Rede de Observatórios sobre as Mulheres
(1.: 2025: Belo Horizonte)
1º Encontro da Rede de Observatórios sobre as Mulheres: anais. –
Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2025.

Vários autores.

Bibliografia.

Modo de acesso: <https://fjp.mg.gov.br/observaminas/>
ISBN 978-65-88757-24-6

1. Feminismo – Brasil. I. Amorim, Marina Alves. II. Maia, Maria Clara de Mendonça. III. Baeta, Ana Clara.

CDU 396(81)

SUMÁRIO

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA - SENADO FEDERAL.....	6
OBSERVATÓRIO NACIONAL DA MULHER NA POLÍTICA (ONMP) - CÂMARA FEDERAL.....	18
OBSERVATÓRIO MARIA BEATRIZ NASCIMENTO - GOVERNO SE.....	28
OBSERVATÓRIO MULHER - GOVERNO ES.....	34
OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SC - ALESC.....	42
OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO - MPAC.....	50
OBSERVATÓRIO INTERSECCIONAL DE GÊNERO DE MINAS GERAIS - OBSERVA MINAS.....	56
OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS DA MULHER DOS VALES JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM ..	65
EMANCIPAÇÃO.....	71
OBSERVATÓRIO MULHERES - UFSCAR.....	74
OBSERVATÓRIO DE GÊNERO E DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE - UNILA.....	81
INCT CALEIDOSCÓPIO SUL-SUDESTE.....	91

Observatório da mulher contra violência do Senado Federal

Adriana Martins Dornelas¹

Maria Teresa Firmino Prado Mauro²

Milene Harumi Tomoike³

Resumo

O artigo apresenta a trajetória do Observatório da Mulher do Senado, criado em 2016. Com foco em dados sobre violência contra mulheres, desenvolve pesquisas e parcerias como a Pesquisa Nacional e o Mapa da Violência para subsidiar políticas públicas.

Palavras-chave: Senado Federal. Mulher. Observatório. Violência doméstica. Dados.

¹ Assessora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal.

² Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal.

³ Assessora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres no Brasil exige respostas efetivas, fundamentadas em dados concretos. Para enfrentar esse desafio, é necessário dispor de informações sistematizadas que orientem políticas públicas e promovam transparência.

O Observatório da Mulher contra a Violência reúne, analisa e divulga dados sobre violência de gênero, contribuindo para aprimorar políticas públicas.

Este relatório apresenta um panorama da atuação do Observatório, detalhando sua estrutura, principais projetos, desafios e perspectivas futuras.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

A violência contra as mulheres no Brasil é um problema estrutural que se agravou ao longo das décadas, tornando-se tema de crescente atenção pública e legislativa. Dados mostram que, mesmo com avanços legais, como a Lei Maria da Penha (2006), os índices de agressões e feminicídios permaneceram alarmantes.

Diante desse cenário, o Congresso Nacional decidiu aprofundar a investigação sobre a situação da violência contra as mulheres no Brasil. Assim, em 2012, foi instaurada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, com o objetivo de diagnosticar o problema e apurar possíveis omissões do poder público na aplicação das políticas de proteção às vítimas. Durante um ano e meio de trabalho, a comissão realizou 24 audiências públicas, visitou equipamentos de atendimento a mulheres vítimas de violência, ouviu movimentos sociais e analisou centenas de documentos enviados pelos estados. O resultado foi um relatório final⁴, aprovado em 2013, que consolidou um diagnóstico detalhado da violência baseada em gênero e trouxe uma série de recomendações para os diversos poderes constituídos.

Uma dessas recomendações, a de criação de “observatórios de monitoramento, para dar conta do controle social, necessário para a eficácia da legislação em vigor” (p. 30), levou, anos depois, à criação do Observatório da Mulher no Senado Federal, formalizado em 2016 com a missão de consolidar e qualificar a produção de dados sobre violência contra as mulheres, além de fortalecer o monitoramento de informações e políticas públicas sobre o tema.

3 A CONEXÃO ENTRE O OBSERVATÓRIO E O INSTITUTO DATASENADO

A criação do Observatório passou por uma questão estratégica que precisou ser definida: onde o Observatório seria alocado dentro da estrutura administrativa do Senado?

A escolha foi vinculá-lo ao Instituto de Pesquisa DataSenado, uma decisão que não apenas fortaleceu a atuação do OMV, mas também consolidou o Senado como referência na produção e sistematização de dados sobre a violência contra as mulheres. Além disso, tanto o DataSenado quanto o Observatório fazem parte da estrutura da Secretaria de Transparência, órgão responsável por promover a transparência e o controle social, garantindo o acesso público a dados e informações produzidos ou custodiados pelo Senado Federal. Essa vinculação reforça a sinergia entre as três frentes, alinhando-se ao objetivo comum de oferecer dados qualificados para subsidiar o monitoramento de políticas públicas e fortalecer a função fiscalizadora do Senado.

⁴ Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher: relatório final. 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>. Acesso em: 10 mar. 2025

A vinculação ao DataSenado foi justificada por quatro razões principais:

- a) A expertise do DataSenado na análise de dados estatísticos: Como um organismo especializado em pesquisas de opinião e análises quantitativas, o instituto já possuía metodologia consolidada⁵ para interpretar dados e oferecer diagnósticos precisos. Para um observatório, que tem como um de seus pilares a sistematização de informações, essa experiência técnica era essencial;
- b) A qualidade técnica dos profissionais: O instituto reúne um time altamente qualificado, incluindo o único estatístico concursado do Senado, que atua diretamente com estatística na Casa, além de especialistas em ciências e engenharia de dados e analista legislativo especializado em opinião pública. Esse diferencial técnico assegura que as análises realizadas tenham rigor metodológico e sejam capazes de fornecer insumos confiáveis para o debate legislativo e para a formulação de políticas públicas;
- c) A trajetória do DataSenado no monitoramento da violência contra as mulheres: Desde 2005, antes mesmo da aprovação da Lei Maria da Penha, o instituto realiza a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher⁶, tornando-se o único organismo público a acompanhar essa questão de forma contínua e sistemática, em série histórica. Esse trabalho ininterrupto permitiu um acompanhamento consistente da efetividade das políticas de enfrentamento à violência de gênero e forneceu dados essenciais para o desenvolvimento de novas estratégias de proteção às mulheres;
- d) O papel do DataSenado na avaliação de políticas públicas: No documento “Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal”, elaborado pelas consultorias da Casa, propôs-se que o DataSenado integrasse o fluxo de trabalho das comissões na fiscalização do Poder Executivo. Isso reforçou o entendimento de que as pesquisas e análises do instituto são ferramentas essenciais para orientar a formulação e o aprimoramento das políticas públicas.

A conexão entre o OMV e o DataSenado foi, portanto, um movimento estratégico para garantir que a produção e a análise de dados fossem a base das ações do Observatório. A importância dessa estrutura foi destacada pela própria Senadora Simone Tebet, responsável pela criação do Observatório, que enfatizou a necessidade de um levantamento contínuo e confiável sobre a violência contra as mulheres:

É realmente colocar o Senado como uma referência no mundo. Não acredito que tenha em nenhuma república no globo terrestre um Senado com um instituto de pesquisa que vá, a partir de agora, fazer um estudo, todo um levantamento, um banco de dados unificado e confiável, para levantarmos realmente as estatísticas da violência contra a mulher, seja doméstica, seja fora de casa — Senadora Simone Tebet⁷.

Além da criação do Observatório por meio do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 64/2015,

⁵ Delineamento amostral das pesquisas DataSenado 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/galao-proceedings-vi-esamp-174405-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025

⁶ Pesquisa Nacional de Violência contra a mulher 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pesquisanacional>. Acesso em: 10 mar. 2025

⁷ Agência Senado. Observatório da Mulher contra a Violência será referência no mundo, diz Simone Tebet. 2016. Disponível em: [Observatório da Mulher contra a Violência será referência no mundo, diz Simone Tebet](#). — Senado Notícias. Acesso em: 8 mar. 2025

Simone Tebet também apresentou o PRS 65/2015, que formalizou o papel do Instituto DataSenado como responsável por auxiliar o OMV nas pesquisas e levantamentos sobre o tema.

A independência institucional do Observatório junto a estrutura legislativa é outro diferencial fundamental. Ao não estar diretamente subordinado a governos ou administrações temporárias, se consolida como um espaço de produção de conhecimento e articulação interinstitucional, mantendo-se como referência técnica capaz de subsidiar debates e ações de longo prazo. Isso permite que parlamentares, independentemente de sua filiação partidária, tenham acesso a diagnósticos fundamentados para embasar suas proposições e ações legislativas, promovendo maior efetividade na construção de políticas públicas para a proteção das mulheres.

4 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

De acordo com a resolução que instituiu o Observatório⁸, suas principais funções incluem:

- a) Reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher;
- b) Analisar e produzir relatórios com base em dados oficiais e públicos;
- c) Elaborar e coordenar pesquisas sobre políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher, bem como sobre o atendimento às vítimas;
- d) Propor e calcular indicadores específicos para aprimorar o monitoramento das políticas públicas;
- e) Promover estudos e pesquisas, contemplando estatísticas detalhadas sobre as causas, consequências e frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, considerando fatores como grau de parentesco, dependência econômica e cor ou etnia. O objetivo é sistematizar e unificar os dados nacionalmente, possibilitando a avaliação periódica das medidas adotadas;
- f) Apoiar e subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher, da Bancada Feminina do Senado Federal e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E EQUIPE

A equipe do Observatório da Mulher contra a Violência é composta por profissionais especialistas em políticas públicas de combate à violência contra a mulher, que, de forma dedicada, transformam dados brutos em análises qualificadas. Seu trabalho vai além da simples apresentação de números: cada estatística representa vidas e histórias que, ao serem compreendidas em profundidade, fundamentam propostas e aprimoramentos de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres.

Apesar da alta demanda e da complexidade das entregas, a equipe permanece comprometida com a produção de dados estratégicos que orientam decisões legislativas e aprimoram a transparência sobre o tema. No entanto, o quadro reduzido de profissionais se mantém

⁸ Senado Federal. Portal Observatório da Mulher contra a Violência. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv>. Acesso em: 12 mar. 2025.

como um dos principais desafios do Observatório, exigindo estratégias criativas e articulação constante com especialistas e instituições parceiras para garantir a continuidade e ampliação desse trabalho essencial.

6 A EVOLUÇÃO DO OMV E SEUS PROJETOS

Destacamos algumas das iniciativas que exemplificam a diversidade da atuação:

6.1 Projetos e Pesquisas

Pesquisa “Mulheres na Política”⁹ (2022)

Levantamento que investigou a experiência de candidatas e candidatos nas eleições brasileiras, analisando os desafios enfrentados por mulheres na disputa eleitoral. O estudo contribuiu para o debate sobre violência política de gênero e subsidiou propostas de políticas para ampliar a participação feminina nos espaços de poder.

Monitoramento das Políticas de Enfrentamento à Violência¹⁰ (2019/2020)

Documento que analisou o ciclo de avaliação das ações governamentais de combate à violência contra as mulheres, identificando avanços, desafios e lacunas nas políticas implementadas. O relatório serviu como subsídio para aprimoramentos legislativos e institucionais.

Fomento para a Criação de Observatórios Locais (2019)

Modelo de Observatório Local, implantado como projeto-piloto em Teresina-PI, possibilitando a produção e monitoramento de dados em nível municipal. A experiência serviu de referência para outras iniciativas e reforçou a importância da coleta descentralizada de informações sobre violência de gênero.

Livro “Histórias de Amor Tóxico”¹¹ (2020)

Publicação que reúne artigos que analisam a violência contra as mulheres como um problema estrutural. A obra discute as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero e busca ampliar a conscientização sobre o tema.

Pesquisa “Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”¹² (2018)

Estudo qualitativo que entrevistou especialistas e profissionais da rede de atendimento para identificar desafios e avanços na implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência. O estudo trouxe recomendações essenciais para a formulação de estratégias mais eficazes.

⁹ Pesquisa DataSenado: mulheres na política 2022. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/602950>. Acesso em: 8 mar. 2025.

¹⁰ Relatório Processo de Monitoramento e Avaliação das Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres - Ciclo de Avaliação 2019-2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/avaliacao-permanente-ciclo-2019-2020>. Acesso em: 8 mar. 2025

¹¹ Histórias de amor tóxico: a violência contra as mulheres – Brasília: Senado Federal, 2020.

¹² Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/menu/pesquisas/aprofundando-o-olhar-sobre-o-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Pesquisa “Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – DEAMs”¹³ (2017)

Levantamento inédito sobre as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) em todo o Brasil, identificando estrutura, dificuldades enfrentadas e boas práticas. A pesquisa foi fundamental para embasar políticas de fortalecimento dessas delegacias e para trazer à tona a importância da qualificação do atendimento.

6.2 Parcerias Estratégicas

Parcerias estratégicas com instituições nacionais e internacionais têm sido essenciais para ampliar o alcance das pesquisas e fortalecer políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero. Essas colaborações permitem o intercâmbio de dados, enriquecem as análises realizadas e garantem maior impacto dos estudos produzidos.

Entre as principais parcerias, destacam-se:

Ministério das Relações Exteriores (MRE): Permite a obtenção de dados sobre violência contra brasileiras no exterior, algo inédito no Brasil.

Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP): Cooperação técnica para análise e cruzamento de dados sobre violência de gênero no Brasil.

Instituto Natura (anteriormente Instituto Avon) e Gênero e Número: Parceiros na construção do Mapa Nacional da Violência de Gênero, ampliando a transparência das informações sobre a violência contra as mulheres no país.

Instituto Patrícia Galvão e Instituto Maria da Penha: Colaboração em campanhas, pesquisas e na disseminação de informações sobre violência contra as mulheres.

Fundação João Pinheiro: Cooperação acadêmica para aprimoramento metodológico das pesquisas.

Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e diversas Secretarias Estaduais e Municipais: Articulação para ampliar a visibilidade das pesquisas e garantir que os dados levantados sejam usados para aprimorar políticas públicas locais.

Observatório de Teresina: Modelo de observatório municipal que serviu de referência para o desenvolvimento de metodologias locais de monitoramento da violência de gênero.

6.3 Eventos e Audiências Públicas

Além da produção de dados, a participação em eventos e audiências públicas é fundamental para disseminar pesquisas e contribuir para a construção de políticas públicas baseadas em evidências. Esses espaços permitem apresentar dados inéditos, promover o debate qualificado e fortalecer a articulação institucional.

Entre os eventos e audiências de maior relevância no último ano, destacam-se:

Apresentação do Mapa Nacional da Violência de Gênero na ONU (CSW68 - 2024) Apresentação do Mapa Nacional da Violência de Gênero como exemplo de parceria e boas práticas.

¹³ Trabalhos OMV. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/trabalhosdoomv>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Audiência Pública na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) sobre dados estaduais da Pesquisa Nacional

Em 2024, foram apresentados os resultados por unidade da federação, permitindo uma análise inédita sobre os diferentes padrões de violência em cada estado.

Audiência Pública na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher sobre violência política de gênero

Contribuição em debates legislativos sobre a violência contra mulheres na política, levando dados que demonstram os desafios enfrentados pelas candidatas e parlamentares.

Eventos acadêmicos e conferências internacionais

Eventos acadêmicos e conferências internacionais, compartilhamento de metodologias e estudos que possam inspirar a criação de políticas públicas mais eficazes.

6.4 Principais Projetos Atuais

Destacam-se entre os trabalhos mais relevantes o Mapa Nacional da Violência de Gênero e a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, atualmente os principais produtos desenvolvidos:

6.4.1 Mapa Nacional da Violência de Gênero

O Mapa Nacional da Violência de Gênero¹⁴ é uma plataforma interativa de dados lançada em 2023 em parceria com o Instituto Natura e a organização de jornalismo de dados Gênero e Número. Trata-se de uma ferramenta inovadora que reúne, em um único ambiente digital, dados nacionais sobre a violência de gênero, integrando informações provenientes de diferentes bases governamentais.

A importância do Mapa

A transparência e a sistematização dos dados sobre a violência contra a mulher sempre foram desafios no Brasil. Os registros existentes muitas vezes são fragmentados, desatualizados ou inconsistentes, dificultando análises comparativas e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. O Mapa Nacional da Violência de Gênero foi criado justamente para suprir essa lacuna, consolidando estatísticas e indicadores de diversas fontes oficiais: Banco Nacional de Boletins de Ocorrência (Sinesp – Ministério da Justiça e Segurança Pública); DataJud (Conselho Nacional de Justiça); SIM e Sinan (DataSUS – Ministério da Saúde); registros de violência contra brasileiras no exterior (Ministério das Relações Exteriores) e a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (Instituto DataSenado/OMV).

Os números disponibilizados pelo Mapa são apresentados em séries históricas, gráficos interativos e recortes regionais e étnico-raciais, permitindo análises detalhadas da violência de gênero no Brasil.

¹⁴ Mapa Nacional da Violência de Gênero. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/institucional/datase-nado/mapadaviolencia/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Destaques e inovações

Índice de Subnotificação Policial: Criado a partir da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, esse índice estima a quantidade de vítimas que não procuram as autoridades policiais, oferecendo uma visão mais realista do problema.

Expansão Internacional: Em novembro de 2024, foi lançada uma nova seção, denominada “Registros Internacionais”, que disponibiliza dados inéditos sobre a violência contra brasileiras no exterior. Essa base foi desenvolvida em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e fornece informações sobre pedidos de ajuda registrados em consulados brasileiros ao redor do mundo.

6.4.2. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher

Pesquisa que antecedeu a criação da Lei Maria da Penha, com série histórica ininterrupta desde 2005, é o estudo mais longo e abrangente sobre violência doméstica contra mulheres no Brasil, já entrevistou mais de 34 mil mulheres.

Destaques da 10ª Edição (2023 – 2024)

A edição mais recente da pesquisa, lançada em 2023, foi a maior já realizada, com 21.787 entrevistas. Esse volume de respostas possibilitou, pela primeira vez, a análise detalhada da violência contra a mulher em nível estadual. Os dados foram apresentados publicamente em audiência pública no Senado Federal, e os resultados divulgados na mídia.

Novidades da edição:

Inclusão de mulheres trans e travestis: Pela primeira vez, foram entrevistadas 21 mulheres trans e travestis, gerando um relatório inédito sobre a violência contra essa população.

Recorte racial: Em novembro de 2024, os dados foram desagregados por raça e etnia, destacando as desigualdades na violência sofrida por mulheres negras. O lançamento desse recorte foi divulgado na imprensa, incluindo reportagens na Globo News, CNN Brasil e Correio Braziliense.

7 RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

O Mapa Nacional da Violência de Gênero recebeu importantes premiações e foi apresentado em eventos de destaque global. Convidado pelo Pacto Global da ONU, o Mapa foi exibido na 68ª CSW (Comissão sobre a Situação das Mulheres), o maior evento mundial sobre direitos das mulheres, realizado na sede da ONU, em Nova York. A plataforma foi selecionada como exemplo de boas práticas e parceria público-privada.

O reconhecimento também chegou ao setor tecnológico: o Mapa foi selecionado como case nacional pela Qlik, empresa global de business intelligence e análise de dados, sendo apresentado no evento Gartner, em São Paulo. Internacionalmente, foi destaque no Qlik Connect, em Orlando, como case global. Entre projetos de diversos países, conquistou o prêmio Global Transformation na categoria Global Impact, tornando-se o primeiro projeto brasileiro a receber essa premiação.

Encerrando 2024, o Mapa também foi finalista do Troféu Rastilho, um dos maiores reconhecimentos brasileiros na área de divulgação de dados e transparência pública. Mesmo sem a vitória, ser finalista reforçou o impacto e a relevância da iniciativa.

Além disso, o Mapa foi o grande vencedor do prêmio Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados, na categoria Dados Abertos, um dos mais importantes prêmios da América Latina na área, organizado pela Escola de Dados, Abraji e Transparência Brasil. O projeto concorreu com veículos de renome como a Folha de S.Paulo e a Revista Piauí.

Desde seu lançamento, o Mapa já registrou mais de 50 mil acessos e tem sido amplamente divulgado na imprensa, com mais de 1.000 publicações nos principais veículos de comunicação do país, alcançando um público potencial de 146 milhões de pessoas.

8 DESAFIOS INSTITUCIONAIS E ESTRUTURAIS

Apesar dos avanços alcançados e do reconhecimento crescente do trabalho, alguns desafios persistem e exigem enfrentamento para garantir a continuidade e expansão das ações do setor.

Um dos principais entraves diz respeito à limitação de recursos humanos. A equipe atual, ainda reduzida, tem se desdobrado para atender à crescente demanda de projetos, pesquisas e articulações institucionais, acumulando diversas frentes de trabalho essenciais para o fortalecimento das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. No entanto, o número restrito de profissionais compromete a agilidade na execução das atividades, sobrecarrega os servidores e restringe a capacidade de absorver novos projetos estratégicos, que poderiam ampliar ainda mais o alcance e o impacto das ações.

Além disso, a atual configuração administrativa do Observatório na estrutura organizacional do Senado Federal demanda revisão. Instituído como Assessoria Técnica vinculada ao Instituto DataSenado, subordinado à Coordenação-Geral da área, o OMV vem desempenhando funções que, na prática, exigem maior autonomia administrativa e decisória. Dada a relevância e a abrangência das atribuições do Observatório — incluindo a assinatura e gestão de acordos de cooperação com instituições nacionais e internacionais, a responsabilidade por projetos como o Mapa Nacional da Violência de Gênero e a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, bem como o compromisso com a produção contínua de dados qualificados —, a elevação de seu status institucional para Coordenação se mostra não apenas pertinente, mas necessária.

9 RUMO AO FUTURO

A trajetória do Observatório já gerou resultados importantes, mas há novos desafios e oportunidades para ampliar o alcance das ações e garantir que dados confiáveis continuem subsidiando políticas públicas eficazes de enfrentamento à violência contra as mulheres.

9.1 Continuidade e aperfeiçoamento da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher

Nos próximos anos, o esforço será manter a pesquisa de forma contínua e aperfeiçoada, com amostras robustas que possibilitem recortes estaduais, raciais, de identidade de gênero e outras dimensões essenciais para compreender a violência de gênero em sua diversidade

9.2 Consolidação do Mapa Nacional da Violência de Gênero

Com os dados já disponíveis, o próximo passo é expandir e atualizar continuamente a plataforma, transformando o Mapa na maior referência interativa sobre o tema no país. Para isso, está em curso processo de oficialização de parcerias adicionais com órgãos como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ipea e o Conselho Nacional de Justiça, entre outros, integrando novos conjuntos de dados periodicamente.

9.3 Expansão das parcerias e redes de cooperação

A ampliação de parcerias estratégicas será fundamental para alcançar os objetivos previstos. Além dos colaboradores já envolvidos, há planos para estabelecer novas cooperações e fortalecer a atuação em diferentes frentes, com destaque para a criação da Rede Nacional de Observatórios da Mulher. A proposta da rede surgiu a partir de demanda da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) e tem como objetivo fortalecer o ecossistema de dados no país, promovendo maior integração entre órgãos que atuam na temática e conectando iniciativas estaduais e municipais voltadas à coleta, monitoramento, divulgação e transparência de informações oficiais sobre a situação da mulher, especialmente no que se refere à violência doméstica.


9.4 Inclusão e diversidade

Visando tornar os dados e estudos cada vez mais inclusivos e representativos, haverá atenção especial a grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade específica – como mulheres negras, mulheres trans e travestis, mulheres ribeirinhas, do campo, das florestas e quilombolas. Aprofundar pesquisas e ações focalizadas nesses públicos permitirá compreender os diferentes contextos da violência de gênero e assegurar que as particularidades de cada segmento sejam consideradas na formulação de políticas.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua criação, o Observatório da Mulher contra a Violência tem desempenhado papel estratégico na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero no Brasil. Sua atuação baseada em dados concretos fortalece o embasamento técnico para a tomada de decisões legislativas e permite que o Senado Federal exerça, de forma mais qualificada, suas funções de proposição, fiscalização e aprimoramento de políticas públicas.

Como órgão vinculado ao parlamento, o Observatório se destaca por sua capacidade de acompanhar o ciclo completo das políticas públicas, desde a identificação do problema até a análise dos impactos das medidas implementadas. Diferentemente de órgãos executivos, que frequentemente sofrem descontinuidades devido a mudanças de governo e gestão, o Observatório se beneficia da estrutura do Senado, cujos mandatos mais longos oferecem tempo suficiente para a pesquisa, o desenvolvimento e a avaliação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Essa continuidade garante que as análises não sejam fragmentadas, permitindo um monitoramento aprofundado e consistente ao longo dos anos.



Além disso, o Observatório desempenha um papel essencial no fortalecimento do controle social e da transparência, garantindo que as políticas públicas sejam avaliadas com base em evidências e não apenas em agendas políticas momentâneas. Seu trabalho na sistematização de dados, aliado à realização de pesquisas como a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher e o Mapa Nacional da Violência de Gênero, possibilita que o parlamento não apenas legisle de forma mais precisa, mas também atue de maneira mais eficaz na fiscalização do cumprimento das leis e programas já existentes.

Dessa forma, o Observatório da Mulher contra a Violência cumpre função essencial dentro do Senado Federal: garantir que o enfrentamento à violência contra as mulheres não seja uma pauta reativa ou episódica, mas sim uma agenda contínua, baseada em evidências, transparente e voltada para resultados efetivos. Sua atuação fortalece o compromisso do parlamento com a erradicação da violência de gênero e com a construção de uma sociedade mais justa e segura para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2015.** Cria o Observatório da Mulher contra a Violência no âmbito do Senado Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Instituto DataSenado. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher:** 2023. Brasília, DF: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Mapa Nacional da Violência de Gênero.** Brasília, DF: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência; Instituto Natura; Gênero e Número, 2023. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.senado.leg.br>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Referencial para avaliação de políticas públicas no Senado Federal.** Brasília, DF: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher.** Brasília, DF: Senado Federal, 2013.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Instituto Maria da Penha. **Parcerias e campanhas de enfrentamento à violência contra as mulheres.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/instituto-patricia-galvao/>; <https://www.institutomariadapenha.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2025.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. **Histórias de amor tóxico.** Brasília, DF: Senado Federal, 2020.

Observatório Nacional da Mulher na Política como estratégia de engajamento público na Câmara dos Deputados

Ana Cláudia Oliveira¹⁵

Cristiane Brum Bernardes¹⁶

Resumo

O artigo apresenta brevemente o histórico de criação do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) da Câmara dos Deputados, descreve sua estrutura e seu funcionamento, abordando suas potencialidades enquanto órgão técnico-político de articulação, e finaliza com uma reflexão sobre as limitações encontradas para a realização das atividades. Com o objetivo de promover a interlocução e a articulação entre os saberes produzidos na academia e no processo legislativo, o ONMP está conectado à função formativa ou educativa dos parlamentos, já descrita na literatura, servindo para o engajamento público da instituição. Dentro desse escopo teórico, percebe-se que os parlamentos são instituições essenciais ao funcionamento das democracias representativas cujo papel também passa pela disseminação de valores e conhecimentos necessários à manutenção do sistema político, ponto que justifica a criação de estruturas como o ONMP dentro das Casas Legislativas.

Palavras-chave: Poder legislativo. Observatório Nacional da Mulher na Política. Câmara dos Deputados. Engajamento público. Gênero e política.

¹⁵ Analista Legislativa da Câmara dos Deputados, atua desde 2022 como Coordenadora de Pesquisas do ONMP. Mestra em Igualdade e Gênero e Especialista em Parlamento e Direito.

¹⁶ Articuladora institucional do ONMP. Doutora em Ciência Política. Docente e pesquisadora do Mestrado. Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados.

1 INTRODUÇÃO

O Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) foi uma estrutura criada, em 2021, no âmbito da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, com o objetivo de investigar, produzir, agregar e disseminar conhecimento sobre a atuação política das mulheres no Brasil. Dois instrumentos normativos regulamentam o seu funcionamento desde então: a [Portaria nº 12, de 29 de junho de 2021](#), e os parágrafos 10 e 11 do art. 20-A do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cujas alterações foram incluídas pela [Resolução da Câmara dos Deputados nº 35, de 2022](#).

Inaugurada em 2013, a Secretaria da Mulher é um órgão de natureza política e institucional “que atua em benefício da população feminina brasileira, buscando tornar a Câmara dos Deputados um centro de debate das questões relacionadas à igualdade de gênero e à defesa dos direitos das mulheres no Brasil e no mundo” (RICD, art. 20-A, *caput*). Além do Observatório, integram formalmente a Secretaria da Mulher outros três núcleos: a Coordenação dos Direitos da Mulher (também chamada de Coordenação da Bancada Feminina), a Procuradoria da Mulher e o Comitê de Defesa da Mulher contra o Assédio Moral ou Sexual (este último incluído no RICD em 2018, mas nunca instalado). As três estruturas em funcionamento na Secretaria da Mulher funcionam sob a coordenação de parlamentares (uma coordenadora-geral e três adjuntas para cada núcleo), eleitas a cada dois anos respeitando-se a proporcionalidade partidária da Bancada Feminina para distribuição das vagas, e contam uma equipe técnica de 21 servidoras no total, divididas entre servidoras do quadro efetivo da Casa e ocupantes de cargos de natureza especial (de livre nomeação e exoneração) indicadas pelas parlamentares eleitas para a coordenação.

Quando o ONMP foi criado, em 2021, 77 mulheres haviam sido eleitas no pleito de 2018 para a Câmara dos Deputados, ocupando cerca de 15% das vagas da casa legislativa – um quantitativo 50% maior que o da legislatura imediatamente anterior. Nesse mesmo processo eleitoral, aumento similar ocorreu em âmbito estadual, quando as mulheres eleitas passaram de cerca de 11% dos assentos das assembleias legislativas de todo o país para quase 15,5% dos cargos de deputado estadual.

Tal crescimento histórico poderia ser em parte explicado pela mudança, ocorrida em 2018, nas regras de financiamento de campanhas de mulheres, que passaram a obrigar os partidos a distribuir os recursos Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) em quantidade equivalente ao percentual de candidaturas femininas de suas listas eleitorais para cargos proporcionais. O sistema de cotas de gênero para as eleições está em vigor desde meados da década de 1990 e passou por mudanças significativas desde então, ampliando a sua efetividade como medida de ação afirmativa ao longo do tempo.

Quando a ideia do Observatório estava sendo gestada, também estava em tramitação no Congresso Nacional o projeto de lei que daria origem à lei de enfrentamento à violência política contra a mulher, sancionada em agosto de 2021 como a Lei nº. 14.192. A nova norma, além de introduzir no arcabouço legislativo nacional a definição de violência política de gênero, também transforma essa conduta em crime eleitoral, com pena de até seis anos de reclusão e multa.

O ONMP nasce, portanto, em um momento repleto de transformações e acontecimentos políticos relevantes para os estudos sobre a sub-representação feminina na política brasileira, o

que despertou na Bancada Feminina da Câmara Federal (e em integrantes da equipe técnica da Secretaria da Mulher) o desejo de criar uma estrutura que viabilizasse o acompanhamento sistemático de dados e evidências de pesquisa relacionados à participação feminina na política, abrangendo desde o ingresso das mulheres nos processos de recrutamento e disputas eleitorais até a sua atuação nos cargos eletivos.

Assim, o ONMP foi criado, dentro da estrutura da Secretaria da Mulher e em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Federal, com a missão institucional de fomentar pesquisas e centralizar dados sistematizados sobre a participação das mulheres na política para subsidiar a formulação e o aprimoramento das ações afirmativas voltadas ao fortalecimento da presença das mulheres nos espaços de poder. Baseando suas iniciativas em dados e evidências científicas, o Observatório objetiva conectar o que há de mais recente nas pesquisas sobre representação feminina na política com a atuação das deputadas federais nos processos de reforma do arcabouço legal político e eleitoral brasileiro.

Neste artigo, apresentamos brevemente o histórico de criação do órgão e relacionamos o seu funcionamento e seus objetivos ao conceito de engajamento público (Leston-Bandeira, 2014; 2016; Leston-Bandeira; Siefken, 2023). Segundo a formulação original de Leston-Bandeira (2014), o engajamento público é composto por cinco possibilidades do ponto de vista dos cidadãos: a) acesso à informação; b) desenvolvimento de compreensão sobre o parlamento; c) percepção da importância da instituição e identificação da relevância de suas atividades para a própria vida; d) motivação para participação nos resultados do processo legislativo; e e) possibilidade de intervenção e engajamento com parlamentares na discussão e decisão. Mais recentemente, a autora identifica o engajamento como uma das funções dos parlamentos (Leston-Bandeira; Siefken, 2023),

O objetivo do ONMP de promover a interlocução e a articulação entre os saberes produzidos na academia e no processo legislativo, portanto, está conectado à função formativa ou educativa dos parlamentos (Braga; Mitozo; Tadra, 2016), já descrita na literatura. Dentro desse escopo de reflexão, percebe-se que os parlamentos são instituições essenciais ao funcionamento das democracias representativas cujo papel também passa pela disseminação de valores e conhecimentos necessários à manutenção do sistema político.

Após a descrição da estrutura e do funcionamento do ONMP no próximo item, discutimos algumas de suas potencialidades e as limitações encontradas para o pleno desenvolvimento das atividades propostas, a partir do conceito de engajamento público.

2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ONMP

A atuação do ONMP está estruturada em três eixos temáticos: a) Violência Política contra a Mulher; b) Atuação Parlamentar e Representatividade Feminina; e c) Atuação Partidária e Processos Eleitorais. Esses eixos orientam a produção de conhecimento e o monitoramento da realidade política das mulheres, permitindo um diagnóstico mais preciso das barreiras enfrentadas e das estratégias necessárias para superá-las.

Cada um desses eixos de pesquisa conta com uma parlamentar coordenadora e o Observatório como um todo tem uma parlamentar que atua como coordenadora-geral – todas eleitas no

mesmo pleito que elege as demais coordenadoras da Secretaria da Mulher, respeitando-se a proporcionalidade partidária da Bancada Feminina. Também compõem formalmente a estrutura do Observatório o seu conselho consultivo, integrado por representantes (parlamentares ou não) de assembleias legislativas de todo o Brasil, representantes de instituições públicas e agências multilaterais e representantes de entidades da sociedade civil. Por fim, cada eixo de pesquisa também conta com cerca de uma dezena de pesquisadoras e pesquisadores associados: profissionais que atuam na academia, em instituições de pesquisa, partidos políticos e entidades públicas ou privadas (sem fins lucrativos) voltadas para a pauta de participação feminina na política.

O trabalho do Observatório é realizado majoritariamente a partir do estabelecimento de parcerias com as pesquisadoras e entidades formalmente associadas, mas não só, já que constantemente novas alianças são formadas com pessoas e instituições que compartilham os interesses de pesquisa e atuação do ONMP. Um dos pontos centrais da atuação do ONMP, portanto, envolve a formalização de parcerias e a captação de recursos, com o objetivo de garantir o financiamento e a execução de pesquisas externas que dialoguem com os eixos temáticos do Observatório. Essa estratégia visa tanto a destinação de recursos públicos quanto o incentivo à captação de recursos privados por instituições de pesquisa e pesquisadoras parceiras.

O estabelecimento dessas parcerias torna possível a sistematização e a análise de dados que incluem aqueles produzidos pela Justiça Eleitoral (durante os pleitos e no julgamento de ações), os produzidos pelo Poder Legislativo (em âmbito nacional e local) relativos ao acompanhamento da produção legislativa das parlamentares, aqueles relacionados às denúncias e relatos de situações de violência política vivenciadas por mulheres políticas (presencial e digitalmente), bem como à identificação de boas práticas institucionais e intrapartidárias por diferentes métodos de pesquisa, entre outros. Este arcabouço de produtos de pesquisa é utilizado para apoiar o trabalho da Câmara dos Deputados e de outros órgãos responsáveis pelo desenho e implementação de políticas públicas voltadas para a equidade na política.

A equipe técnica que integra o Observatório, composta de duas servidoras do quadro efetivo da Câmara, é responsável por articular as demandas das parlamentares, estabelecer e gerir as parcerias e realizar as demais atividades de caráter técnico que possibilitam o seu funcionamento dentro da Secretaria da Mulher.

Em pouco mais de três anos de existência, o ONMP já firmou parcerias para: o desenvolvimento de painéis dinâmicos de dados eleitorais e de atuação das parlamentares ([Sistema de Monitoramento sobre Mulheres na Política](#)); o acompanhamento em tempo real da participação feminina em duas eleições ([Universidade de Brasília, nas eleições de 2022](#) e [Universidade Federal de Goiás, no pleito de 2024](#)); pesquisa relacionada à atuação de prefeitas na região Nordeste ([Gênero, Gestão Pública e a Desenvolvimento Sustentável](#)); um estudo sobre os casos de violência política de gênero e raça monitorados pelo Ministério Público Federal desde a aprovação da Lei 14.192/2021 ([Monitor da Violência Política de Gênero e Raça 2021/23](#)); a execução de um projeto de acolhimento psicossocial para candidatas em situação de violência política ([Entre Nós, Candidatas](#)); entre outras.

Além disso, o Observatório organizou quase duas dezenas de [eventos](#) entre 2021 e 2024 e mobilizou seus grupos de pesquisadoras e entidades parceiras para atuarem nos movimentos de

incidência das últimas reformas eleitorais em discussão no Congresso Nacional e nas audiências públicas que coletaram contribuições para as resoluções eleitorais publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral para as eleições de 2022 e 2024.

3 DESAFIOS E OBSTÁCULOS À AÇÃO

Apesar de todas as iniciativas, pesquisas, atividades e eventos realizados pela equipe e pelas pesquisadoras associadas desde a sua criação, em 2021, o ONMP enfrenta uma série de desafios e obstáculos para a estruturação das ações concretas que fazem parte de sua finalidade, especialmente no longo prazo. De modo geral, os obstáculos decorrem da incompreensão de gestores burocráticos da instituição legislativa sobre as atribuições específicas do Observatório, com o seu caráter articulador entre o campo acadêmico e o campo político.

A primeira e mais aguda dificuldade é a **falta de estrutura de pessoal**, pois atualmente, como já mencionado, o ONMP conta com apenas duas servidoras de carreira, sem a previsão de contratação de terceirizados ou mesmo da atração de funcionários em cargos de natureza especial, que são opções comumente adotadas na Câmara dos Deputados para que setores recém-criados possam estruturar seu trabalho com a quantidade mínima de servidores necessários e alguma variedade nas habilidades apresentadas pela equipe. Ao contrário da Procuradoria da Mulher e da Coordenação da Bancada Feminina, os outros dois órgãos que compõem a Secretaria da Mulher, o ONMP não conta com cargos de natureza especial designados pelas parlamentares que exercem a coordenação geral ou dos eixos de pesquisa.

A limitação de recursos humanos ocasiona problemas em diferentes instâncias e atividades, afetando especialmente a definição e os prazos de realização de processos de trabalho permanentes, tais como o tempo médio de revisão para publicização de produtos de pesquisas realizadas por parceiros, a realização de ações de comunicação, a articulação e o acompanhamento de parcerias, além de impedir trabalhos técnicos como a melhoria do site do ONMP e a atualização e o aprimoramento constantes do *Sistema de Monitoramento sobre Mulheres na Política*. O engajamento das pesquisadoras associadas e das entidades membras do Conselho Consultivo no trabalho do Observatório também é dificultado, pois simplesmente não há tempo para realização das tarefas de interação e contato, tais como reuniões periódicas ou comunicação mais direcionada.

Em segundo lugar, a **falta de recursos financeiros próprios** dificulta a realização dos eventos, além de gerar uma falta de incentivos para engajamento das pesquisadoras em projetos de interesse do ONMP. Em 2024, por exemplo, em mais de uma ocasião, o Observatório teve dificuldades ou mesmo ficou impossibilitado de trazer pessoas a Brasília para seus eventos, assim como de enviar as servidoras para reuniões ou eventos acadêmicos em diferentes cidades do país. Isso levou a equipe a optar pela realização de eventos *online*, o que nem sempre é suficiente e o mais adequado para a articulação entre o campo acadêmico, o campo social e as deputadas.

Para estimular a realização de pesquisas dentro do seu campo de interesse, uma de suas missões fundamentais, a estratégia da equipe do Observatório foi concentrar esforços para viabilizar, desde 2021, a destinação e a gestão de emendas parlamentares aprovadas pela Comissão de

Defesa dos Direitos da Mulher ou apresentadas individualmente por deputadas conectadas à causa da pesquisa e da educação. Os recursos incluídos no Orçamento Federal por meio dessas emendas foram (ou seriam) direcionados para grupos de pesquisa em instituições públicas de ensino superior e fundações de pesquisa com atuação na área de gênero e política.

Contudo, ao longo dos anos, percebeu-se que esta é uma estratégia sujeita a riscos e incertezas, podendo ou não atingir o seu objetivo final, que é garantir a destinação de recursos financeiros para bolsas, sistemas e outros insumos necessários à execução de pesquisas. Isso ocorre porque a liberação dos recursos de emendas, especialmente as de comissões, está sujeita a negociações políticas que decorrem da relação entre Legislativo e Executivo e dos fatores conjunturais que afetam a elaboração do Orçamento da União. Efetivamente, a equipe do ONMP não tem nenhum controle sobre a destinação das emendas ou sobre o processo burocrático de execução delas pelos ministérios, algo que nem mesmo as deputadas podem controlar. Assim, apesar da energia despendida nesta tarefa pela equipe nos últimos anos, os resultados apresentados até o momento ficaram muito aquém do que seria desejado, prejudicando a própria articulação com as pesquisadoras e as parlamentares.

Uma última dificuldade estrutural diz respeito à **falta de espaço físico adequado** para a realização das atividades do Observatório. Atualmente, as servidoras do ONMP ficam alocadas na sala da Secretaria da Mulher, localizada no Edifício Principal da Câmara dos Deputados. Neste espaço, não há um local reservado para despachar com as deputadas que coordenam o ONMP ou mesmo para realizar reuniões delas com as pesquisadoras ou com integrantes da sociedade civil. Além disso, mesmo que o ONMP conseguisse novos servidores, não haveria espaço suficiente para que eles fossem alocados no espaço físico atual.

Em 2023, para solucionar esse problema, a equipe obteve uma nova sala, com uma mesa de reuniões e três baias disponíveis para as servidoras. Para chegar a esta sala, porém, é preciso se deslocar para um edifício anexo, usar o elevador para subir até o 27º andar e, por fim, subir mais um andar de escadas. A localização inviabiliza o uso cotidiano da sala, devido à distância dos locais onde parlamentares e integrantes de movimentos sociais mais circulam no Congresso Nacional, especialmente os plenários de comissões e o Plenário principal da Casa. Além disso, distância da equipe do Observatório das demais integrantes da Secretaria da Mulher inviabiliza o seu adequado funcionamento, já que, por não dispor de quadro próprio, o ONMP depende diretamente das demais estruturas da Secretaria para funções cotidianas de caráter administrativo, logístico, comunicacional, entre outros. Assim, a nova sala tem sido utilizada apenas esporadicamente pelas servidoras para a realização de reuniões *online* ou atividades que exigem maior concentração, por ser mais silenciosa.

É importante destacar que, mesmo com o apoio incondicional das parlamentares que coordenaram o ONMP nos últimos anos, tais obstáculos de ordem administrativa e orçamentária ainda não foram superados. Algo que sinaliza um possível desconforto gerado internamente nas instituições políticas pelas iniciativas para igualdade de gênero e pela abertura à sociedade civil por meio de atividades de engajamento público.

4 POTENCIALIDADES DO ONMP

A descrição dos obstáculos enfrentados pelo ONMP ilustra algumas das dificuldades que as burocracias parlamentares têm para implementar iniciativas destinadas à igualdade de gênero, especialmente aquelas que se situam na interface entre academia e política. A superação desses entraves permitiria ao Observatório estruturar melhor suas atividades, de forma mais sistemática e racional, além de obter mais qualidade na articulação entre os campos acadêmico e político.

Entre as potencialidades do ONMP está o seu funcionamento como um **repositório** de informações sobre pesquisas realizadas no Brasil e no mundo sobre o tema de representatividade feminina na política e como um **hub** para as pesquisadoras interessadas no tema. Atualmente, o Observatório disponibiliza em sua página apenas os produtos das pesquisas nas quais atua como parceiro, ainda que o trabalho de coleta e seleção de pesquisas externas sobre assuntos relacionados aos três eixos temáticos já tenha começado, com a publicação de alguns estudos na Biblioteca Digital do portal da Câmara. A página de armazenamento dessas publicações, contudo, ainda se encontra em formato experimental dentro do portal institucional, por isso não recebeu uma ampla campanha de divulgação. Após sua estruturação em um formato mais atrativo, será possível desenvolver estratégias de divulgação dessas pesquisas em parceria com órgãos da Casa para criar mais possibilidades de acesso ao conhecimento produzido por meio das pesquisas.

Já mencionado neste artigo, o **Sistema de Monitoramento sobre Mulheres na Política** é uma iniciativa do ONMP em pleno funcionamento e que surgiu a partir da demanda de pesquisadoras da área. O sistema é composto por uma série de painéis informativos que sistematizam dados abertos do TSE sobre a eleição de mulheres para os cargos eletivos do país e informações da própria Câmara sobre a atuação das mulheres em postos de poder dentro da instituição legislativa. A ideia é estender o monitoramento para todas as casas legislativas do país, o que ainda é dificultado não só pelos problemas estruturais do Observatório, mas também pela falta de transparência das instituições e obstáculos ao acesso dos dados abertos produzidos por elas. Acredita-se que o monitoramento geral, nos três níveis da federação, serviria para apresentar aos legisladores e aos cidadãos o panorama geral da representação política das mulheres no Brasil.

Seminários presenciais ou virtuais, eventos acadêmicos e de incidência política, livros, infográficos, podcasts e reportagens especiais são apenas algumas possibilidades de **produtos de divulgação científica** que podem resultar do material de pesquisa produzido pelas instituições parceiras e pesquisadoras associadas ao ONMP. Tais produtos são meios para interação da comunidade acadêmica com as parlamentares e com a população, em um movimento de criação de uma comunidade de especialistas, ativistas e políticas interessadas no tema. Exemplos desses produtos já realizados são o livro [O que é violência política contra a mulher?](#), em sua 3ª edição; o [quadro Mulheres na Política do programa Mulheres de Palavra](#), da Rádio Câmara, iniciado em 2023; e os [videocasts do projeto de acolhimento psicossocial Entre Nós, Candidatas](#), divulgados na plataforma de educação à distância da Escola da Câmara, no ano passado. O potencial de criação de um número muito maior de produtos dessa natureza pelo Observatório é imenso, o que aumentaria bastante a visibilidade da pauta, porém isso exigiria um incremento substancial da equipe, especialmente com a integração de especialistas em design e comunicação digital.

O desenvolvimento de estratégias para ampliar o **financiamento de pesquisas** no país via parcerias com instituições de fomento, entidades privadas e organismos internacionais de financiamento é outra potencialidade do ONMP mal aproveitada até este momento, por conta das dificuldades descritas na seção anterior. O mapeamento de editais de fomento e de financiamento de pesquisa é apenas uma das tarefas mais básicas que poderia ser realizada, mas a articulação direta dos financiadores com as equipes de pesquisa, para garantir uma produção científica de qualidade e com resultados aplicáveis na elaboração de políticas públicas baseadas em evidências, seria o objetivo final.


Nesse sentido, uma estratégia paralela de produção de conhecimento qualificado sobre a temática poderia ser o **desenvolvimento de pesquisas próprias**, de caráter aplicado, a partir das demandas diretas de parlamentares e da própria burocracia legislativa. A contratação de uma equipe de pesquisadores (via contratos de terceirização ou por concurso) para desenvolver investigações nos três eixos temáticos do ONMP consolidaria a vocação da Câmara dos Deputados para produção de conteúdo qualificado sobre o processo legislativo, assim como integraria ao cotidiano da instituição a produção de evidências empíricas como base para o trabalho parlamentar. Para alcançar tais potencialidades, contudo, o Observatório demandaria uma equipe mínima composta por servidores encarregados de supervisão, gestão administrativa e comunicação para disseminação das pesquisas produzidas internamente. No atual modelo de gestão, isso não parece ser um objetivo alcançável no curto prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas essas potencialidades do ONMP estão diretamente relacionadas a quatro ações possíveis das instituições em relação ao público: informar, educar, consultar e participar (Leston-Bandeira; Siefken, 2023) destinadas a estreitar a conexão entre os cidadãos e a Casa legislativa. E, especialmente, destinadas a construir uma percepção comum sobre a importância da participação igualitária de homens e mulheres na política para a qualidade da democracia.

Segundo os autores, o engajamento público parlamentar institucional é composto por atividades que facilitam a interação entre cidadãos e o legislativo com o potencial de empoderar os cidadãos e melhorar as funções legislativa, fiscalizatória e representativas dos parlamentos (Leston-Bandeira; Siefken, 2023, p. 369). Sabemos que é difícil medir o real impacto das atividades de engajamento para os cidadãos participantes e também para aqueles que não se engajam com a instituição política. Mais desafiador ainda é medir o impacto efetivo de tais atividades sobre a imagem pública da instituição ou a confiança dos cidadãos no regime político. Entre os teóricos ainda é uma questão em aberto saber se o engajamento público realmente contribui para mais apoio, legitimidade, melhor compreensão, melhor legislação e mais envolvimento dos cidadãos com a política.

De qualquer forma, os estudos sobre o tema indicam que o engajamento pode combater o sentimento de desconexão e desconfiança sobre o mundo político, que é identificado como um dos fatores para o discurso antipolítica e que redundam na defesa de soluções autoritárias para os problemas comuns. Além disso, a produção e a disseminação de valores democráticos como a igualdade e justiça, eixos fundamentais da demanda por participação paritária das mulheres, são necessários para o enfrentamento das ondas autoritárias que assolam as democracias contemporâneas.



Além disso, nossa experiência como integrantes da equipe técnica do Observatório nos permite afirmar que, apesar dos desafios para aprimorar sua estruturação, a integração entre a produção acadêmica e o trabalho parlamentar gerou inúmeros resultados positivos, tanto para a produção legislativa quanto para a pesquisa sobre o tema, como foi brevemente relatado neste artigo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Sérgio; MITOZO, Isabele; TADRA, Júlia. As funções educativas dos e-parlamentos: uma análise longitudinal do caso brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 162, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143645>. Acesso em: 26 mar. 2025.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. The pursuit of legitimacy as a key driver for public engagement: the case of european parliament. **Parliamentary Affairs**, Oxford, v. 67, n. 2, p. 437-457, 2014.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. Why symbolic representation frames parliamentary public engagement. **British Journal of Politics and International Relations**, Thousand Oaks, v. 18, n. 2, p. 498-516, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1369148115615029>. Acesso em: 26 mar. 2025.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. Parliamentary petitions and public engagement: an empirical analysis of the role of e-petitions. **Policy & Politics**, v. 47, n. 3, p. 1-22, 2019. DOI: 10.1332/030557319X15579230420117.

LESTON-BANDEIRA, Cristina; SIEFKEN, Sven T. The development of public engagement as a core institutional role for parliaments. **The Journal of Legislative Studies**, v. 29, n. 3, p. 361-379, 2023. DOI: 10.1080/13572334.2023.2214390.

Secretaria de Estado de políticas para as mulheres

Alda Oliveira dos Santos

Juliane Santos Oliveira

Luiz Gustavo Pereira Lima Santos

Taís Mirela Araujo Freitas

Resumo

O artigo apresenta as atividades do Observatório Maria Beatriz Nascimento (OMBN), integrado à Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres de Sergipe. Criado pelo Decreto nº 290/2023, o Observatório visa apoiar a formulação de políticas públicas focadas na igualdade de gênero e no enfrentamento da violência contra as mulheres. A Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres (SPM), transformada pela Lei nº 9.373/2024, coordena ações em áreas como educação, saúde, trabalho e participação política, além de apoiar iniciativas de inclusão social e parcerias para melhorar o atendimento às vítimas de violência. O OMBN, por meio da coleta de dados e pesquisas, destaca o “Mapa da Mulher Sergipana”, ferramenta que oferece informações essenciais sobre saúde, renda, trabalho e violência para subsidiar políticas públicas que garantam o bem-estar das mulheres.

Palavras-chave: Observatório. Mulheres. Dados. Violência. Mapa.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as atividades e ações desenvolvidas pelo Observatório Beatriz Nascimento. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM foi transformada em Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres em 15/01/2024, por meio da Lei de nº 9.373/2024. Compete à Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres a responsabilidade de coordenar ações e projetos em colaboração com outros órgãos do Poder Executivo, promovendo a inclusão do enfoque de gênero nas políticas públicas estaduais. Desenvolve, implementa e monitora políticas nas áreas de educação, saúde, trabalho, cultura, autonomia econômica e participação política, com foco na igualdade de gênero. A SPM também apoia iniciativas para a inclusão social das mulheres de baixa renda e estabelece parcerias com a União, Estados e Municípios para melhorar os serviços de apoio às vítimas de violência. Além disso, articula políticas públicas de proteção integral às mulheres e coordena o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, realizando outras ações conforme

O Observatório Maria Beatriz Nascimento integra a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres de Sergipe e foi Instituído pelo Decreto nº 290, em 19 de abril de 2023, o OBSERVATÓRIO DA MULHER SERGIPANA – Maria Beatriz Nascimento, publicou informações relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres do Estado de Sergipe. A função do OBMN é contribuir para que cesse a violência contra as mulheres no nível estadual e nacional, através de uma plataforma de referência que se consolida por meio da coleta de dados, realização de pesquisas, análises e intercâmbio entre as secretarias que atuam no enfrentamento da violência de gênero.

Neste contexto, destaca-se a importância do “MAPA DA MULHER SERGIPANA”, uma ferramenta abrangente que visa fornecer dados essenciais sobre diversas temáticas, a fim de embasar a formulação de políticas públicas para promover a igualdade de gênero e garantir o bem-estar das mulheres. Dentre as ferramentas, são apresentados dados sobre Renda, Violência, Trabalho e Saúde.

Seção 1

Em relação ao conceito de renda per capita é amplamente reconhecido nas áreas de economia e ciência política, servindo como um importante indicador do desenvolvimento de uma nação. A expressão “per capita”, derivada do latim, significa “por pessoa”. Assim, a renda per capita envolve a média da renda disponível a cada indivíduo em uma população determinada, permitindo comparações entre a renda de um indivíduo e a média de seu país, estado ou município (Me, 2020).

Seção 2

A violência doméstica ocorre em diversos espaços e lugares e pode ser praticada pelo companheiro, vizinho, membros da família, colegas de profissão onde prevalece a superioridade masculina, processo esse sustentado por uma construção do patriarcalismo que sempre colocou a mulher em uma posição de submissão. Desse modo, a violência contra as mulheres é um reflexo das desigualdades históricas nas relações de poder entre homens e mulheres, que resultaram no domínio e na discriminação das mulheres, dificultando seu pleno desenvolvimento. Essa violência se configura como um dos mecanismos sociais essenciais que forçam as mulheres a manterem-se em uma posição subordinada em relação aos homens. (Cedaw, 1993).

Seção 3

O OMBN utiliza diversas tecnologias e ferramentas para realizar as suas atividades: coleta, processamento, análise e visualização de dados, com objetivo de garantir que as informações obtidas sejam precisas, acessíveis e úteis para a formulação de políticas públicas voltadas às mulheres. As ferramentas adotadas permitem a automação de processos, a integração de fontes de dados e a apresentação interativa dos resultados, otimizando a eficiência do Observatório. **Power BI:** Visualização e Disponibilização Ágil de Dados. O Power BI é uma plataforma desenvolvida pela Microsoft para análise e visualização de dados. Ele permite que usuários transformem grandes volumes de informações em relatórios interativos e dashboards dinâmicos, facilitando a compreensão dos dados e a tomada de decisões baseadas em evidências. O Mapa da Mulher Sergipana, uma das ferramentas do Observatório, foi desenvolvido utilizando essa tecnologia. As vantagens do Power BI incluem: Criação de dashboards intuitivos e interativos; Atualização facilitada dos dados, auxiliando para que as informações estejam sempre atualizadas; Facilidade na disponibilização online, permitindo que os dashboards interativos sejam acessados rapidamente de qualquer dispositivo, sem necessidade de instalações complexas.

Linguagem R: Análises Estatísticas. A linguagem R é uma ferramenta amplamente utilizada para estatística e ciência de dados, amplamente usada para análises matemáticas e modelagens avançadas. Criada para atender às necessidades de estatísticos e pesquisadores, a linguagem possui um vasto ecossistema de pacotes especializados. No OMBN, utilizamos o R para executar análises estatísticas nos dados coletados auxiliando na criação de relatórios detalhados e específicos. **Linguagem Python:** Web Scraping, Automação, Tratamento e Análises de Dados. O Python é uma das linguagens mais utilizadas na área de ciência de dados, sendo amplamente utilizada. No OMBN, Python desempenha um papel essencial na extração e manipulação de informações, sendo utilizado para análises estatísticas e preditivas, assim como a linguagem R, na automação de processos, no tratamento de dados e na realização de web scraping, técnica essencial para a obtenção de informações públicas de diversas fontes.

O que é **Web Scraping** e Tratamento de Dados: Web Scraping é um processo automatizado de extração de informações de páginas da web. Esse método permite a coleta de dados em e sites relevantes. O Tratamento de Dados engloba um conjunto de técnicas utilizadas para corrigir, padronizar e estruturar os dados coletados, garantindo sua qualidade e confiabilidade. Esse processo é essencial para evitar erros, redundâncias e inconsistências.

Aplicações do Python, o Python no OMBN é utilizado para otimizar a coleta, organização e análise dos dados que fundamentam políticas públicas voltadas às mulheres. As principais aplicações incluem: Coleta de dados via Web Scraping: Tratamento de dados advindos de qualquer fonte: Análises estatísticas e modelagem de dados: Automação de processos internos: Scripts que otimizam tarefas repetitivas, como a atualização de bases de dados, a geração de relatórios automáticos e a integração entre diferentes fontes de dados: Monitoramento de serviços online: Sistema que acompanha disponibilidade de sites utilizados no Web Scraping, garantindo a continuidade das coletas e evitando falhas na obtenção de informações. Além das tecnologias utilizadas para coleta, tratamento e análise de dados, o Observatório Maria Beatriz Nascimento (OMBN) também emprega ferramentas que auxiliam no armazenamento, organização e apresentação das informações. Banco de Dados: **PostgreSQL** para o armazenamento das informações o qual se configura um banco de dados relacional altamente confiável e escalável. Suas principais vantagens incluem: Eficiência no armazenamento e processamento de grandes volumes de dados; Facilidade na integração com as ferramentas analíticas, como Python e R Excel: Organização e Manipulação de Dados.

O Microsoft Excel é amplamente utilizado no OMBN para organização, manipulação e estruturação de informações. Apesar do uso de ferramentas mais avançadas, o Excel desempenha um papel importante em tarefas como: Organização rápida e prática de dados em tabelas estruturadas; Realização de cálculos e criação de tabelas dinâmicas para pequenos conjuntos de dados; Padronização de informações recebidas de fontes externas, garantindo maior compatibilidade com os sistemas internos do observatório, Canvas: Relatórios e Visualizações de Alto Impacto.

O Canvas é uma ferramenta que possibilita a produção de infográficos e relatórios com design aprimorado, sendo uma alternativa ao Power BI quando o objetivo é a divulgação de dados de forma simplificada e visualmente impactante. Enquanto o Power BI é voltado para análises detalhadas e dashboards completos e interativos, o Canvas se destaca na criação de materiais gráficos mais acessíveis e atrativos, facilitando na comunicação de informações. **Inteligência Artificial:** Geração de Textos e Insights, o uso de Inteligência Artificial (IA) no OMBN tem se tornado cada vez mais relevante. Suas principais aplicações incluem: Auxílio na criação de textos e resumos para relatórios; Geração automática de insights, identificando padrões nos dados e sugerindo interpretações relevantes para as análises. Aprimoramento da redação de conteúdos informativos, garantindo maior clareza e precisão na comunicação dos resultados.

Seção 4

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), Saúde é definida como o estado de completo bem-estar físico, mental e social. Ou seja, o conceito de saúde transcende à ausência de doenças e afecções. Por outras palavras, a saúde pode ser definida como o nível de eficácia funcional e metabólica de um organismo a nível micro (celular) e macro (social). A saúde feminina vai além de números e diagnósticos; trata-se de compreender as histórias, os desafios e as experiências únicas de cada mulher. Envolve um conjunto de cuidados que abrange as diferentes fases da vida. Cuidar da saúde feminina é acolher essas vivências de forma sensível, proporcionando não apenas tratamentos, mas também um espaço de diálogo, empatia e compreensão. É valorizar o autocuidado e o bem-estar emocional, respeitando o ritmo e a história de cada mulher.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Observatório Beatriz Nascimento desempenha um papel essencial na coleta e análise de dados que subsidiam políticas públicas voltadas para a equidade de gênero e o enfrentamento da violência contra as mulheres. Através do *Mapa da Mulher Sergipana*, tem sido possível identificar e monitorar indicadores fundamentais relacionados à saúde, renda, trabalho, violência e autonomia financeira, proporcionando uma visão abrangente sobre as condições das mulheres no estado.

Para garantir a precisão e acessibilidade dessas informações, o Observatório utiliza diversas tecnologias e ferramentas analíticas, como Power BI, para visualização interativa de dados, Python e R, para automação, estatísticas e modelagens preditivas, e PostgreSQL, para armazenamento eficiente e seguro de grandes volumes de informações. Essas soluções possibilitam a rápida identificação de padrões e a formulação de estratégias direcionadas para melhorar a qualidade de vida das mulheres sergipanas.

Dentre as inovações em andamento, destacam-se a expansão do Mapa da Mulher Sergipana, que passará a incluir novos indicadores, como educação e habitação, permitindo uma análise ainda mais aprofundada das desigualdades de gênero no estado. Além disso, está sendo desenvolvida a automação da coleta de dados, reduzindo a necessidade de inserção manual e garantindo maior confiabilidade nas informações.

Outro avanço significativo é a implementação de inteligência artificial para aprimorar a análise preditiva e a geração automatizada de relatórios, permitindo a detecção antecipada de situações de vulnerabilidade e auxiliando na formulação de políticas preventivas mais eficazes. O aprimoramento das plataformas de divulgação, como o uso do **Canvas** para materiais gráficos de alto impacto, também está entre as melhorias planejadas para ampliar o alcance das informações e facilitar a comunicação com a sociedade.

Dessa forma, a combinação de tecnologias avançadas, a ampliação dos dados monitorados e a implementação de inovações reforçam o compromisso do Observatório com a produção de conhecimento qualificado. Isso contribui diretamente para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e para a promoção de uma sociedade mais igualitária e justa para as mulheres.

Observatório de políticas públicas para mulheres no Espírito Santo - Observatório Mulheres

Thalyta Santana Collodetti¹⁷

Igor Anacleto da Silva¹⁸

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein¹⁹

Resumo

O Observatório MulherES, do Governo do Espírito Santo, monitora a situação socioeconômica da mulher e avalia suas múltiplas formas de desigualdades, visando subsidiar políticas públicas para promover igualdade e inclusão de forma contínua.

Palavras-chave: Mulher. Desigualdade. Igualdade de gênero. Empoderamento econômico. Violência.

¹⁷ Instituto Jones dos Santos Neves.

¹⁸ Instituto Jones dos Santos Neves.

¹⁹ Instituto Jones dos Santos Neves.

1 INTRODUÇÃO

O Observatório de Políticas Públicas para Mulheres no Espírito Santo (Observatório MulherES) é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo e executado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Em 2019, foram desenvolvidas a representação visual do plano de projeto (Modelo Canvas) e o texto base do projeto, culminando na assinatura do Decreto Estadual n.º 4510-R, de 25 de setembro de 2019²⁰, pela governadora em exercício. O Observatório se propõe a dialogar com outras instâncias governamentais e da sociedade civil, visando contribuir para a discussão sobre as questões de gênero no Estado.

Objetivando contemplar as múltiplas formas de desigualdades que atingem as mulheres, o Observatório busca priorizar um conjunto de eixos temáticos baseados no Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) e no Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, da Organização das Nações Unidas (ONU) — alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas — e nas áreas de atuação da ONU Mulheres.

O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) organiza-se em seis eixos temáticos, os quais abrangem prioridades e ações essenciais para alcançar seus objetivos. Esses eixos tratam da promoção da autonomia econômica das mulheres, combate à feminização da pobreza, educação inclusiva e livre de preconceitos (de gênero, raça e orientação sexual), garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à violência contra as mulheres, combate às discriminações (racismo, sexismo, lesbofobia, bifobia e transfobia) e gestão e monitoramento do plano (Sedh, 2019a).

Já o Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres organiza-se em cinco eixos: garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; ampliação e fortalecimento da rede de serviços para as mulheres em situação de violência; garantia da segurança cidadã e acesso à justiça; garantia dos direitos sexuais, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos (Sedh, 2019b).

As metas do ODS 5 da ONU incluem eliminar discriminação, violência e práticas nocivas contra mulheres e meninas; reconhecer o trabalho doméstico não remunerado; promover igualdade de gênero na liderança e na tomada de decisões; e assegurar acesso universal à saúde sexual e reprodutiva (ONU, ©2025). Paralelamente, a ONU Mulheres atua em sete áreas: empoderamento econômico; liderança e participação política; combate à violência contra as mulheres; paz e segurança; normas globais e regionais; governança e planejamento; e HIV/AIDS (ONU Mulheres Brasil, 2010).

Nesse contexto, os cinco eixos priorizados para direcionar as ações do Observatório MulherES foram definidos como: Empoderamento Econômico; Saúde da Mulher; Liderança e Participação Política; Educação; e Violência contra as Mulheres.

²⁰ Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4578/#/p:9/e:4578>. Acesso em: jan. 2025.

2 JUSTIFICATIVA

A desigualdade de gênero é um problema estrutural presente na sociedade, afetando diretamente a vida das mulheres. Esse fenômeno caracteriza-se pela disparidade política, econômica e social entre homens e mulheres, gerando desigualdades de direitos e de oportunidades em diversos setores.

Essa desigualdade manifesta-se de diversas maneiras: no trabalho por meio de oportunidades limitadas para mulheres e pela persistente disparidade salarial mesmo em cargos equivalentes; na política, pela baixa representatividade das mulheres; no âmbito familiar, com a prevalência de mães solo; e na distribuição desigual do tempo dedicado aos afazeres domésticos, frequentemente resultando em jornadas duplas ou triplas para as mulheres²¹, dentre outras formas.

Para além das desigualdades de gênero, a violência contra as mulheres, que envolve desde o assédio moral ao homicídio, é um fenômeno recorrente na sociedade. O feminicídio, caracterizado pelo homicídio de mulheres em razão de serem mulheres, é, também, uma realidade em âmbito nacional e estadual. Em relação às mulheres negras, os índices de homicídios são ainda maiores quando comparados com as mulheres brancas²².

O debate sobre questões de gênero deve, necessariamente, considerar a diversidade e as especificidades das mulheres. Assim, além do recorte racial, é essencial considerar as mulheres indígenas, quilombolas, de baixa renda e da população LGBTI+, além de outras identidades que retratam as múltiplas particularidades das mulheres.

A busca pela igualdade de gênero e o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres são questões que perpassam pela garantia dos direitos humanos básicos²³. Além disso, a igualdade de gênero contribui para o desenvolvimento econômico regional, conforme aponta Esther Duflo (2011, p. 2): “[...] em um sentido, o desenvolvimento joga um papel importante na diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, em outra direção, o empoderamento das mulheres pode beneficiar o desenvolvimento”. Diante disso, destaca-se a relevância do Observatório MulherES no processo de pesquisa, sistematização e análise sobre a temática, sobretudo, no Espírito Santo, visando subsidiar políticas públicas para as mulheres, assim como fomentando discussões e debates sobre a temática.

3 OBJETIVOS

Objetivo geral: Implementar ações continuadas para monitorar a situação socioeconômica e avaliar as múltiplas formas de desigualdades, com o propósito de subsidiar e otimizar a tomada de decisões relacionadas às políticas públicas para mulheres por meio de uma base de dados consolidada, de realização de pesquisas, de estudos e debates.

²¹ O estudo “O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 2024” realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostra que em 2022 as mulheres trabalharam em média 10 horas a mais que os homens por semana.

²² O Atlas da Violência 2024 mostra que, em 2022, do total de homicídios de mulheres registrados pelo sistema de saúde, as mulheres negras representaram 66,4% das vítimas.

²³ Conforme considerado pelo Decreto n.º 4.377, de 13 de setembro de 2002 que promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Objetivos específicos: Aperfeiçoar a gestão das informações sobre questões de gênero, promovendo a padronização na coleta, análise e divulgação de dados públicos; produzir informações qualificadas que subsidiem as políticas públicas; garantir transparência e facilitar o acesso aos resultados obtidos; incentivar a produção científica sobre o tema e fomentar a participação social no debate e nas decisões.

4 ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO E FLUXO DE INFORMAÇÕES DO OBSERVATÓRIO MULHERES

O Observatório conta com uma equipe de gestão composta pela Vice-Governadoria (VG), Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP), Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), Secretaria Estadual das Mulheres (SESM), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST). Essa equipe é responsável pelo desenvolvimento e gestão do Observatório, bem como pela priorização dos produtos a serem divulgados.

A execução das atividades do Observatório também demanda a participação estratégica de outras instituições governamentais, contando com a contribuição por meio da disponibilização de dados e informações validadas pelas instituições. Outras secretarias e órgãos públicos, bem como instituições de pesquisa, podem integrar o Observatório de acordo com as demandas específicas, ampliando assim a rede de pesquisa e conhecimento.

O Observatório conta com as informações dos parceiros para a composição de um banco de dados. As instituições da Administração Pública Direta e Indireta disponibilizam as informações necessárias à equipe técnica do Observatório no âmbito do IJSN, a qual é responsável por compilar, esquematizar e sistematizar os dados recebidos para posterior divulgação por meio do Observatório MulherES.

O tratamento dos dados tem como base as temáticas dos documentos oficiais divulgados pelo estado, mas considera também as informações que são filtradas e convertidas em valores estatisticamente confiáveis, para, então, os indicadores serem selecionados e inseridos nos produtos desenvolvidos. A divulgação dos dados ocorre conforme a priorização entre os eixos temáticos. Desta forma, viabilizam-se consultas para obter maior transparência das informações dos temas abrangidos pelo Observatório, facilitando a produção de conhecimento por meio de estudos e pesquisas.

5 EIXOS TEMÁTICOS DO OBSERVATÓRIO MULHERES

Os eixos temáticos do Observatório MulherES representam as principais áreas de desigualdade e vulnerabilidade enfrentadas pelas mulheres no Espírito Santo. Essa estrutura orienta a produção de conhecimento, a formulação de políticas públicas e a disseminação de dados e análises, refletindo a diversidade e complexidade das questões de gênero no estado. Os produtos elaborados e lançados pelo Observatório relacionam-se com os cinco eixos temáticos definidos.

O eixo Empoderamento Econômico do Observatório MulherES conta com um painel interativo

de indicadores²⁴, lançado em 2021, destacando a participação das mulheres no mercado de trabalho, incluindo força de trabalho, ocupação, informalidade, rendimento, tempo dedicado às tarefas domésticas, desigualdade e pobreza. O painel permite análises detalhadas por série histórica, unidade da federação, gênero e raça/cor. As análises por gênero e raça/cor são premissas adotadas em todos os painéis desenvolvidos, garantindo uma compreensão aprofundada das desigualdades e das especificidades das mulheres.

Uma nota técnica²⁵ acompanha o painel, descrevendo a metodologia utilizada, incluindo um glossário de indicadores e uma análise sintética dos dados. Também estão em desenvolvimento notas curtas sobre trabalho doméstico e de cuidado, atividades historicamente realizadas por mulheres e que são subvalorizadas e mal remuneradas. Os produtos foram elaborados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fonte oficial e atualizada, garantindo a qualidade e confiabilidade dos dados — a mesma premissa adotada nos demais eixos.

No eixo Saúde das Mulheres, destaca-se o painel interativo de indicadores, lançado em 2021, que aborda a saúde reprodutiva, morbidade, mortalidade (geral e materna), saúde mental e infecções sexualmente transmissíveis. Assim como no eixo anterior, o painel permite comparações por série histórica, gênero, raça/cor e unidade da federação, além de incluir análises por municípios do Espírito Santo e faixas etárias. Atendendo a uma demanda da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), o painel também apresenta recortes pelas regiões da saúde do estado, possibilitando um melhor acompanhamento. Uma nota técnica complementa o painel, detalhando a metodologia e os dados utilizados, coletados do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), garantindo confiabilidade e atualização dos indicadores. Neste eixo, destaca-se ainda a nota curta²⁶, publicada em 2024, “Meninas mães: uma criança é mãe a cada 20 minutos no país”, que evidencia o preocupante aumento de gravidezes em crianças e adolescentes.

Lançado em 2022, o painel de Liderança e Participação Política integra o eixo de mesmo nome e apresenta dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições estaduais e municipais. Entre as informações destaca-se o número de mulheres candidatas e eleitas, bem como o perfil dessas mulheres, incluindo o cargo disputado, estado civil e média de idade, com comparações por ano, unidade da federação, município do Espírito Santo, gênero e raça/cor. O painel também aborda as lideranças femininas no Poder Executivo. Com base em dados fornecidos pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), é possível analisar o perfil das mulheres em cargos de liderança, considerando aspectos como tipo de cargo, órgão de atuação, vínculo, escolaridade e média salarial, também com recortes por gênero e raça/cor. Além disso, em 2022, foi realizado um levantamento das principais leis e decretos relacionados à temática da mulher²⁷. Dessa forma, esse eixo desempenha um papel fundamental para a análise da participação feminina em espaços decisivos e essenciais para a formulação e execução de políticas públicas.

²⁴ Todos os painéis interativos publicados estão disponíveis no site do Observatório em: <https://ijsn.es.gov.br/observatorios/observatorio-mulheres>.

²⁵ Todos os painéis construídos pelo Observatório MulherES acompanham nota técnica para complemento e melhor entendimento dos indicadores.

²⁶ Todas as notas curtas publicadas pelo observatório estão disponíveis em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/sumarios/notas-curtas-observatorio-mulheres>.

²⁷ Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/observatorios/observatorio-mulheres/legislacao>.

Em 2023, foi lançado o painel IJSN no Censo 2022 — Mulheres Capixabas²⁸, que incorpora dados do Censo 2022. Embora não esteja vinculado a um eixo temático específico, o painel apresenta informações relevantes sobre a população feminina no Espírito Santo. Entre os destaques estão os dados sobre a quantidade de mulheres no estado, distribuídas por microrregiões e municípios, além de análises da população por gênero, faixa etária e raça/cor. Esse painel desempenha um papel fundamental na compreensão do perfil das mulheres capixabas, oferecendo subsídios para o planejamento e a implementação de programas e projetos mais eficazes e direcionados às necessidades da população feminina.

O eixo Violência contra a Mulher reúne diversos produtos lançados e em desenvolvimento. Em 2024, foram lançados dois painéis sobre o tema: um pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), focado em homicídios de mulheres e feminicídios; e outro pelo Observatório, abordando diferentes tipos de violência, com informações do DATASUS.

Este painel permite análises por tipo de violência, relação com o autor, local do ocorrido, ano, unidade da federação, raça/cor, e inclui dados sobre violência contra pessoas com deficiência, gestantes, e por orientação sexual e identidade de gênero, ampliando o olhar sobre grupos específicos e vulneráveis.

Também em 2024, foi lançada a Cartilha de Enfrentamento à Violência contra a Mulher²⁹, com informações sobre violência doméstica e a Lei Maria da Penha, além de orientações para mulheres em situação de violência. Em comemoração aos 18 anos da Lei, o observatório elaborou um especial sobre sua evolução³⁰ e uma nota curta sobre a mais recente alteração legislativa. Os Serviços de Apoio à Mulher³¹, lançados no mesmo ano, oferecem informações sobre serviços de polícia, justiça, assistência social, saúde, centros e núcleos margaridas e outros serviços transversais, promovendo a integração entre os eixos do Observatório.

Para 2025, estão em finalização dois textos para discussão: um sobre o enfrentamento à discriminação e violência contra a população LGBTI+ e outro sobre o enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial. Por se tratarem de temas ainda pouco explorados de forma quantitativa, a coleta de dados suficientes para compor um eixo do painel de indicadores tem se mostrado desafiadora. Esses textos reforçam a necessidade de indicadores que possam subsidiar políticas públicas eficazes, ampliando a análise das realidades enfrentadas por grupos historicamente marginalizados.

O eixo Educação contará com um painel, previsto para 2025, com dados da PNADC sobre a educação das mulheres com indicadores sobre analfabetismo, frequência escolar, nível de estudo e a relação de trabalho e estudo das mulheres, tanto no ensino básico quanto na educação de jovens e adultos (EJA) e no ensino superior. O painel também incluirá informações sobre mulheres docentes, com recortes por ano, gênero, raça/cor e unidade da federação.

Embora os eixos do Observatório orientem a construção dos produtos, eles não são limitadores.

²⁸ Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/S%C3%ADnteses/Censo%20Mulheres%20Capixabas%202022.pdf>.

²⁹ Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/sinteses/cartilha-de-enfrentamento-a-violencia-contr-a-mulher>.

³⁰ Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/S%C3%ADnteses/IJSN_Especial_18%20anos%20Lei%20Maria%20da%20Penha.pdf.

³¹ Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/observatorios/observatorio-mulheres/servicos-de-apoio-a-mulher>.

Ao longo de sua atuação, o Observatório abordou temas além dos eixos principais, como a participação das mulheres nas olimpíadas e parolimpíadas, mulheres que impactaram a história, discriminação e violência contra a população LGBTI+ e desigualdade racial. Para 2025, estão previstos textos sobre pessoas com deficiência, cuidadoras e mulheres em privação de liberdade, além de seminários, encontros e debates para promover discussões sobre gênero e desigualdade.

Para integrar os eixos, o Observatório lançará, em 2025, a primeira edição do Boletim Anual MulherES, visando sistematizar os principais indicadores de cada eixo monitorado pelos painéis. A análise da evolução desses indicadores permitirá avaliar a eficácia das políticas públicas em cada área e as inter-relações entre os temas, especialmente no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Cada eixo temático com seus respectivos produtos refletem o compromisso do Observatório MulherES em fornecer dados e análises detalhadas para subsidiar políticas públicas eficazes e inclusivas. Todos os conteúdos estão disponíveis no site do Observatório.

Apesar dos muitos resultados positivos alcançados pelo Observatório MulherES, ainda há desafios significativos a serem superados. Entre eles, destaca-se a dificuldade de obtenção de dados específicos, especialmente com recortes por gênero e raça/cor, o que prejudica a análise mais detalhada de alguns temas. Além disso, a demora na atualização das informações pelas fontes de dados utilizadas, com alguns indicadores apresentando defasagens de até dois anos, pode dificultar uma leitura mais ágil das necessidades atuais.

Outro grande desafio é a equipe técnica reduzida, o que impacta diretamente no desenvolvimento de novos produtos e no avanço de projetos estratégicos. Superar essas dificuldades é fundamental para continuar oferecendo dados precisos e atualizados, além de fortalecer o impacto das políticas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua criação, em 2019, o Observatório MulherES tem desempenhado um papel essencial no fortalecimento de políticas públicas voltadas às mulheres no Espírito Santo. Por meio de painéis de indicadores, notas técnicas e publicações especializadas, a iniciativa tem dado visibilidade às questões de gênero e promove reflexões importantes na sociedade capixaba sobre o papel das mulheres e as barreiras que ainda precisam ser superadas.

Com o objetivo de ampliar sua área de atuação e contemplar as diferentes realidades e especificidades da população feminina, o Observatório vem abordando temas relevantes, como a situação das pessoas com deficiência e suas cuidadoras, reconhecendo os desafios únicos enfrentados por essas mulheres; medidas protetivas, refletindo a preocupação com a segurança e bem-estar das mulheres em situação de vulnerabilidade; e a realidade das mulheres em situação de privação de liberdade, contribuindo para a melhoria das condições de vida e reinserção social.

Comprometido com a promoção da igualdade de gênero e dos direitos humanos, o Observatório reafirma a importância de dados e informações como ferramentas indispensáveis para transformar realidades. O trabalho realizado pelo Observatório MulherES demonstra como a articulação entre conhecimento e ação pode gerar impactos positivos e duradouros na sociedade, consolidando-se como um exemplo de inovação, compromisso social e avanço na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial e a implementação da convenção internacional sobre o tema. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 set. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm. Acesso em: jan. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/251>. Acesso em: jan. 2025.

DUFLO, Esther. **Women's empowerment and economic development**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, Dec. 2011. (Working paper, 17702). Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w17702.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 4510-R, de 25 de setembro de 2019. Institui o Observatório da Mulher no âmbito do Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, 26 set. 2019. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4578/#/p:9/e:4578>. Acesso em: jan. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos. **Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES)**. Vitória: SEDH, 2019a. Disponível em: <https://mulheres.es.gov.br/plano-estadual-de-politicas-para-as-mulheres>. Acesso em: jan. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Direitos Humanos. **Pacto estadual pelo enfrentamento à violência contra as mulheres**. Vitória: SEDH, 2019b. Disponível em: <https://mulheres.es.gov.br/pacto-estadual-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato>. Acesso em: jan. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo de desenvolvimento sustentável 5**: igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Brasil: ONU, ©2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: jan. 2025.

ONU MULHERES BRASIL. Entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Brasília, DF: ONU Mulheres, 2010. *Site*. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: jan. 2025.

Desafios para a transparência e o acesso à informação sobre a violência contra as mulheres no Brasil: uma análise da experiência catarinense

Anne Teive Auras³²

Resumo

Este trabalho analisa o acesso à informação sobre a violência contra as mulheres no Brasil, utilizando a experiência do Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina (OVM-SC) como representativa dos desafios e das potencialidades do uso de dados para o enfrentamento às violências de gênero. Apesar do arcabouço legal e dos compromissos internacionais, persistem desafios como a falta de dados desagregados, a fragmentação de fontes e a dificuldade de integração e comparação entre os diferentes sistemas. O OVM-SC, embora ainda com limitações, ilustra o potencial da disponibilização pública de dados para o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, destacando a necessidade de padronização, integração e análise aprofundada das informações para a construção democrática de políticas eficientes de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres. Acesso à informação. Transparência. Dados públicos.

³² Defensora Pública do Estado de Santa Catarina. Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (NUDEM/SC). Coordenadora da Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE). Coordenadora do Comitê Gestor do Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina Mestranda em Direito pela Universidade de Santa Catarina. E-mail: anneauras@defensoria.sc.def.br

1 INTRODUÇÃO

A administração pública baseada em dados fundamenta-se na coleta, processamento e uso de informações para otimizar a tomada de decisões e aprimorar os serviços governamentais, promovendo eficiência e transparência. Essa abordagem alinha-se ao conceito de “valor público” de Mark Moore, no qual gestores devem empregar recursos de forma estratégica para maximizar benefícios à sociedade. Além de qualificar a gestão pública, essa prática fortalece a confiança cidadã, garantindo que decisões sejam baseadas em dados acessíveis e concretos, conforme apontam Cristovam e Hahn (2020). No Brasil, essa diretriz foi impulsionada pela Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011) e pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), que estabelecem diretrizes para transparência e proteção de dados, promovendo controle social e uma administração pública mais responsável.

A adesão do Brasil à Parceria para o Governo Aberto (OGP) e a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) reforçaram essa estratégia, padronizando e disponibilizando dados públicos para fomentar inovação e participação social. A LAI, ao regulamentar o direito constitucional de acesso à informação, fortalece a cidadania e a confiança nas instituições ao permitir a fiscalização de atividades governamentais, identificando práticas inadequadas e incentivando uma gestão mais eficiente (Bioni; Silva; Martins, 2022). Com a exigência de transparência ativa e passiva, a LAI garante a publicação regular de informações relevantes e o atendimento de solicitações específicas, ampliando a prestação de contas e reduzindo riscos de corrupção.

A interseção entre a LAI e a LGPD evidencia a necessidade de governança de dados para equilibrar transparência e privacidade, assegurando que o direito à informação não comprometa a proteção de dados pessoais (Ziliotto; Santos, 2020). Esse contexto destaca desafios no acesso a informações sensíveis, como dados sobre violência contra mulheres, tema analisado à luz da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. O Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina (OVM-SC) exemplifica esforços nesse sentido, buscando compatibilizar transparência e proteção de vítimas em um cenário de governança digital voltado para o fortalecimento da democracia.

2 ACESSO À INFORMAÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES: PARÂMETROS E POTENCIALIDADES

O Brasil, como signatário da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e da Convenção de Belém do Pará, comprometeu-se internacionalmente com a eliminação da discriminação de gênero e o enfrentamento da violência contra a mulher. A produção e divulgação de dados desagregados por gênero têm sido destacadas em conferências globais, como as de Nairobi (1986) e Beijing (1995), como elementos fundamentais para monitoramento e formulação de políticas públicas eficazes. Contudo, desafios persistem na obtenção de estatísticas confiáveis e acessíveis, o que impacta a avaliação das medidas de combate à violência de gênero. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) reforça essa necessidade ao determinar a sistematização e unificação de dados sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres, atribuindo ao Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça a responsabilidade de organizar bancos de dados para monitoramento dessas informações.

Diversos mecanismos foram criados para garantir a produção e disseminação de informações sobre violência contra a mulher, como o Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNMP), o Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência (CNJ) e a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), que subsidiam políticas públicas com dados estatísticos. Além disso, iniciativas como o Mapa Nacional da Violência de Gênero e pesquisas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstram a relevância do acesso à informação para a prevenção da violência e a revisão de políticas públicas. No entanto, como apontam Pasinato, Machado e Ávila (2019), ainda há poucos estudos sobre a efetividade dessas políticas, sendo necessária uma avaliação crítica e independente de seus impactos. Para Paula Martins (2019), o direito à informação fortalece a participação das mulheres nos processos decisórios e no desenvolvimento de políticas mais inclusivas. Apesar do reconhecimento internacional e nacional da importância desse direito, desafios significativos ainda dificultam sua plena implementação.

3 ACESSO À INFORMAÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES: DESAFIOS

A organização Artigo 19, atuante na defesa do acesso à informação, identificou desafios na produção e disponibilização de dados sobre violência contra a mulher no Brasil. Relatórios da entidade apontam a falta de centralização e uniformização das informações, a ausência de metodologias padronizadas e a morosidade no atendimento a solicitações específicas. Em estudo conduzido por Wânia Pasinato, foram identificadas quatro principais fontes de dados: pesquisas de opinião e percepção, pesquisas de vitimização, registros administrativos e estudos sobre a rede de atendimento. No entanto, constatou-se que as metodologias adotadas dificultam análises aprofundadas e comparações entre diferentes bases de dados, prejudicando a formulação de políticas públicas eficazes.

A falta de integração entre as bases de dados também compromete a avaliação da violência de gênero. O estudo destacou que estatísticas como as do Ligue 180, do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e do Mapa da Violência não seguem padrões comuns, limitando a análise comparativa. Além disso, pesquisas realizadas nos serviços de atendimento à mulher não são replicáveis em diferentes regiões, impossibilitando um monitoramento eficiente. No contexto do Plano de Ação Brasileiro para o Governo Aberto, iniciativas para a criação de um sistema nacional de dados foram limitadas e perderam força após mudanças institucionais no governo federal, resultando na exclusão do compromisso nos planos subsequentes.

Em 2018, a Artigo 19 analisou a produção de dados sobre feminicídios no Brasil, identificando falhas na atualização, licenciamento e acessibilidade dessas informações. A entidade recomendou a padronização das variáveis coletadas, a criação de uma base de dados nacional e o treinamento de profissionais para qualificar a coleta de dados. Além disso, dificuldades no preenchimento correto de sistemas como o Banco Nacional de Medidas Protetivas do CNJ e o Cadastro Nacional de Violência Doméstica do CNMP evidenciam problemas na alimentação e parametrização dos registros, comprometendo a efetividade dessas ferramentas.

Para superar essas dificuldades, a pesquisadora Paula Martins propõe uma estratégia integral que inclua a produção, sistematização, publicização e acesso sob demanda às informações. Entre as medidas sugeridas, destacam-se a padronização da coleta de dados entre diferentes esferas do governo, a tradução de informações complexas em linguagem acessível, a capacitação de agentes públicos para coleta e processamento de dados com perspectiva de gênero e a adoção

de padrões de dados abertos. Essas iniciativas são fundamentais para garantir que as informações sobre violência contra as mulheres sejam acessíveis, confiáveis e possam efetivamente subsidiar políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

4 O OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DE SANTA CATARINA (OVM-SC)

O Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina (OVM/SC) foi instituído pela Lei nº 16.620, aprovada em 07 de maio de 2015, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A proposta foi da então deputada estadual Ana Paula Lima e visava criar um sistema integrado de informações para monitorar a violência contra a mulher no Estado, dando concretude ao dispositivo da Lei Maria da Penha que consagra a produção de dados e estatísticas como verdadeira diretriz das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O objetivo do Observatório é integrar e disponibilizar dados para a criação de indicadores que ajudarão no monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, visando assegurar a transparência e a efetividade das políticas estaduais para enfrentar a violência de gênero e promover a equidade.

A promulgação da lei, contudo, não garantiu a implementação do Observatório. Em 2018, a assinatura do Pacto Estadual Maria da Penha por parte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Assembleia Legislativa, Conselho Estadual de Direitos das Mulheres, Casa Civil, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Federação Catarinense dos Municípios consagrou, como um de seus objetivos, a “regulamentação, implementação e fortalecimento do Observatório da Violência contra a Mulher, criado a partir da Lei n. 16.620, de 7 de maio de 2015 [...]”.

Em 2020, a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa, representada pela deputada estadual Luciane Carminatti, constituiu um Grupo de Trabalho (GT) para retomar e impulsionar a implementação da lei. Este grupo incluiu representantes de várias instituições, como a Assembleia Legislativa, o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, a Polícia Civil, a Defensoria Pública, o Ministério Público de Contas, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Justiça, a OAB/SC e a UFSC.

Após um ano de atividades do GT, em março de 2021 foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre essas instituições, oficializando o compromisso de implementação. Em agosto, o site do OVM/SC foi lançado, proporcionando acesso público a dados e indicadores sobre a violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina. O OVM/SC passou a contar, também, com um espaço físico na sede da ALESC, além de uma pequena equipe responsável pela coordenação administrativa.

Atualmente, o Observatório conta com um comitê gestor formado por representantes das instituições que compuseram o GT e de outros órgãos que passaram a integrá-lo posteriormente, e é coordenado pelas representantes da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e do Ministério Público de Contas.

Inicialmente, as informações disponibilizadas no site do OVM/SC se dividiam, basicamente, em quatro grupos: a) dados sobre violência contra as mulheres disponibilizados periodicamente pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (registros de ocorrência policial) e *link* para acesso aos dados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina sobre medidas protetivas requeridas

e deferidas; b) informações sobre a rede de atendimento à mulher existente em cada município catarinense, em sistema de busca por município e incluindo as formas de contato com cada órgão ou instituição; c) busca por legislação federal, estadual e municipal sobre direitos das mulheres e políticas para mulheres, disponibilizando sistema de busca por município; e d) compilação de publicações e material informativo sobre o tema, incluindo relatórios, informativos e boletins publicados pela Vigilância Epidemiológica a partir dos dados dos serviços de saúde.

Mais recentemente, em setembro de 2023, o OVM/SC passou a contar com painéis de dados sobre violência contra a mulher em Santa Catarina, a partir dos dados de registro de ocorrência policial em cada município catarinense. Os painéis viabilizam buscas de gráficos e indicadores por período (a partir do ano de 2020), por município ou mesorregião, por crime praticado (sempre no âmbito da violência doméstica e familiar) e por mês. Com relação ao crime de feminicídio, também disponibiliza informações sobre a idade da vítima, idade do autor, localidade (zona urbana ou rural), vínculo entre a vítima e o autor, meio utilizado para o crime e, ainda, se a vítima possuía boletim de ocorrência prévio contra o autor e se o autor está preso.

Todos os dados disponibilizados no OVM/SC têm origem pública, provenientes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e são atualizados mensalmente. Trata-se de inegável avanço na compreensão sobre o fenômeno da violência contra a mulher em Santa Catarina, constituindo importante repositório de dados com potencial ainda inexplorado para a proposição e o monitoramento de políticas públicas no âmbito municipal e estadual.

Ademais, como o Observatório conta com sede e equipe própria, a qual tem sido visitada por gestoras(es), parlamentares, profissionais e estudantes de dentro e fora do Estado (incluindo-se uma visita da Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves), constata-se que tem contribuído para pautar a discussão sobre a violência contra as mulheres e a importância do fortalecimento e da articulação das redes de enfrentamento e de atendimento às mulheres em situação de violência. Ademais, o OVM-SC produz material informativo, apoia a realização de eventos e seminários, além de campanhas sobre direitos das mulheres (inclusive utilizando a rede de televisão da ALESC), sensibilizando a população a respeito das temáticas relacionadas à violência de gênero.

Contudo, algumas dificuldades são persistentes e precisam ser avaliadas.

Dentre elas, destaca-se a inexistência de dados desagregados por raça/etnia; a unicidade de fontes, porquanto os dados que compõem os painéis derivam exclusivamente da segurança pública, é dizer, dos registros de ocorrência policial; a inexistência de dados provenientes do Ministério Público, do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Único de Saúde; a dificuldade para acesso aos dados sobre medidas protetivas de urgência disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça, já que o OVM/SC traz um link que dá acesso à página respectiva do TJSC, a qual abre vários *sub-links* com planilhas de Excel; e, até o momento, a inexistência de uma análise dos dados oficiais que permita a extração de conclusões a respeito das causas, frequência e consequências da violência contra as mulheres em Santa Catarina.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho analisou o acesso à informação sobre a violência contra as mulheres no Brasil, verdadeira *política de prevenção primária* à violência, trazendo a recente experiência do Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina (OVM-SC) como representativa para a compreensão de seus desafios e potencialidades. Para tanto, contextualizou-se a importância da transparência governamental e do direito de acesso à informação, garantidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para o enfrentamento da violência e da discriminação contra as mulheres.

Apesar do avanço na legislação e dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, constatou-se a existência de desafios persistentes, como a necessidade de padronização de dados e indicadores, a integração entre bases de dados, a desagregação de dados por raça/etnia e o aprimoramento da análise e da disponibilização pública de informações.

A experiência do OVM-SC demonstra que, apesar das dificuldades, a criação de sistemas integrados de informação e a disponibilização pública de dados tem o potencial de contribuir significativamente para o monitoramento, avaliação e implementação de políticas públicas eficazes no combate à violência contra a mulher. Ademais, tem contribuído, em Santa Catarina, para pautar o debate público e garantir visibilidade à temática da violência contra a mulher no Estado, à medida que o Observatório, para além de seu portal virtual, conta com sede e equipe própria, a qual tem sido visitada por gestoras(es), parlamentares, profissionais e estudantes de dentro e fora do Estado. Ademais, produz material informativo, apoia a realização de eventos e seminários, além de campanhas sobre direitos das mulheres, sempre buscando a sensibilização da população a respeito da violência de gênero e da importância dos dados para o seu enfrentamento.

Suas potencialidades dependem, contudo, também do fortalecimento da participação popular e do controle social, com a apropriação desses dados por pesquisadoras(es), representantes de movimentos sociais, conselheiras(os) de direitos e cidadãs e cidadãos em geral, para uma melhor compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres que permita um debate qualificado e informado a respeito do tema e, também, para a cobrança por melhoria da qualidade dos dados disponibilizados e dos meios de acessá-los.

REFERÊNCIAS

BIONI, Bruno Ricardo; SILVA, Paula Guedes Fernandes de; MARTINS, Pedro Bastos Lobo. Coletânea de artigos da pós-graduação em Ouvidoria Pública. Intersecções e relações entre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI): análise contextual pela lente do direito de acesso. **Cadernos técnicos da CGU**, Brasília, v. 1, 2022. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/view/504. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher [...]. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. **Relatório final do 2º Plano de Ação do Brasil**. Brasília: CGU/ Parceria para o Governo Aberto, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/central-de-conteudo/documentos/balanco-final-2o-plano-versao-final.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Acceso a la información, violencia contra las mujeres y la administración de justicia en las Américas**. Washington, 27 mar. 2015. (Documentos oficiales, OEA/Ser.L/V/II.154 Doc 19). Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/acceso-informacion.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Criação e implementação do Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência BNMPU**. 1ª Reunião preparatória *In*: ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO, 14., 2020, Brasília. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/BNMPU.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Brasil). Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais. **Relatório do Cadastro Nacional de Violência Doméstica do CNMP**. Brasília, DF, set. 2021. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/documentos/2022/Relatorio_CNVD_2021.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Brasil). **Resolução nº 135, de 26 de janeiro de 2016**. Institui o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Resolucoes/resolucao-135-violencia-domestica-de-26-janeiro-2016-texto.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; HAHN, Tatiana Meinhart. Administração pública orientada por dados: governo aberto e infraestrutura nacional de dados abertos. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdagp/article/view/6388/pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

DADOS sobre feminicídio no Brasil: #InvisibilidadeMata. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2018. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Femicidio-no-Brasil-.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

MARTINS, Paula. O direito de acesso a informações sobre violência contra a mulher no Brasil. *In*: PASINATO, Wania; MACHADO, Bruno Amaral; ÁVILA, Thiago Pierobom de (org.). **Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher**. São Paulo: Marcial Pons; Brasília: Fundação Escola, 2019.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DE SANTA CATARINA. **Sistema Integrado de Informações de Violência contra a Mulher no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

UNITED NATIONS. **Ending violence against women: from word to action: study of the Secretary-General**. New York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2006/1/ending-violence-against-women-from-words-to-action-study-of-the-secretary-general>. Acesso em: 20 nov. 2024.

UNITED NATIONS. **Report of the world conference to review and appraise the achievements of the United Nations decade for women: equality, development and Peace**. Nairobi, 1985; New York, 1986. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_nairobi.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

PASINATO, Wania. **Violência contra a mulher no Brasil: acesso à informação e políticas públicas**. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2015. Disponível em: <https://artigo19.org/2015/03/09/violencia-contr-a-mulher-no-brasil-acesso-a-informacao-e-politicas-publicas/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PASINATO, Wania; MACHADO, Bruno Amaral; ÁVILA, Thiago Pierobom de. As políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. *In*: PASINATO, Wania; MACHADO, Bruno Amaral; ÁVILA, Thiago Pierobom de. **Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher**. São Paulo: Marcial Pons; Brasília: Fundação Escola, 2019.

ZILLOTTO, Mirela Miró; SANTOS, Fabio de Sousa. Entre a LAI e a LGDP: os deveres de transparência de proteção de dados pessoais pela Administração Pública brasileira. **International Journal of Digital Law – IJDL**, ano 1, n. 1, p. 75-96, abr. 2020. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

Observatório de violência de gênero (OBSGÊNERO) do Ministério Público do estado do Acre

Patrícia de Amorim Rêgo³³

Thalles Ferreira Costa³⁴

Vanessa Macedo Muniz³⁵

Otília Marinho de Amorim Neta³⁶

Ana Amélia Castelo Macedo de Brito³⁷

Paulo da Silva do Nascimento³⁸

Rayssa Castelo Branco da Silva³⁹

Rubby da Silva Rodrigues⁴⁰

Walnizia Rodrigues Cavalcante⁴¹

Resumo

O Observatório de Violência de Gênero (OBSGênero), é um espaço de análise, pesquisa e monitoramento da violência de gênero no Acre. Busca compreender vulnerabilidades, divulgar dados, promover transparência e subsidiar políticas públicas para prevenção e enfrentamento da violência.

Palavras-chave: Violência de gênero. Monitoramento. Políticas públicas. Transparência. Prevenção.

³³ Procuradora de Justiça; Coordenadora-Geral do OBSGênero.

³⁴ Promotor de Justiça; Coordenador Adjunto do OBSGênero.

³⁵ Promotora de Justiça; Coordenadora Adjunta do OBSGênero.

³⁶ Coordenadora Administrativa do OBSGênero.

³⁷ Analista Ministerial do OBSGênero.

³⁸ Assessor Técnico do OBSGênero.

³⁹ Assessora Técnica do OBSGênero.

⁴⁰ Assessora Técnica do OBSGênero.

⁴¹ Assessora Jurídica do OBSGênero.

1 INTRODUÇÃO

Observatório de Violência de Gênero (OBSGênero), órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Acre, integrado ao Centro de Atendimento à Vítima (CAV), é uma sala de análises, estudos e pesquisas voltados à violência de gênero no Estado do Acre.

O OBSGênero nasce do entendimento de que para interferir com eficácia no fenômeno da criminalidade é preciso conhecer esmiuçadamente os aspectos que tornam determinadas pessoas mais vulneráveis às violências, especificamente as de gênero. Atua ainda na divulgação dos dados sobre a violência de gênero no estado do Acre, permite conferir transparência, gerar informações e articular estratégias para subsidiar as ações do Sistema de Justiça, do Poder Público e Sociedade Civil, para o combate e enfrentamento à violência de gênero, tanto no eixo preventivo quanto repressivo, fomentando a criação de leis e melhoria das políticas públicas.

2 ATUAÇÃO DO OBSGÊNERO

O OBSGênero é um espaço de produção e disseminação de informações e conhecimentos sobre o fenômeno da violência e criminalidade, com perspectiva de gênero, que funciona no âmbito do CAV do MPAC, especializado no atendimento às vítimas de violência de gênero.

O OBSGênero possui uma estrutura que conta com equipamentos de apoio e transporte para a equipe, foi montada com recursos de uma emenda parlamentar, o que garante condições apropriadas para a criação de ferramentas de monitoramento que forneçam parâmetros para o Poder Público constatar falhas e implementar políticas públicas de combate e prevenção aos crimes com motivação de gênero.

A violência contra a mulher tem raízes na cultura patriarcal e no machismo estrutural. Tal violência, quando analisada amiúde, pode ser evitada, mitigada, combatida e reprimida de modo mais efetivo. O OBSGênero possui um banco com informações dos casos de feminicídios consumados e tentados, que fornece dados primários da vítima, do agressor e do crime, por tipo de violência, uma prática inovadora que permite gerar informações para membros(as), parceiros na avaliação, crítica e sugestões quanto a metodologia adotada, fornecendo a eles subsídios e qualificando as intervenções judiciais e extrajudiciais, sobretudo na área criminal, tribunal do Júri, justiça negociada e outras.

Os dados gerados permitem a elaboração de estudos capazes de direcionar ações preventivas e repressivas, as quais reduzem não só os conflitos oficialmente registrados, mas a judicialização, mormente da violência de gênero. De posse de informações confiáveis e qualificadas, o OBSGênero media diversas reuniões e oficinas com os atores das redes, resultando em recomendações aos órgãos executores de políticas públicas.

O OBSGênero atua também na divulgação dos dados sobre a violência de gênero no Acre, conferindo transparência, informações e articulação de estratégias para subsidiar as ações do Sistema de Justiça, do Poder Público e Sociedade Civil, para o combate e enfrentamento à violência de gênero, tanto no eixo preventivo quanto repressivo, fomentando a criação de leis e melhoria das políticas públicas.

Se constitui também como um canal de comunicação direto e desburocratizado com a sociedade, por meio do Feminicidômetro. Além disso, estabelece parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão (UFAC e IFAC), direcionada a estudantes em nível de graduação e pós-graduação,

com outros Ministérios Públicos da Região Norte, por meio da adesão da ferramenta, e com os movimentos sociais formais do Acre.

Um processo envolve questões que vão para além dos autos, nesse sentido, o OBSGênero aplica a lupa de gênero na persecução penal, resultando numa resposta da atuação do MPAC à sociedade. O OBSGênero produz relatórios, publicações, ministra palestras, oficinas, participa de estudos de casos com indicação de ações afirmativas, tanto na prevenção quanto na repressão dos crimes violentos letais e intencionais praticados contra mulheres e população LGBTIQAPN+.

Dentre as atribuições do OBSGênero está a atualização semanal da ferramenta Feminicidômetro, e que, para a realização desta, se faz necessária a verificação quase que diária de todos os processos dos casos de feminicídio ocorridos no Estado do Acre de 2018 a 2023. O OBSGênero está em fase de análise dos casos de tentativas de feminicídio ocorridas no Acre no período de 2018 a 2024, bem como, a necessidade de atualização constante da matriz com todos os dados das vítimas e autores dos casos de feminicídios consumados e tentados, em razão das demandas que chegam com solicitação dos dados.

Em pouco tempo de criação, o OBSGênero já produziu 02 publicações intituladas Realidades: 1ª Edição “Feminicídios no Acre - uma realidade que se enfrenta”, 2ª Edição “Mulheres Vivas - feminicídio é evitável”; infográficos com características dos autores, vítimas e circunstâncias do crime - de 2018 a 2022; além de ministrar e participar de seminários, palestras, oficinas, aulas de formação na segurança pública, contribuições em trabalhos acadêmicos e eventos, em municípios, a nível estadual, e em eventos jurídicos e voltados a discussões de gênero, a nível nacional, como a ExpoJud.

Os estudos realizados pelo OBSGênero também são direcionados à sensibilização e conscientização para a execução de ações direcionadas ao combate e enfretamento à violência de gênero no Estado do Acre. Dessa forma, o OBSGênero cria, planeja e executa projetos, campanhas e seminários, em parcerias com as Promotorias da Capital e interior, voltados principalmente para as temáticas de violência de gênero.

3 FEMINICIDÔMETRO

O OBSGênero tem desempenhado um papel crucial acompanhando a persecução penal de todos os casos ocorridos no período de 2018 a 2025. Essa atuação reflete o compromisso do MPAC em garantir que cada caso seja devidamente investigado e que a justiça seja efetivada, ao mesmo tempo em que busca promover a conscientização e o aprimoramento de políticas públicas para combater o feminicídio no estado.

Um marco importante nesse trabalho de acompanhamento foi a criação, em 2021, do Feminicidômetro, uma ferramenta inovadora de pesquisa e controle social que oferece à população acesso a informações não sensíveis relacionadas aos processos desses crimes. A ferramenta visa subsidiar aprimoramentos no sistema de justiça, otimizando o tempo de persecução penal.

O Feminicidômetro surgiu em meio à pandemia de COVID-19, respondendo à necessidade de familiares das vítimas por informações claras e acessíveis sobre o andamento dos processos criminais. A relevância da ferramenta pode ser medida pelo alcance: de janeiro a 15 de outubro

de 2024, foram registrados 3.135 acessos. Em outubro de 2024, o Feminicidômetro passou por significativas atualizações, trazendo melhorias que ampliaram a funcionalidade:

- a) **Nova identidade visual:** Reformulada para facilitar a navegação e interação, tornando a experiência do usuário mais intuitiva;
- b) **Inclusão de novos dados:** Agora, a ferramenta também disponibiliza informações sobre tentativas de feminicídio, ampliando a abrangência informativa;
- c) **Comparação nacional e estadual:** A atualização permite a comparação entre as taxas de feminicídio no Brasil e no Acre, oferecendo um panorama mais completo e contextualizado;
- d) **Painéis informativos detalhados:** Novos painéis apresentam dados específicos sobre feminicídios consumados e tentados, incluindo taxas de ocorrência, perfis das vítimas e autores, contextos dos crimes e análises temporais;
- e) **Canais de informações:** A ferramenta integra acessos diretos às páginas do CAV, do OBSGênero e do Observatório de Análise Criminal;
- f) **Canal de manifestações:** Oferece um espaço para sugestões, elogios, dúvidas e solicitações de informações, promovendo maior interação e transparência com a sociedade.

Essas atualizações reforçam o compromisso do MPAC com a transparência, o controle social e a busca contínua por melhorias no enfrentamento à violência de gênero no Acre.

O Feminicidômetro registrou um aumento expressivo no número de acessos em 2024, evidenciando a crescente relevância como ferramenta de combate ao feminicídio e de promoção da transparência. **Em 2023, a plataforma contabilizou 1.001 acessos, enquanto em 2024 esse número saltou para 5.554, representando um aumento de aproximadamente 454,5%.**

Esse crescimento não apenas demonstra a confiança da sociedade na ferramenta, mas também reflete a importância para diferentes setores. O Feminicidômetro tem sido amplamente utilizado pela rede de atendimento à mulher, instituições de ensino superior, o sistema de justiça, veículos de comunicação e pela sociedade em geral. Ele serve como fonte de dados, instrumento de controle social e subsídio para a formulação de políticas públicas e estudos acadêmicos.

O aumento nos acessos também está associado às melhorias implementadas na plataforma em 2024, que tornaram o Feminicidômetro ainda mais acessível e abrangente. As atualizações, como a inclusão de novos dados e funcionalidades, reforçam a utilidade como um recurso indispensável na luta contra o feminicídio no Acre e como modelo de inovação no uso de tecnologia para o enfrentamento à violência de gênero.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, considera-se que, o OBSGênero e a principal ferramenta, o Feminicidômetro, representam um avanço significativo no monitoramento e enfrentamento à violência de gênero no Estado do Acre. O estudo evidenciou a relevância dessa iniciativa, que alia transparência, proatividade e cooperação interinstitucional para garantir um acompanhamento eficiente dos casos de feminicídio e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e baseadas em evidências.

A transparência proporcionada pelo Feminicidômetro permite que a sociedade tenha acesso a dados precisos e atualizados, promovendo maior controle social e aprimoramento do sistema de justiça. Além disso, a ferramenta reduz a sensação de desassistência dos familiares das vítimas, colocando-os no centro do processo penal e promovendo um paradigma mais inclusivo e humanizado na persecução penal.

A inovação tecnológica incorporada ao projeto demonstrou ser de baixo custo e alta eficiência, viabilizando a implementação por outros estados da Região Norte. A adesão crescente da sociedade, dos órgãos do sistema de justiça e das instituições acadêmicas reforça a importância desse modelo como referência nacional no enfrentamento à violência de gênero.

Visando à futura expansão e aprimoramento do OBSGênero, aponta-se para a ampliação dos estudos sobre os impactos concretos do Feminicidômetro na celeridade processual e na redução da impunidade. Além disso, novas pesquisas podem explorar a viabilidade de replicação dessa ferramenta em outros contextos e a integração com estratégias de atendimento e proteção às vítimas.

Outrossim, em análises futuras, o OBSGênero pretende iniciar o estudo da violência sexual no Acre, perante a necessidade de um monitoramento detalhado diante dos elevados índices desse tipo de crime. A sistematização de informações sobre os casos permitirá compreender os perfis das vítimas e dos agressores, os locais e contextos em que ocorrem os crimes, além das falhas nos mecanismos de denúncia e acolhimento.

Ainda mais, outra iniciativa relevante a ser considerada para investigações futuras no âmbito do OBSGênero consistirá na análise de matérias jornalísticas acerca da ocorrência de feminicídios no Acre. Haja vista a imprescindibilidade do papel da mídia em noticiar esses casos de modo responsável, cumpre-se necessário dar enfoque a essas pesquisas, a fim de corroborar a importância da contribuição da imprensa para a disseminação de informações que possam salvar as vidas de outras vítimas em potencial.

Ademais, em parceria com o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da UFMG, o OBSGênero irá empreender uma pesquisa sobre a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+. O estudo consistirá em mapear a produção de gênero e expressões da sexualidade nos processos de violação nos documentos do sistema de justiça e segurança pública, refletida também nas produções midiáticas acerca dos homicídios consumados e tentados contra essa comunidade.

A continuidade da coleta e análise dos dados gerados por esses estudos permitirá a expansão dos efeitos na redução da impunidade e no fortalecimento das políticas de enfrentamento à violência de gênero, contribuindo para a construção de um sistema de justiça mais eficiente, acessível e comprometido com a defesa dos direitos humanos.

Dessa forma, o OBSGênero e o Feminicidômetro se consolidam como instrumentos fundamentais na luta contra a violência de gênero no estado do Acre, fortalecendo a transparência, a responsabilização e a eficiência na persecução penal dos crimes de feminicídio no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACRE. Ministério Público. Centro de Atendimento à Vítima. **Observatório de violência de gênero**. Rio Branco, 2025.

OBSERVA MINAS: HISTÓRICO DE UMA CONSTRUÇÃO (2014-2024)⁴²

Marina Alves Amorim⁴³

Maria Clara Maia⁴⁴

Ana Clara Baeta⁴⁵

Resumo

Este artigo apresenta o OBSERVA Minas, datado de 2023, e explora o histórico que levou a sua criação, entre 2014 e 2024. Trata-se de um esforço de registrar essa construção, de reconhecer as profissionais que nela atuaram e de reforçar as intenções que a garantiram.

Palavras-chave: OBSERVA Minas. Observatório. Gênero. Mulheres. Minas Gerais.

⁴² Este artigo é um produto do projeto *Construindo capacidades e expandindo fronteiras em pesquisa na FJP*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) – Edital 003/2023.

⁴³ Fundação João Pinheiro (FJP).

⁴⁴ Fundação João Pinheiro (FJP).

⁴⁵ Fundação João Pinheiro (FJP).

1 INTRODUÇÃO

O governo do estado de Minas Gerais conta com um observatório de gênero: o OBSERVA Minas, fruto de uma parceria entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG). É esse observatório o objeto da nossa comunicação no 1º Encontro da Rede de Observatórios Sobre as Mulheres, e que explica o nosso interesse nessa rede, na medida em que fazemos parte da equipe técnica responsável por ele.

Aparentemente, a história do observatório em questão tem início no final de 2023, com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica (TCT) entre a FJP e a Sedese-MG, que formaliza a parceria em torno da sua construção, ou no início de 2024, quando esse TCT começa a ser implementado, levando à criação de um portal na *internet*, em meados desse mesmo ano. Todavia, o OBSERVA Minas, como toda obra humana e também como toda estrutura do estado, é fruto de um processo e não de um ato, que envolve múltiplos atores e se desenrola ao longo de um período de tempo — nesse caso, desde pelo menos 2014, ou seja, há uma década.

Este artigo, para além de apresentar o que é, afinal, o OBSERVA Minas e o que ele se propõe, explora o histórico que levou a sua criação, entre 2014 e 2024. Trata-se de um esforço de registrar essa construção, de reconhecer as profissionais que nela atuaram e de reforçar as intenções que a garantiram.

2 HISTÓRICO DE UMA CONSTRUÇÃO

Desde 2014 pelo menos, há registros que apontam, por um lado, a demanda dos movimentos feministas e de mulheres de Minas Gerais por um observatório com recorte de gênero, e, por outro lado, a intenção do governo do estado de Minas Gerais de criar tal observatório. Dessa forma, a formalização do TCT entre a FJP e a Sedese-MG, no final de 2023, que constitui o ato fundante do OBSERVA Minas, e o começo da sua implementação no início de 2024, pode e deve ser compreendida como o resultado de uma construção histórica de pelo menos dez anos de duração.

O *I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres* (Minas Gerais, 2014) data de 2014. O seu Eixo 8, intitulado “Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia”, já contava com a ação de criação de um observatório social da representação das mulheres na mídia. Supõe-se que esse plano sistematiza, ao mesmo tempo, intenções do governo de Minas Gerais e demandas dos movimentos sociais mineiros, como é de praxe em documentos dessa natureza⁴⁶.

Um ano mais tarde, em 2015, aconteceu a 4ª Conferência estadual de políticas para as mulheres⁴⁷. Certamente, nessa ocasião, a demanda por um observatório de gênero foi vocalizada, considerando que o documento *Sistematização das demandas das mulheres nos espaços participativos* (Minas Gerais, 2018b), publicado em 2018, registra os resultados da 4ª Conferência no Eixo 2: “Enfrentamento à violência contra as mulheres”, a Ação 11 propõe justamente a “Criação e disponibilização para a sociedade de um sistema de informação e monitoramento

⁴⁶ Infelizmente, não foram localizados documentos referentes ao processo de elaboração do I Plano Estadual. Até mesmo o documento do plano em si é de difícil acesso: ele só está disponível na internet no site da Prefeitura de Uberaba; por sorte, há um volume físico na Biblioteca do Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade (Egedi) da FJP.

⁴⁷ Da mesma forma, infelizmente, não foram localizados documentos que registrem os resultados da 1ª, 2ª e 3ª conferências estaduais.

das notificações de violências contra as mulheres” (Minas Gerais, 2018b, p. 15). Além disso, no *Plano Decenal de Políticas para as Mulheres* (Minas Gerais, 2018a), também datado de 2018, no Eixo 2: “Enfrentamento à violência contra as mulheres”, mais especificamente na Demanda 8, a Ação 6 do objetivo estratégico é:

[...] fomentar a criação e institucionalização de um Observatório de Gênero e Raça, pela Secretaria de Política para as Mulheres, para o estabelecimento e o incremento de mecanismos de cooperação técnica com universidades, conselhos de categorias profissionais, movimentos sociais e instituições competentes (Minas Gerais, 2018a, p. 62).

Sabia-se de antemão que esse plano decenal foi construído de forma participativa, a partir dos resultados da 4ª Conferência estadual de políticas para as mulheres⁴⁸.

Não por acaso, então, entre a realização da 4ª Conferência em 2015 e a publicação do Plano Decenal em 2018, o governo do estado de Minas Gerais criou um observatório com perspectiva de gênero. Em maio de 2017, surge o Observatório de Gênero e Raça Minas Gerais⁴⁹ (Minas Gerais, 2017). Nessa ocasião, Larissa Amorim Borges respondia pela Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (SPM-MG). Na prática, tratou-se de um *blog* de notícias com duração bastante curta, pois a sua última atualização ocorreu em agosto de 2017, ou seja, sua duração foi de apenas três meses⁵⁰.

Em 2022, a Sedese-MG recolocou a iniciativa na sua agenda. É feita uma tentativa de estabelecer um TCT com a Faculdade de Direito (FD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para formalizar uma parceria para reestruturar e consolidar as atividades do observatório criado em 2017, que passaria a ser denominado Observatório de Gênero e Interseccionalidades (OBSERVA) Lélia Gonzalez. Acredita-se que a interlocução com a FD/UFMG foi determinada pelo fato de Maíra Fernandes, então superintendente de articulação de políticas dos direitos das mulheres da Sedese-MG, ser egressa dessa faculdade, com passagem pelo seu Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero (Diverso). Esse processo avançou até a elaboração da minuta do TCT, em janeiro de 2023, não chegando a ser firmado entre as partes⁵¹.

A Sedese-MG iniciou, então, um novo diálogo com a mesma finalidade do início de 2023, dessa vez com o Egedi/FJP. A secretaria voltou-se, então, para a sua “parceira natural”, considerando que a FJP é um centro de pesquisa e ensino do próprio governo de Minas Gerais. Desde a sua fundação, o Egedi trabalha pela institucionalização das políticas para as mulheres no estado, tendo já desenvolvido parcerias importantes com diferentes gestões do Poder Executivo estadual⁵². O

⁴⁸ O Egedi/FJP trabalhou na construção do *Plano Decenal de Políticas para as Mulheres*, sendo que a sistematização e a publicação dos resultados da 4ª Conferência já mencionados constituíram etapas desse processo.

⁴⁹ A página deste observatório continua disponível na *internet*. Ela pode ser acessada pelo seguinte *link*: ([Minas Gerais, 2017](#)).

⁵⁰ Compreender o porquê da fragilidade e da curtíssima duração dessa experiência poderia ser interessante para procurar evitar o mesmo desfecho. A experiência de dez anos de trabalho com gênero do Egedi/FJP no âmbito do governo do estado de Minas Gerais permite apontar uma hipótese: por um lado, o fato da subsecretaria não construir com um centro de ensino superior e pesquisa a liderança técnica e de implementação do observatório, e, por outro lado, a incapacidade da própria subsecretaria de assumir isso, em função do seu quadro reduzido de profissionais e do acúmulo de trabalho, teria determinado o insucesso do Observatório Gênero e Raça Minas Gerais.

⁵¹ O número do processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é 1480.01.0000140/2022-73.

⁵² Já foram mencionadas parcerias importantes com a gestão anterior no corpo do texto — em torno dos resultados da 4ª Conferência de políticas para as mulheres e da elaboração do *Plano Decenal de Políticas para as Mulheres*. Com a gestão atual, vale destacar a elaboração de diagnóstico sobre a situação das casas de abrigo para mulheres em situação de violência (FJP; Minas Gerais, 2022).

TCT entre as partes foi assinado em dezembro de 2023⁵³ e a FJP alocou imediatamente recursos financeiros obtidos junto à Fapemig nessa parceria, o que demonstra seu forte engajamento. Nesse processo, merecem ser destacados os nomes de Julye Beserra, especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG) em exercício na Sedese; Mônica Bernardi, EPPGG do governo do estado de Minas Gerais e vice-presidente da FJP; e de uma de nós, autora deste texto: Marina Alves Amorim, pesquisadora da FJP. O observatório passou, nesse momento, a ser denominado OBSERVA Minas – Observatório Interseccional de Gênero de Minas Gerais.

Vale destacar que, em meio às tratativas entre a Sedese-MG e a FJP, ocorreu, em maio de 2023, o 8º Encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), em Belo Horizonte. Os representantes dos estados membros pactuaram a criação de um observatório com foco nas mulheres, nessa ocasião. Em primeiro lugar, isso reforçou a importância de que o Poder Executivo contasse com espaços específicos para a coleta, a produção, a organização e a divulgação de dados com recorte de gênero, indicando que nos anos seguintes os estados da região Sul e Sudeste do Brasil que ainda não contavam com um observatório de gênero deveriam criar um. Isso reforçou ainda a construção em curso entre Sedese-MG e FJP, na medida em que ela levaria o governo de Minas Gerais a sair na frente no cumprimento dessa pactuação do 8º Encontro do Cosud. Portanto, o OBSERVA Minas passou a ser um projeto prioritário do gabinete da Sedese-MG, sob a liderança de Elizabeth Jucá.

Já no início de 2024, o TCT entre a FJP e a Sedese-MG começou a ser desenvolvido, com a realização de reuniões mensais da equipe envolvida no projeto e a estruturação do observatório. Em junho de 2024, foi lançado o portal do OBSERVA Minas na *internet* (Observa Minas, ©2024). Disponível em: <https://www.observaminas.social.mg.gov.br/>.

3 OBSERVA MINAS: 1º ATO

O objetivo do OBSERVA Minas é produzir, monitorar e disseminar informações e análises com um enfoque de gênero, considerando suas interseccionalidades com raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais. Dessa forma, o seu portal foi pensado para fornecer dados acessíveis para diversos públicos e organizações que atuam no enfrentamento das desigualdades de gênero no estado de Minas Gerais. A sua interface é apresentada na Figura 1.

Figura 1: Interface do portal OBSERVA Minas



Fonte: Observa [...] (©2024).

⁵³ O número do processo no SEI é 1480.01.0003410/2023-50.

A primeira seção do portal é a de “Publicações”, que conta com produções próprias de pesquisas realizadas no âmbito do projeto OBSERVA Minas. Conforme Figura 2, em 2024, foram elaborados dois *policy briefs*: *Gênero, raça e acesso à moradia adequada* (FJP, 2024), com dados da pesquisa *Déficit habitacional no Brasil 2022*, desenvolvida pela FJP; e *Gênero, mercado de trabalho e qualificação* (FJP, 2024), com dados da *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua* (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ambos estão disponíveis para *download* no portal em formatos acessíveis, diagramados com infográficos e resumos executivos, além de apresentar, ao final, recomendações para gestores públicos. O objetivo dos *policy briefs* é oferecer informações seguras, sintetizadas em um formato simples e visualmente acessível, contribuindo para que gestores públicos tenham subsídios claros e práticos para a tomada de decisão e a elaboração de políticas públicas eficazes.

Figura 2: Seção “Publicações” do portal OBSERVA Minas



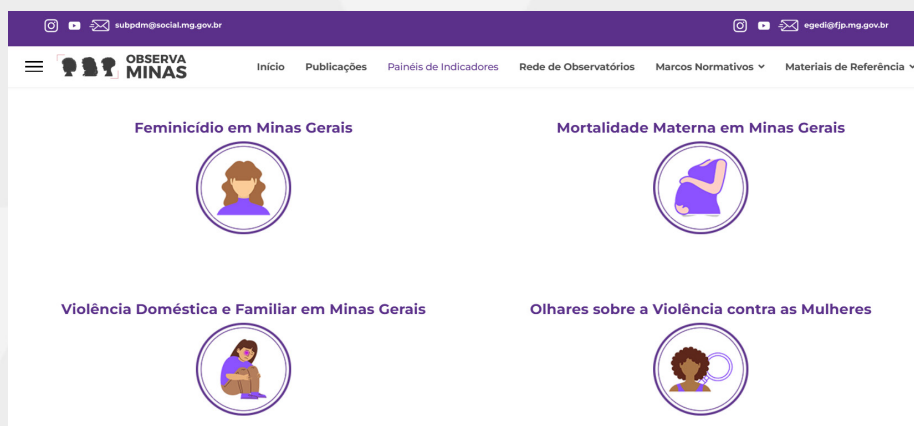
Fonte: Observa [...] (©2024).

Há, também, a seção “Painéis de Indicadores”, na qual são disponibilizados, até o momento, os seguintes *dashboards* interativos, com dados do governo de Minas Gerais, conforme Figura 3:

- a) **Feminicídio em Minas Gerais:** reúne dados da Polícia Civil de Minas Gerais (PC-MG) sobre feminicídios ocorridos no estado entre os anos de 2019 e 2024, com informações detalhadas, como: o município da vítima, raça/cor, faixa etária, estado civil, relação da vítima com o autor do crime, existência de medida protetiva, dia da semana, local do crime, entre outros dados;
- a) **Mortalidade Materna em Minas Gerais:** apresenta informações da Secretaria de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) sobre o perfil geográfico, demográfico e clínico das vítimas de mortalidade materna no estado entre 2006 e 2024, incluindo dados sobre município, raça/cor, escolaridade, faixa etária, estado civil, ocupação, recebimento de assistência médica, causa da morte, entre outros;
- a) **Violência Doméstica e Familiar em Minas Gerais:** disponibiliza dados da PC-MG referentes aos anos de 2020 e 2025, abrangendo informações como: tipo de violência, município, dia da semana, horário da violência, natureza do delito, raça/cor, faixa etária, estado civil, relação da vítima com o autor do crime, entre outros detalhes;
- a) **Olhares sobre a Violência contra as Mulheres:** apresenta um *dashboard* com dados compilados e comparados da PC-MG e da SES-MG sobre casos de violência atendidos pelo

Sistema Único de Saúde (SUS) e pela Polícia Civil em Minas Gerais (PC-MG), abrangendo os anos de 2016 a 2022. As informações incluem: orientação sexual, identidade de gênero, raça/cor, tipo de violência, ocorrência de violência repetida, sexo do autor da violência, faixa etária e local de ocorrência, tudo detalhado de acordo com cada tipo de violência contra as mulheres, entre outros aspectos.

Figura 3: Seção “Painéis de Indicadores” do portal OBSERVA Minas



Fonte: Observa [...] (©2024).

Um dos produtos do projeto, a Rede de Observatórios com perspectiva de gênero ou sobre as mulheres, é apresentado na terceira seção do portal. Para a construção de um banco de dados sobre a Rede, foi realizada uma pesquisa exploratória entre fevereiro e abril de 2024, utilizando a ferramenta Google. Os resultados identificados, referentes a portais de observatórios no Brasil, com enfoque em gênero ou relacionados às mulheres, foram registrados e organizados no banco de dados (Maia, 2024). Na sequência, os observatórios identificados no Brasil foram disponibilizados em um mapa interativo georreferenciado. Conforme a Figura 4, ao passar o *mouse* sobre os pontos do mapa, é possível verificar o observatório, a instituição gestora e o *link* para acesso.

Figura 4: Seção “Rede de Observatórios” do portal OBSERVA Minas



Fonte: Observa [...] (©2024).

A seção seguinte do portal do OBSERVA Minas reúne marcos legais e legislações internacionais, nacionais e estaduais. A Figura 5 ilustra a subseção dedicada aos regulamentos estaduais relacionados às políticas para as mulheres.

Figura 5: Seção “Marcos Normativos” do portal OBSERVA Minas



Fonte: Observa [...] (©2024).

Para 2025, novos produtos estão previstos para serem disponibilizados no portal do OBSERVA Minas. Em primeiro lugar, a publicação dos painéis de indicadores georreferenciados, baseados na pesquisa *Mapeamento do ecossistema de políticas públicas para as mulheres em Minas Gerais (PPM/MG)*, realizada no âmbito do projeto OBSERVA Minas. A pesquisa analisou a presença de organismos de políticas para as mulheres, Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) e Defensorias Especializadas na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência (Nudem) nos 853 municípios do estado. Os dados dessa pesquisa também serão apresentados em um *policy brief*⁵⁴.

Além disso, estão previstas a publicação de outros dois *policy briefs*: um abordará a violência política contra as mulheres, e o outro tratará dos dados de gênero e raça do último censo populacional realizado pelo IBGE.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O OBSERVA Minas, lançado em 2024, é um projeto que materializa o esforço contínuo de mais de uma década em torno das demandas feministas e da agenda pública de igualdade de gênero no estado de Minas Gerais. O processo de demanda pela construção do observatório, que se inicia em 2014, reflete a necessidade de um espaço institucionalizado que registre, analise e divulgue dados e informações sobre as mulheres, com recorte de gênero e interseccionalidades como raça, classe e sexualidade. Ao mesmo tempo, essa longa trajetória para sua consolidação evidencia as dificuldades inerentes à construção de instrumentos de monitoramento e análise voltados para a promoção da igualdade de gênero.

Como evidenciado ao longo do texto, a formalização da necessidade de um observatório com recorte de gênero apareceu pela primeira vez no *I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres* (Minas Gerais, 2014), em 2014, e foi reiterada na 4ª Conferência estadual de políticas para as

⁵⁴ Os painéis de indicadores e o *policy brief* referenciados têm previsão de publicação em março de 2025.

mulheres, em 2015. Em 2017, houve uma tentativa concreta de responder a essa demanda com o lançamento do Observatório de Gênero e Raça de Minas Gerais. Apesar do potencial apresentado, essa iniciativa foi descontinuada ainda no mesmo ano, ilustrando a fragilidade institucional e os desafios de priorização dessa agenda. No ano seguinte, em 2018, a demanda foi formalizada no documento *Sistematização das demandas das mulheres nos espaços participativos* (Minas Gerais, 2018b) e no *Plano Decenal de Políticas para as Mulheres* (Minas Gerais, 2018a).

Somente em 2022, com a retomada do tema pela Sedese-MG, a criação do observatório foi novamente colocada em pauta. Ainda assim, a tentativa de estabelecer uma parceria com a FD/UFMG não prosperou. Foi então, no início de 2023, que o diálogo com o Egedi/FJP resultou na formalização de TCT, concretizando, finalmente, o nascimento do portal do OBSERVA Minas em julho de 2024. Portanto, esse observatório não é apenas uma plataforma digital, mas um marco na consolidação de políticas públicas focadas na promoção dos direitos das mulheres em Minas Gerais.

A partir de sua implementação, o OBSERVA Minas pública produtos que buscam analisar e divulgar dados para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Com seis meses de criação, no início de 2025, o portal do OBSERVA Minas já disponibiliza uma série de produtos importantes, como os dois *policy briefs*, os painéis de indicadores com dados longitudinais, a rede de observatórios sobre as mulheres ou com perspectiva de gênero, e a compilação de legislações relacionadas à temática. Além disso, novos produtos estão previstos para 2025, incluindo painéis de indicadores georreferenciados sobre o ecossistema de políticas públicas para mulheres em Minas Gerais e mais três *policy briefs*: um sobre o ecossistema de PPM, um sobre violência política contra as mulheres, e outro com dados de gênero e raça do último censo do IBGE.

No entanto, manter um observatório como o OBSERVA Minas vivo e atualizado é um desafio complexo. Envolve não apenas o compromisso político e institucional contínuo, mas também a mobilização de recursos financeiros e humanos, a atualização constante dos dados, e o diálogo com os movimentos feministas. Sobretudo, considerando-se a complexidade do estado de Minas Gerais, que possui 853 municípios. Além disso, é crucial garantir que o conhecimento produzido seja traduzido em políticas públicas eficazes.

Nesse contexto, o OBSERVA Minas é mais do que um repositório de informações; ele se apresenta como um espaço estratégico para o fortalecimento das políticas de gênero em Minas Gerais. Seu sucesso dependerá da capacidade de manter uma articulação permanente com movimentos sociais, gestores públicos e a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Observa Minas. **Gênero, raça e acesso à moradia adequada**. Belo Horizonte: FJP, 29 ago. 2024. Disponível em: https://www.observaminas.social.mg.gov.br/images/documentos/publicacoes/policy_brief/policy_brief.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. **Abrigos para mulheres em situação de violência e risco de morte em Minas Gerais**: modos de funcionamento e principais características. Belo Horizonte: FJP, 2022. Diagnóstico. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/4026>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. **Observatório de Gênero e Raça Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://generoramg.blogspot.com/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. **Plano Decenal de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Sedpac, 2018a. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/4217>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. **Sistematização das demandas das mulheres em espaços participativos**. Belo Horizonte: Sedpac. 2018b. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/4216>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. **Plano Estadual de Políticas para Mulheres**. Belo Horizonte: Sedese, 2014.

OBSERVA Minas. Belo Horizonte: FJP: Sedese, ©2024. Site. Disponível em: <https://www.observaminas.social.mg.gov.br/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

Tecendo resistências: ODMulheresVales na Construção de uma Agenda Feminista e Antirracista

Claudilene da Costa Ramalho UFVJM

Lucineide Nunes Soares UFVJM

Rhideme Souza Pereira UFPB

Thaís Silva Martins UFJF

Resumo

O Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (ODMulheresVales) foi criado em 2016, vinculado à UFVJM, com o objetivo de promover e proteger os direitos das mulheres. A sua atuação se baseia na interseccionalidade de gênero, raça e classe, abordando as desigualdades estruturais da sociedade, que incluem violência, feminicídio e sub-representação política. Embora no estado de Minas Gerais as mulheres representem 51% da população, elas ainda enfrentam muitos desafios. O observatório não só combina ensino, pesquisa e extensão, mas também conecta diferentes saberes que buscam uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Mulheres. Direitos. Antirracista. Anti-machista.

1 INTRODUÇÃO

“Não serei interrompida” (Marielle Franco, 2018, *YouTube*).

O Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (ODMulheresVales) surgiu em 2016 como projeto de extensão articulado, ao ensino e pesquisa, vinculado à Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), cuja iniciativa visava fortalecer as ações em prol dos direitos das mulheres, que no decorrer do tempo, passa a se configurar como espaço-tempo alternativo de enfrentamento às “máscaras do silenciamento”, ou seja, lugar em que as mulheres podem “erguer a voz” (Bell Hooks, 2019)¹, onde mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, pertencentes aos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MG, compartilham ações que buscam criar condições para que conheçam as suas histórias, reivindicações e conquistas. Tenham oportunidades de contribuir ativamente para a ciência, para a política e para o desenvolvimento social.

O ODMulheresVales, por meio das múltiplas mulheres que o compõem, atua partindo do princípio de que “nós sempre precisaremos promover e encorajar o ato de ‘erguer a voz’” (Bell Hooks, 2019, p. 21), pois o controle sobre a fala das mulheres é parte da história do patriarcado, e o racismo estrutural faz com que esse controle sobre as mulheres negras seja ainda maior. Para Hooks (2019, p. 45), devido à estrutura sexista racista, “falar se torna tanto uma forma de se engajar em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transforma em sujeito”. Cabe ressaltar que as mulheres negras permaneceram objetificadas após a escravização, fruto da estrutura racista patriarcal, que fez com que fossem silenciadas, definidas e interpretadas pelas (os) outras (os) (Hooks, 2019).

Portanto, a história e/ou experiências do ODMulheresVales, construída com as mulheres dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, nos permitem afirmar que “não seremos interrompidas”, como expressa a epígrafe de Marielle Franco (2018). Destruiremos as máscaras que insistem em nos calar, por meio de uma história tecida por muitas mãos.

Diante disso, este texto apresenta, em linhas gerais, a construção histórica do ODMulheresVales, o conjunto de projetos que vem sendo desenvolvidos com a interface no ensino, pesquisa e extensão: Aquilombar nos Vales: Mulheres negras tecelãs da resistência; Enegrecendo e Aldeando a Política nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; e, Diálogos Ampliados com a Diversidade: acesso, permanência e emancipação. Além de destacar algumas das relevantes contribuições no enfrentamento do racismo e sexismo, em Minas Gerais (MG).

2 ODMULHERESVALES: UMA HISTÓRIA TECIDA POR MUITAS MÃOS

O Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (ODMulheresVales), surge no ano de 2016 e ao longo do tempo, com seus diversos fios e tecidas permitiram formar uma valiosa colcha que, conforme ilustrado por Collins (2019, p. 420) ao designar os componentes de uma epistemologia feminista negra, “[...] justapõem cores e padrões fortes e veem as diferenças individuais não como algo que valoriza um retalho em detrimento do outro, mas como um aspecto que enriquece toda a colcha”. Assim, enquanto programa de extensão, hoje o ODMulheresVales une não somente o tripé ensino, pesquisa e extensão, mas (re)une muitas mãos e muitos saberes que trabalham para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tecendo cotidianamente suas várias formas de (r)existência.

A atuação do ODMulheresVales é pautada na garantia e ampliação dos direitos das mulheres, o que perpassa necessariamente os debates de gênero, raça e classe, visto que a interseccionalidade desses marcadores sociais reflete os problemas estruturais de uma sociedade machista, racista e economicamente desigual (Gonzalez, 2020), que contribui para que os dados de violência contra as mulheres ainda seja uma das principais pautas dentro desse movimento. No contexto do estado de Minas Gerais, de acordo com o IBGE (2021), as mulheres representam 51% da população, mas assim como no cenário nacional em que as mulheres também são em média a maioria da população, é premente o enfrentamento de desafios como violência, feminicídio, desigualdade de renda, sub-representação política, dentre outras políticas (Censo Demográfico IBGE, 2021; SIPS, 2024; MTE, 2023; Ramalho, 2023). Nos Vales o Jequitinhonha e Mucuri, especificamente, áreas de atuação do ODMulheresVales, há 88 municípios, muitos dos quais enfrentam desafios socioeconômicos graves. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de várias localidades varia entre 0,500 e 0,599, indicando baixo desenvolvimento (IBGE, 2022). Apesar das riquezas culturais e naturais, essas regiões sofrem com a falta de infraestrutura, o acesso limitado a serviços essenciais de saúde e educação e altos índices de pobreza e desigualdade social (IBGE, 2021).

Analisando o Caderno de Indicadores de Minas Gerais (2013) e o Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais - PEAS/MG (2020), podemos observar que as regiões do Jequitinhonha e Mucuri são caracterizadas por vastas áreas rurais e fortes influências patriarcais, sustentado pela desigualdade de gênero e raça. Isso resulta em altos índices de violência contra as mulheres, especialmente mulheres negras, e na perpetuação da pobreza extrema, que afeta desproporcionalmente esse grupo.

Além disso, 45,9% das mulheres no Estado são responsáveis pelo sustento de seus domicílios, segundo o Censo de 2022 (IBGE, 2021), no entanto, ainda recebem, em média, salários 24,88% menores do que os dos homens (MTE, 2023). Apesar da redução de 14,71% no número de mulheres vítimas de crimes violentos em Minas Gerais em 2023, houve um aumento de 4,57% nos casos de feminicídio consumado em comparação ao ano de 2022. Quando analisados sob a perspectiva interseccional, os dados da SIPS (2024) revelam que as mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no estado e recebem, em média, 27,72% a menos do que as mulheres não negras.

Além disso, essas regiões possuem forte presença de comunidades quilombolas e indígenas. O Vale do Jequitinhonha conta com 146 comunidades quilombolas certificadas e 61 não certificadas (CEDEFES, 2021), enquanto o Vale do Mucuri tem 16 comunidades quilombolas certificadas. No que se refere às comunidades indígenas, as mulheres representam mais de 50% da população (IBGE, 2022), e, embora muitas delas desempenhem papéis de liderança dentro de suas aldeias, nenhuma mulher indígena ocupa cargo eletivo.

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RESEAM/2024) e o IBGE (2022) demonstram a sub-representação feminina nos espaços de poder. Embora sejam maioria da população, as mulheres — especialmente negras, quilombolas e indígenas — enfrentam desafios ainda maiores para ocupar esses espaços. De acordo com o resultado das eleições municipais de 2024, 22% dos 853 municípios do estado de Minas Gerais não possuem sequer uma vereadora, e 39% têm apenas uma. No âmbito do executivo, 88% dos prefeitos eleitos são homens (ALMG, 2024).

Diante dessa realidade, e considerando que a UFVJM é a única universidade pública presente

nessas regiões, o Observatório dos Direitos das Mulheres optou por um recorte regionalizado para concentrar suas ações de ensino, pesquisa e extensão nas demandas das mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Assim, desde 2016 quando foi criado como um projeto de extensão, o ODMulheresVales vem promovendo atividades e ações internas e externas voltadas para o debate das relações de gênero e combate à violação dos direitos das mulheres, bem como o fortalecimento da auto-organização feminina e da rede de enfrentamento à violência nos referidos Vales.

Entre 2016 e 2024, o Observatório realizou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com destaque para publicações de livros e artigos com o relato de experiência de suas ações (Barros *et al.*, 2022; Ramalho *et al.*, 2019; Ramalho; Amorim, 2023). Contribuiu com a reativação do Conselho da Mulher no município de Teófilo Otoni em 2017. Foi propulsor na criação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Mucuri (CRDH) em parceria com a Associação dos Bairros de Teófilo Otoni, com o Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri (GMOM) e com o Instituto de Direitos Humanos- IDH de Belo Horizonte. Em 2019 recebeu o segundo lugar no prêmio Maria Aparecida Alves de Inserção Regional da UFVJM, como reconhecimento institucional pela sua atuação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Nos eixos ensino e extensão, além das atividades do grupo de estudos, foram realizadas oficinas, cine debate, minicursos, eventos do 8 de março, dentre outras atividades institucionais em parceria com a Diretoria de Extensão, Cultura, Assuntos Comunitários e Estudantis (DECACE) e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da UFVJM. Também foram realizados ciclos de seminários, capacitação e fortalecimento da rede de proteção e defesa das mulheres nos Vales, com profissionais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social- CRAS, nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS, Associação dos Bairros de Teófilo Otoni-ABTO, Centro de Referência de Direitos Humanos-CRDH, nos Núcleos de Atenção à Saúde da Família- NASF, no Conselho Tutelar, lideranças que atuam na defesa dos direitos das mulheres e Polícia Militar - PMMG. Uma das principais características do ODMulheresVales é a sua aproximação com a comunidade, com uma vivência da extensão que enxerga os atores sociais não como uma ponte para desenvolvimento da extensão, mas sim como aliados na construção de projetos junto à sociedade, em que a universidade pode e deve levar suas contribuições. A exemplo, as parcerias que foram criadas com os movimentos populares e Associação de Bairros de Teófilo Otoni (ABTO), com o Ministério Público (MPMG) e Delegacia da Mulher de Teófilo Otoni na ampliação da visibilidade e maior efetividade da Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha. A demarcação da presença e atuação das mulheres no Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha (Festivale), com a realização de oficinas temáticas voltadas ao debate de gênero e direitos das mulheres, resultando no Encontro de Mulheres no Festivale.

Mediante uma metodologia crítica, feminista e transformadora, o alcance do ODMulheresVales na pesquisa contribuiu, além das publicações científicas, com o desenvolvimento de trabalhos desde a graduação até a pós-graduação. Dentre as quais: a realização da Primeira Jornada Feminista na UFVJM, que foi resultado do projeto de intervenção de estágio supervisionado em Serviço Social, da estagiária do Observatório Julia Gomes; desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso de discentes da Faculdade de Ciências Sociais, Aplicadas e Exatas (FACSAE); a tese de doutorado de Ramalho (2023) intitulada “Mulheres Quilombolas do Vale do Jequitinhonha: tecelãs da resistência”, dentre outros trabalhos de pesquisa em nível de doutorado que estão em andamento.

O impacto do Observatório ultrapassou os limites regionais e o projeto contribuiu para a criação do Observatório dos Direitos das Mulheres do Centro Universitário UniAraguaia, em Goiás, entre 2019 e 2020. Também nesse período, durante a pandemia do COVID-19, houve uma ampliação do debate nas redes sociais com a divulgação de material e realização de *lives* em parceria com o CRDH – Mucuri, que abordaram temas diversos como: Masculinidade e Negritude, População negra na Pandemia, Isolamento Social e seus impactos para a população LGBTQIA+, dentre outros.

Em 2023, o Observatório passou por um processo de reorganização, tornando-se um programa de extensão universitária, com foco em ações de combate ao sexismo e racismo nos Vales, colocando as mulheres negras e indígenas no centro de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A partir de 2023, o seu objetivo passa a ser desenvolver ações que contribuam na atuação da UFVJM- Campus Mucuri, no combate ao sexismo e racismo nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, visando a construção de uma agenda antirracista e anti-machista dentro e fora da universidade, buscando contribuir com a visibilidade e fortalecimento das políticas afirmativas e das formas de resistências das mulheres negras, quilombolas e indígenas nos Vales.

Ao abordar as questões de racismo e sexismo nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, percebe-se que essas opressões se manifestam de forma latente. Apesar de enfrentarem invisibilidade e opressão, as mulheres negras, especialmente as quilombolas, têm sido tecelãs da resistência e protagonistas na transmissão e preservação dos valores culturais, sociais, educacionais e políticos (Soares, 2021). Diante disso, cabe à universidade fortalecer ações que fomentem a visibilidade dessas resistências e amplie sua atuação indissociável entre ensino-pesquisa-extensão no combate ao racismo e ao sexismo.

3 ODMULHERESVALES: AÇÕES E EXPERIÊNCIAS EM MOVIMENTO

Conforme já apontado, o Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (ODMulheresVales) vem atuando de forma interseccional com ações pautadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E, nesse contexto, o Programa atualmente acolhe e desenvolve importantes projetos e eventos que possibilitam o aprofundamento de conhecimento de forma interdisciplinar e interprofissional e, além disso, permitem diálogos diversos, articulados e ampliados, que vem contribuindo na consolidação e protagonismo do ODMulheresVales.

4 AQUILOMBAR NOS VALES: MULHERES NEGRAS TECELÃS DA RESISTÊNCIA

Projeto que busca fortalecer a atuação da UFVJM- Campus do Mucuri no combate ao sexismo e racismo nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, por meio da construção de uma agenda antirracista e anti-machista interna e externa à instituição. O seu desenvolvimento tem sido construído a partir de parcerias e diálogos com os movimentos sociais e artístico-culturais, organizações e mulheres negras dos Vales. Nesse sentido, vem sendo desenvolvido quatro ações estratégicas: a) o *grupo de estudo Sankofa: Mulheres negras e suas histórias insurgentes*, onde são debatidas obras de autoras negras e indígenas, como também é um espaço onde as pesquisadoras negras

dos Vales apresentam suas pesquisas; b) *Rodas de Conversas*, como as realizadas em parceria com a Casa da Juventude e Grupo Feminino Itaobiense (GRUFEMI): “Ser é Pertencer com as mulheres de Itaobim”, cujo objetivo é resgatar a memória da organização de mulheres desta cidade e fortalecer a auto-organização; c) as *Oficinas Relações Raciais e Serigrafia*, realizadas conjuntamente com o Projeto Pedagogia da Cidadania da Associação dos Bairros de Teófilo Otoni em diferentes municípios, comunidades do Mucuri e Jequitinhonha; d) e, o evento *Julho das Pretas* em comemoração ao “Dia das Mulheres Negras”, uma ação construída coletivamente através de reuniões online, envolvendo cerca de vinte organizações e movimentos dos Vales, que no ano de 2024, foram realizadas: rodas de conversa, oficinas, produção de vídeo sobre a data, participação no Seminário Legislativo Estatuto da Igualdade Racial, vivência corporal e o Encontro Julho das Pretas realizado no Quilombo Santo Izidoro em Berilo – Norte/MG.

5 ENEGRECENDO E ALDEANDO A POLÍTICA NOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

O Projeto “Enegrecendo e Aldeando a Política nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri” foi apresentado e aprovado em Edital 2/2024 conjunto do Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial e Ministério dos Povos Indígenas por meio de parceria entre ODMulheresVales e Associação de Bairros de Teófilo Otoni (ABTO), cujo objeto da Chamada Pública foi a concessão de apoio da administração pública federal para a execução de projeto de formação para igualdade de decisão e poder para as mulheres, visando contribuir para a superação da sub-representação nesses espaços e para o enfrentamento à violência política contra as mulheres. O seu objetivo central é o de realizar espaços de formação sobre a participação social e política para as mulheres negras, quilombolas e indígenas, voltado ao fortalecimento da liderança comunitária e política das mesmas nos Vales Jequitinhonha e Mucuri em Minas Gerais, Brasil.

A formação em andamento, neste ano de 2025, possui como metas e/ou resultados esperados: a formação de mais de 20 mulheres no Curso de formação de educadoras populares multiplicadoras locais; ter 200 mulheres em municípios dos Vales Jequitinhonha e Mucuri capacitadas; participação de 100 mulheres no I Encontro Regional tecendo a ocupação política; Produção de artigos, capítulo de livros e relatório técnico com os resultados da pesquisa sobre o perfil das mulheres que atuam na política dos Vales Jequitinhonha e Mucuri ou buscam participar; Registro fotográfico dos espaços e Produção de um vídeo documentário; Implementação de espaços de formação que estimulem o empoderamento, a troca de conhecimento e criação de rede de apoio entre as mulheres participantes. Ressalta-se que o projeto se fundamenta na parceria “Juntas Somos+Fortes”, que visa fortalecer a colaboração entre diferentes organizações e atores sociais engajados na promoção dos direitos das mulheres, além disso, é centrada no autocuidado e no protagonismo das mulheres, buscando fortalecer sua autoestima e capacidade de liderança. Cabe ressaltar, que esse projeto prevê ainda a realização de uma pesquisa exploratória para identificar a participação política das mulheres negras, indígenas e quilombolas dos Vales Jequitinhonha e Mucuri. Esses dados subsidiarão a criação de banco de dados sobre o perfil das mulheres na vida política da região. Por fim, a memória é utilizada como um instrumento para promover e potencializar a igualdade de decisão e poder das mulheres, valorizando suas conquistas e contribuições ao longo da história.

6 DIÁLOGOS AMPLIADOS COM A DIVERSIDADE: ACESSO, PERMANÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

O Projeto Diálogos Ampliados com a Diversidade: acesso, permanência e emancipação, iniciado no ano de 2024, tem como objetivo geral, desenvolver ações que contribuam para a construção de uma cultura dialógica e de valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e das pessoas com deficiência numa perspectiva de democratização dos ambientes de ensino-aprendizagem. E, nessa direção, realiza ações com a participação ativa dos estudantes do ensino médio em diálogos com os estudantes universitários, técnicos e docentes - considerando que estes jovens estão em transição para o ensino superior e, além disso, se constituem por meio de múltiplas identidades e condições de vida. Para tanto, são realizadas a) debates e aprofundamento de estudos sobre questões de desigualdades, diferenças, diversidade e direitos, tendo como foco os direitos humanos, a educação e a escola; b) Rodas de Conversas e debates ampliados com a pretensão de se construir ações preventivas para a saúde mental do estudante universitário e do ensino médio; c) Oficinas para o desenvolvimento de estratégias, recursos e competências para solucionar problemas/conflitos que percorrem a trajetória acadêmica e/ou de estudos; d) Atividades artístico-Culturais como o Palco com a Diversidade em Cena. Ressalta-se que suas atividades são planejadas em parcerias intersetoriais e interinstitucionais.

7 CONTRIBUIÇÕES RELEVANTES NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO E SEXISMO EM MG

Ao longo de sua história, o Observatório de Mulheres Vales (ODMulheresVales) se destacou por sua atuação no ensino, pesquisa e extensão, sendo convidado a participar de importantes eventos organizados pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), por meio da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres. Entre esses eventos, destaca-se o Sempre Vivas, que anualmente marca o calendário do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Em 2022, o Observatório participou da plenária “A Importância da Representatividade das Mulheres na Política”, realizada em 27 de maio, evento organizado pela ALMG. Nesse encontro, a coordenadora do ODMulheresVales foi uma das mulheres escolhidas para apresentar as demandas das mulheres dos Vales e contribuir para a elaboração da Carta de Minas, que reúne os desafios e as demandas das mulheres de Minas Gerais.

Em 2024, o Observatório foi novamente convidado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres para participar do terceiro Encontro Regional do Sempre Vivas, realizado em Teófilo Otoni (Jequitinhonha/Mucuri), com o tema “A importância da rede de proteção e enfrentamento à violência contra as mulheres». Durante o evento, o ODMulheresVales foi convidado para palestrar, destacando como a pobreza, o machismo e o racismo têm contribuído para a perpetuação da violência contra as mulheres nos Vales e enfatizando a necessidade de um enfrentamento mais efetivo dessas questões.

Além disso, em 2024, o Observatório também realizou à convite da ALMG palestra no sétimo e último encontro regional do Seminário Legislativo sobre o Estatuto da Igualdade Racial, em Araçuaí (Vale do Jequitinhonha) e compôs a Comissão da ALMG de elaboração do texto final deste Estatuto. Isso demonstra que, para além do combate ao sexismo, a atuação do Observatório no enfrentamento ao racismo se destacou, evidenciando a importância da interseccionalidade nas lutas pela igualdade de direitos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ODMulheresVales se mantém, desde o ano de 2016, representando uma importante contribuição da UFVJM no enfrentamento da violação dos direitos das mulheres e na articulação dos movimentos de defesa dos direitos das mulheres na região. E a reorganização de seus objetivos e ações, no ano de 2023, contribuiu para o seu fortalecimento como espaço de combate ao sexismo e racismo, tendo as mulheres negras, indígenas, quilombolas como centro de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nessa esteira de reorganização de metas, novas ações foram incorporadas, entre essas, a execução do Projeto de formação “Enegrecendo e Aldeando a Política nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri”, que neste ano de 2025, será um importantíssimo marco para o enfrentamento da sup-representação das mulheres negras, indígenas e quilombolas em espaços de poder e decisão política e comunitária.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. **Relatório anual socioeconômico da mulher – RASEAM 2024**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação anual de informações sociais RAIS – 2018**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostr%20a-dedomicilios-continua-mensal.html?edicao=33027&t=destaques>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Carta das mulheres de Minas**. Belo Horizonte: ALMG, 2022. Disponível em: <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/657/511/1657511.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. **Plano Estadual de Assistência Social**: Minas Gerais 2020-2023. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://social.mg.gov.br/images/assistencia_social/PLANO-ESTADUAL-DE-ASSISTENCIA-SOCIAL---Final.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.
- RAMALHO, Claudinei da Costa. **Mulheres quilombolas do Vale do Jequitinhonha**: tecelãs da resistência. 2023. 308 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em: <https://dspace4.ufes.br/items/b7ee1515-dd83-4a01-990a-b6739183e258>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Do GT ao Observatório:

A trajetória de fortalecimento de ações de equidade de gênero na UFSCar

Diana Junkes Bueno Martha (UFSCar)⁵⁵

Resumo: Este texto tem por objetivo destacar a fundamental importância do Observatório Mulheres para atender uma lacuna no que tange à pauta de gênero na UFSCar, traçando um breve panorama de sua criação e desenvolvimento desde 2022 até o presente. Ainda que as questões relativas à equidade de gênero sejam uma preocupação antiga e, em parte, sejam atendidas, no que tange especificamente aos problemas relativos à violência, pela Secretaria Geral de Ações Afirmativas Diversidade - SAADE e Equidade e pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE, Ouvidoria, entre outros, a conquista da equidade reivindica uma frente robusta de atuação e estratégias institucionais para a sua promoção.

Palavras-chave: Equidade. Universidade. Pesquisa. Extensão. Diversidade.

⁵⁵ Coordenadora do Observatório Mulheres=UFSCar. Docente do Departamento de Letras e Programa de Pós-Graduação em Literatura. Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, na gestão 2021-2025, responsável pela implementação do OM. dijunkes@ufscar.br

1 HISTÓRICO – DO GT AO OBSERVATÓRIO

Em março de 2022, por iniciativa da reitora, a Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira, foi criado o GT-Mulheres/UFSCar com o objetivo de refletir sobre as desigualdades de gênero na universidade e de organizar uma estrutura que viabilizasse a discussão de ações institucionais de equidade e que somassem esforços às instâncias já existentes na UFSCar voltadas ao tema, tais como as políticas de ações afirmativas, equidade e diversidade e as de combate à violência.

A presença de uma reitora à frente da universidade é, inquestionavelmente, um aspecto que fortalece e viabiliza a iniciativa de modo distinto do que teríamos com um homem à frente. Essa não é uma consideração minha, mas é o que apontam vários dos estudos de gênero desenvolvidos aqui e no exterior, sobre a importância e a diferença das mulheres na gestão para que as questões de gênero se tornem pautas abordadas com a urgência que merecem.

O GT foi composto inicialmente, pelas mulheres da gestão, e tivemos uma gestão com muitas mulheres, pelo menos uma em cada pró-reitoria e também na vice-reitoria. Em seguida estabelecemos eixos de atuação do grupo e interlocução com a comunidade. Nesse âmbito, entendemos que o mapeamento das questões de gênero perpassa todos os eixos, pois sem dados e dados de qualidade e sem entender a composição da universidade no que tange à participação das mulheres, incluindo-se aqui as mulheres cis e trans, obviamente, não podemos desenvolver pesquisas com o alcance e a envergadura que desejamos.

Assim, o GT nasce para estranhar a naturalização patriarcal que comanda grandemente a universidade, o normal das regras, das políticas meritocráticas, do discurso, que nunca foi justo com as mulheres e minorias. Esse estranhamento, claro, deve partir de nós e se estender à toda comunidade, não há política eficaz sem o engajamento de todas e todos, todes. Sabemos que por mais atentas, reproduzimos também essa lógica hierarquizante e excludente. Outro ponto sobre o qual gostaria de chamar a atenção é que toda política de reparação caminha pelo duplo sentido do verbo reparar: olhar ver com cuidado a aparição do que não tem sido inteligível efetivamente. Bem como reparar no sentido de restaurar um passado, a partir do que o olhar reparador engendra. Consertar com s e esperar os concertos, com c.

As políticas de equidade são frutos delicados que demoram a poder ser colhidos efetivamente, entre safras, mais utopias se assentam nas terras de uma nova ordem, habitada por quem clama pelo direito à vez – voz toda pessoa tem. Nossa geração, não apenas nós como gestoras de altos cargos, de cargos intermediários, mas todas nós e nossas estudantes tem este dever de implodir os trilhos e colocar o trem da história rumo a outras estações. Para concluir, e porque este é fundamentalmente um lugar de fala do meu feminino, escolhi ler um poema da poeta Argentina Maria Elena Walsh, que ficou imortalizado na voz de Mercedes Sosa. Vou ler a tradução. Chama-se “como a cigarra” e que diz do que é a resistência e a permanência da luta. E porque temos que seguir.

Como la cigarra

Tantas veces me mataron,
tantas veces me morí,

sin embargo estoy aquí
resucitando.

Gracias doy a la desgracia
y a la mano con puñal,
porque me mató tan mal,
y seguí cantando.

Cantando al sol,
como la cigarra,
después de un año
bajo la tierra,
igual que sobreviviente
que vuelve de la guerra.

Tantas veces me borraron,
tantas desaparecí,
a mi propio entierro fui,
solo y llorando.

Hice un nudo del pañuelo,
pero me olvidé después
que no era la única vez
y seguí cantando.

Cantando al sol,
como la cigarra,
después de un año
bajo la tierra,
igual que sobreviviente
que vuelve de la guerra.

Tantas veces te mataron,
tantas resucitarás
cuántas noches pasarás
desesperando.

Y a la hora del naufragio
y a la de la oscuridad
alguien te rescatará,
para ir cantando.

Cantando al sol,

como la cigarra,
después de un año
bajo la tierra,
igual que sobreviviente
que vuelve de la guerra.

2 CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO MULHERES-UFSCAR

Depois de 15 meses, o GT se fortaleceu e tornou-se um Observatório, o Observatório Mulheres-UFSCar busca dar um passo além na direção da consolidação de um Observatório que tem, sob a perspectiva de desenvolvimento de pesquisas, uma forma efetiva de representação, participação e ação com potencial desdobramento para todas as instâncias da universidade, pelo engajamento, reflexão e ações, incluindo as condições de ingresso na universidade e as condições de trabalho das servidoras terceirizadas.

Não foram poucos os passos que demos, como gestão superior, sob a liderança da Profa. Ana Beatriz de Oliveira, entre 2021-20205, embora nem sempre seja possível notar, entre ruínas, as flores que brotam furando o asfalto, a planta que germina, o céu que aos poucos se azula. E caminhamos com passos menores do que os que desejaríamos, mas passos assertivos em direção à inclusão, à permanência, à expansão da pesquisa para todas as categorias e para estudantes que historicamente são excluídos mais acentuadamente, por isso é um mérito no âmbito da pesquisa a PIBIC AF indígenas, e o projeto Pluralizar que oferece bolsas de IC a estudantes de grupos sub-representados, como as pessoas trans, fruto de financiamento do Instituto Serrapilheira.

Nesse escopo, a criação do Observatório Mulheres, idealizado pela nossa reitora, com forte preocupação com a pesquisa, insere-se harmonicamente, no conjunto de políticas que a gestão tem buscado (a Profa. Bia foi reeleita), e ao mesmo tempo de modo combativo, em um ambiente que é marcado pelo machismo, pela misoginia, pelo preconceito de gênero, mesmo que muitos e muitas de nós refutemos e repudiemos esses comportamentos.

O Observatório Mulheres está estruturado em eixos de atuação: a) arte e cultura; b) direitos humanos e gênero; (equidade e interseccionalidade; c) Eixo Direitos Humanos e questões de gênero na universidade; d) Eixo Maternidade e Ciência e) Eixo Mulheres e Meninas na Ciência; e) Eixo Mulheres indígenas e Interseccionalidade; f) Eixo Mulheridades atípicas e formas de acessibilidade.

Dos modelos existentes, o antigo Escritório USP-Mulheres é o que mais atende as expectativas da UFSCar: <http://uspmulheres.usp.br/>. Na atual gestão da USP, o escritório, foi desfeito como unidade autônoma e incorporado pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, tendo descaracterizado totalmente, o que significou um profundo retrocesso. Hoje, na PRIP, ele é apenas parte de uma coordenadoria. Sabemos o quanto, sem reduzirmos a essencialismos a questão, o lugar de fala é crucial para promoção de avanços. Ter uma mulher à frente de uma instância institucional que trata de gênero é, pois, condição necessária.

A avaliação da experiência da USP no desfazimento de seu escritório enfraquece a ideia de mantermos o Observatório Mulheres-UFSCar em qualquer unidade que não seja a reitoria.

Igualmente, essa constatação é importante porque reforça a preocupação sobre o que aconteceria se colocássemos o Observatório dentro da SAADE. O Projeto do Observatório é amplo e repleto de transversalidades, é maior que a pesquisa, embora parta dela, tenha nela a sua pedra angular. É, para usar uma metáfora, um anel viário, com vias que se cruzam, ora se sobrepõem e ora correm paralelamente. A via principal é o fortalecimento das mulheres na pesquisa, de sua participação, acesso e reconhecimento. Uma vez que pesquisa, extensão e ensino são indissociáveis, os efeitos da pesquisa como “via principal” certamente provocarão um impacto positivo nos outros dois aspectos do tripé.

No que tange à violência, a atuação do Observatório será fundamental para somar forças às ações já existentes. Busca-se assim fomentar a articulação de redes de pesquisas já atuantes na universidade, ações e enfrentamento das questões relativas às disparidades de gênero, bem como ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, ampliando o diálogo entre pautas comuns, como maternidade e assimetria no mercado de trabalho e vida acadêmica, preconceito e discriminação na pesquisa, maternidade e ciência, entre outros. Para tal atividades de extensão como cursos, oficinas, workshops, eventos serão fundamentais. A UFSCar, diante da proposta do Observatório tem potencial para ser modelo para outras instituições.

Pretende-se ainda o estabelecimento de parcerias/ convênios com a Defensoria Pública do Município, com as Promotoras Legais Populares, com a OAB e com a Faculdade de Direito da USP de Ribeirão Preto para palestras, oficinas e formação de quadros que possam multiplicar as ações de combate à violência contra a mulher na UFSCar, a depender da observância das exigências institucionais para acordos e convênios. Esses esforços somar-se-ão a outros, mais gerais, voltados à prevenção de todo tipo de violência, como o lançamento de uma campanha, com material informativo espalhado pelos espaços físicos da universidade (cartazes e folhetos informativos nos banheiros, bibliotecas, laboratórios, entre outros), além da manutenção de um programa na Rádio UFSCar para debates e entrevistas acerca do tema.

A situação das mulheres, nas várias instâncias da vida social, profissional e doméstica, é bastante preocupante, porque perpassada pela violência, real ou simbólica, mesmo considerando alguns avanços, os índices são elevados. Na universidade essa situação não é diferente. Os dados sobre abusos, assédios, estupros, agressões de diversos tipos são assustadores e indicam o quanto a naturalização da violência contra a mulher se perpetua no espaço acadêmico no qual, teoricamente, as relações deveriam se desenvolver de modo equânime, justo e combativo de qualquer forma de preconceito. Mas não só nesse sentido a violência se manifesta.

Considerando-se o racismo estrutural, a homofobia e a transfobia essa violência se expande interseccionalmente, por isso as atividades de formação, cursos, palestras e pesquisas como atribuição do Observatório. Formação esta que se justifica desde a sala de aula, passando por laboratórios e espaços comuns aos cursos de prevenção. É importante enfatizar que essas ações formativas são cruciais para mudanças da cultura do assédio e da violência e para o repúdio absoluto de sua naturalização.

Tais ações ancoradas na pesquisa, extensão e ações culturais também serão expandidas para a comunidade, ou seja, serão extramuros, justificando-se, portanto, o imprescindível papel social da UFSCar em todos os municípios em que atua.

O estabelecimento do Observatório requer infraestrutura. A existência de um espaço a ser frequentado, habitado, vai fortalecer o seu desenvolvimento, a visibilidade e a possibilidade de reuniões, rodas, etc. Para tal temos contado com recursos de emendas parlamentares.

3 O PAPEL DO OBSERVATÓRIO EM “SÍNTESE”

Para concluir, cabe destacar que a identidade visual do Observatório sintetiza e coloca de modo poético e bastante potente a força da ideia. Tomar essa identidade como ponto de partida amplia a compreensão do exposto acima.



Identidade visual- criação:
@gonz.adilson designer

O logotipo para o projeto Mulheres UFSCar foi concebido em um momento notável da história do país. Um momento em que a busca pela representatividade da mulher se mostrou ainda mais necessária.

Com isso, reforçamos as iniciais M. U. e buscamos uma aproximação das formas da bandeira do Brasil.

O desenho é equilibrado e, quando refletido, forma a bandeira nacional como uma representação de igualdade.

A leve referência a cúpula do congresso nacional celebra a democracia.

As cores buscam as raízes e reforçam a conexão da mulher com o ciclo da vida e da natureza.

Que nada negue, nesta universidade o direito à vida das mulheres, à sua força, à sua inteligência, sagacidade, indignação, às suas ideias e pesquisas, que sejam livres para falar, para vestir-se como queiram, para ocupar espaços e transformá-los para o bem comum e para colher os frutos da luta que semeiam, poesia nossa de cada dia. Obrigada!

REFERÊNCIAS

BRITISH COUNCIL. **Marco referencial para a igualdade de gênero em instituições de ensino superior no Brasil**. Mimeo, 2023.

DINIZ, Débora. GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DAVIS, Angela. **Liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatino americano**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2020.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

KILOMBA, GRADA. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Your silence will not protect you**. UK: Silver Press, 2019.

**DESAFIOS DO MONITORAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA TRÍPLICE
FRONTEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DO OBSERVATÓRIO DE GÊNERO E
DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

Cleusa Gomes da Silva

Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Silvia Leticia Matievicz

Instituto Federal do Paraná - IFPR

Regiane Cristina Tonatto

Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Resumo

Este trabalho apresenta e reflete sobre os desafios do monitoramento da violência contra as mulheres na fronteira Brasil-Argentina-Paraguai⁵⁶, realizado em 2024 pelo Observatório de Gênero e Diversidade da América Latina e Caribe da UNILA.

Palavras-chave: Observatório. Gênero. Diversidade. Monitoramento. Fronteira.

⁵⁶ Os dados utilizados para a produção deste texto são resultado do Projeto “Observatório de Gênero e Diversidade na América Latina e Caribe: Mapa/Monitoramento da Violência de Gênero na fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai)”, desenvolvido com apoio da Bolsa de Pesquisa de Mestrado do Itaipu Parquetec, em parceria com a UNILA.

1 INTRODUÇÃO

O Observatório de Gênero e Diversidade na América Latina e Caribe da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), doravante Observatório, foi criado em 2018, como projeto de pesquisa e de extensão, a fim de construir um espaço de articulação e de fomento à pesquisa, ao ensino e à extensão sobre temáticas de Gênero e de Diversidade na América Latina e Caribe. Atualmente, o Observatório é composto por 18 instituições - entre órgãos da sociedade civil e não governamentais, instituições da Rede de Apoio à Mulher e de ensino, reunindo pesquisadoras/es, grupos temáticos e de trabalho, em prol da valorização da equidade de gênero, de raça, de classe e de sexo, etnias e gerações, bem como da viabilização de políticas públicas voltadas a essas temáticas.

Assim, o Observatório tem um papel fundamental na visibilização de mulheres historicamente marginalizadas, entre elas também as que se encontram em privação de liberdade. Por meio da pesquisa e da articulação com a sociedade civil e o poder público, o Observatório fortalece estratégias de enfrentamento das desigualdades e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Uma das produções que se destaca nesse contexto é a tese de doutorado de Regiane Cristina Tonatto, defendida em 2021, que investiga as condições das mulheres em privação de liberdade na região de fronteira. Além disso, outras pesquisas vinculadas ao Observatório abordam a violência institucional, a trajetória de luta dos movimentos feministas na região e as iniciativas para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção e promoção dos direitos das mulheres.

Uma importante ação do Observatório é a construção de um Mapa da Violência de Gênero na Fronteira, compilando dados sobre a violência de gênero primeiramente em Foz do Iguaçu e, como segunda etapa, em Ciudad del Este e Puerto Iguazú. A construção deste Mapa, a exemplo de outros relatórios de violência – como o elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – visa fomentar políticas públicas sobre o tema. A relevância desta pesquisa reside na necessidade crítica de compreender a extensão e natureza da violência de gênero, em prol do desenvolvimento de estratégias mais eficazes para combater este problema alarmante, proporcionando uma base sólida para intervenções e aprimoramento dos esforços já existentes.

Para realizar esta tarefa, contamos com a parceria de órgãos e instituições que compõem a Rede Municipal de Proteção à Mulher de Foz do Iguaçu (Rede). A coleta sistemática e padronizada de dados nos registros destas instituições garantem confiabilidade e profundidade dos dados, para que possamos compreender a extensão e a natureza da violência de gênero.

Dentre os dados levantados no primeiro relatório (Fuentes, 2024), destacamos o aumento de mais de 300% nas denúncias de violência doméstica entre 2013 e 2023, com acentuada elevação no último ano. Isso pode significar tanto um aumento real de violência, quanto uma maior disposição das vítimas para realizarem a denúncia, tendo em vista a maior conscientização promovida pelas campanhas de diversas entidades do país todo. Outros destaques importantes do levantamento são: a) o fato de que há um pico de ocorrência das violências nos meses de dezembro e janeiro; b) que os dias da semana mais propícios são as sextas e os sábados; e c) os períodos mais frequentes são o meio da manhã (10h) e o início da noite (entre 19h e 21h). A

violência física e a verbal, especialmente quando combinadas, são os tipos de violências mais denunciadas pelas mulheres.

O levantamento e análise desses e de outros dados que compõem o Mapa permitiu identificar alguns padrões de ocorrência, desafios operacionais e lacunas importantes no sistema de atendimento às vítimas, evidenciando a necessidade de ações coordenadas e de uma infraestrutura robusta e padronizada para registro e compartilhamento de informações.

Esse importante trabalho de mapeamento, no entanto, encontrou muitas dificuldades. Não há integração dos dados entre as entidades e muitas informações relevantes para a compreensão do fenômeno da violência de gênero e de sua complexidade sequer são coletadas, como a raça/etnia das vítimas ou sua orientação sexual, por exemplo. Nem mesmo dados sobre a escolaridade são registrados sistematicamente na maior parte das entidades envolvidas no mapeamento. Isso é problemático porque limita as intervenções que não podem ser fundamentadas nas especificidades locais, além de criar ambiente propício à revitimização⁵⁷ (Santos, 2010).

Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho é apresentar e refletir sobre alguns desafios do monitoramento da violência no contexto da fronteira realizado pelo Observatório de Gênero e Diversidade na América Latina e Caribe da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

2 O DESAFIO DE MAPEAR AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO DA FRONTEIRA

Sendo a violência contra a mulher uma grave violação de direitos humanos, com consequências de longo prazo tanto para o desenvolvimento de sociedades e países, como para o bem-estar, saúde, segurança, independência econômica e formação educacional das mulheres (Organização das Nações Unidas, 2006), a sua compreensão é fundamental para informar políticas públicas.

Dados gerais para comprovar e dimensionar este tipo de violência no Brasil não faltam. Anualmente, o Fórum Nacional de Segurança Pública⁵⁸, por exemplo, lança o “Atlas da Violência”, documento que reúne informações sobre vários tipos de violências ocorridas no território nacional, a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), ambos do Ministério da Saúde.

Destaca-se o fato de que, de acordo com sua última publicação, todas as formas de violência contra a mulher aumentaram (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Foram registrados 1467 feminicídios e 540.255 medidas protetivas de urgência foram concedidas no país no ano de 2023 - um aumento de 0,8% e 26,7% respectivamente. O estado do Paraná, por sua vez, registrou

⁵⁷ Esse termo tem vasta presença na literatura para tratar de um tipo de violência institucional contra crianças. Entretanto, entendemos que as mulheres também podem sofrer revitimização, a exemplo do caso Mariana Ferrer, que inclusive gerou a Lei 14.443, de 2 de setembro de 2022. Sob essa perspectiva, entendemos revitimização institucional como o “processo de ampliação do trauma vivido pela vítima de violência, em função de procedimentos inadequados realizados sobretudo nas instituições oficiais, durante o atendimento da violência notificada” (Santos, 2010, p. 47).

⁵⁸ De acordo com o site da entidade, o Fórum é uma “organização não-governamental, apartidária e sem fins lucrativos cujo objetivo é construir um ambiente de referência na área da segurança pública. Integrado por policiais, gestores públicos, pesquisadores, ativistas e operadores do sistema de justiça, o FBSP contribui para a transparência de informações sobre violência e na prospecção de políticas de segurança[...].”

81 feminicídios em 2023, de acordo com o documento. Em Foz do Iguaçu, de janeiro a dezembro de 2023, foram 6.953 as ocorrências criminais de violência cujas vítimas são mulheres e, em 2024, foram registradas 7.342 ocorrências de violência de gênero, conforme dados do Centro de Análise, Planejamento e Estatística da Secretaria Estadual da Segurança Pública (Cape, 2025, p. 3).

Contudo, tanto essas publicações, quanto os dados obtidos pelo Observatório por meio das várias entidades parceiras, não dão conta do registro de algumas nuances importantes do fenômeno. Em muitos casos, não há caracterização detalhada e sistematizada sobre as vítimas, por exemplo. Por esta razão, um dos objetivos do Mapa é responder a perguntas como: Quem são as vítimas da fronteira? Qual a sua cor/etnia? Qual a sua orientação sexual? Qual sua classe social? Qual sua idade? Quantas vezes a mesma vítima já sofreu violência? As vítimas de feminicídio já haviam feito boletim de ocorrência antes de perderem a vida? De acordo com o site da entidade, o Fórum é uma “organização não-governamental, apartidária e sem fins lucrativos cujo objetivo é construir um ambiente de referência na área da segurança pública. Integrado por policiais, gestores públicos, pesquisadores, ativistas e operadores do sistema de justiça, o FBSP contribui para a transparência de informações sobre violência e na prospecção de políticas de segurança [...]”. Essas e outras questões são importantes para compreender o fenômeno local, caracterizando, sobretudo, a vulnerabilidade das vítimas, a fim de orientar os órgãos governamentais regionais na construção de políticas públicas tanto de combate, quanto de prevenção à violência, levando em conta seu perfil.

Nosso levantamento já mostrou, por exemplo, que em sua maioria, as vítimas têm entre 19 e 45 anos e são donas de casa, desempregadas ou autônomas. Quando trabalham fora, ocupam cargos de baixa qualificação profissional, como autônomas, diaristas ou auxiliares de limpeza e de serviços gerais. Isso pode indicar que a dependência e/ou a vulnerabilidade econômica são fatores de risco para a mulher. A maioria das que declararam sua cor identifica-se como branca, seguidas das que se disseram pardas ou pretas. Elas quase sempre têm baixa escolaridade - ensino médio incompleto ou menos e companheiros ou ex-companheiros tendem a ser os principais agressores, chegando a 72% dos casos atendidos pelo Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM) em 2023 (CRAM, 2023).

Apesar da disponibilidade desses e de outros dados, há uma série de limitações na coleta das informações, bem como na articulação entre as entidades da Rede, o que dificulta ou até mesmo impossibilita traçar um perfil detalhado das vítimas e entender o fenômeno profunda e longitudinalmente. No CRAM, por exemplo, até 2019, as fichas de atendimento eram preenchidas à mão. O acesso aos dados foi feito manualmente, ficha a ficha, num trabalho que pode ser comparado a um “garimpo”, visto seu volume e também porque parte considerável das fichas estava incompleta, tornando uma raridade a disponibilidade de alguns tipos de dados. Embora houvesse espaço no documento, por exemplo, para que a mulher pudesse autodeclarar sua cor e etnia, a menor parte delas estava preenchida com essa informação, assim como outras relevantes como escolaridade e profissão. Além disso, sequer havia espaço para questões relativas à orientação sexual.

É importante destacar que o preenchimento de fichas de cadastramento e identificação torna-se secundário no momento do atendimento, que é sempre uma situação delicada para a vítima. Afinal, nenhuma mulher procura esse tipo de serviço público se não considerar que está em risco. Entendemos, portanto, que a coleta de informações detalhadas sobre ela e sua situação

socioeconômica não é prioridade, mas atender às necessidades mais imediatas da vítima, sim. Inclusive, porque o excesso de questionamentos pode gerar a revitimização.

De acordo com a alteração feita em 2022 na Lei nº 13.869/2019 (Brasil, 2019), quando um agente público submete uma vítima de infração ou testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos “que as levem a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência ou outras situações potencialmente geradoras de estigmatização e sofrimento” é considerado abuso de autoridade, caracterizando uma das facetas da violência institucional. Contudo, a ausência de informações e/ou a coleta de certos dados não sistematizadas e não articuladas com outros órgãos impossibilitam, por exemplo, campanhas de prevenção, não só porque os grupos mais vulneráveis não são identificados, mas porque, inclusive, evitam a revitimização.

Nesse sentido, um dos maiores desafios para caracterizar as vítimas da violência contra a mulher na fronteira reside, sobretudo, na ausência de dados disponíveis, seja porque não são coletados, seja porque não são sistematizados, seja porque não há articulação entre os bancos de dados das instituições, assunto que trataremos com mais atenção na próxima seção.

3 O DESAFIO DA FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS DADOS DA REDE

Considerando a forma como a Rede de Atendimento à Violência Contra a Mulher de Foz do Iguaçu se articula atualmente, não apenas traçar o perfil das vítimas tem sido difícil no município. Fazer um Mapa da violência focado na descrição situada e específica da violência contra a mulher requer cruzamento de informações. Para que se saibam os riscos reais que uma determinada parcela da população feminina corre, como as populações negra e LGBTQIAPN+⁵⁹, por exemplo, é preciso ter uma noção precisa do número de ocorrências relacionadas a cada uma delas e dos tipos mais comuns de violências, para contrapor essas informações tanto com dados socioeconômicos do grupo, como com os de outros. Esse cruzamento é mais um dos desafios que encontramos, devido à falta de articulação entre os entes da Rede.

Em extenso trabalho que mapeou as entidades municipais (públicas e privadas) que se articulam para formar a Rede, Mello (2019) identificou os atores que nela dialogam e sua estrutura interorganizacional em nível municipal. Na tabela abaixo, elaborada pela autora, verifica-se que o município conta com 15 instituições, as quais ela subdivide em “especializadas” e “não especializadas” no atendimento à mulher em situação de violência.

Tabela 1: Equipamentos da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no município de Foz do Iguaçu - PR

Rede de Atendimento Especializado	Rede de Atendimento Não-Especializado
☐ Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Rejane Marisa Dal Bo	☐ Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
☐ Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e 6ª Subdivisão Policial (ambas vinculadas à Polícia Civil)	☐ Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
☐ Juizado de Violência Doméstica	☐ Unidades Básicas de Saúde (28 existentes no município)
☐ Ministério Público – 14ª Promotoria de Justiça	☐ Unidades de Pronto Atendimento – UPA (duas existentes no município)
☐ Defensoria Pública do Estado do Paraná	☐ Hospital Municipal Padre Germano Lauck
☐ Casa Abrigo para Mulheres	☐ 14ª Batalhão da Polícia Militar
☐ Patrulha Maria da Penha (vinculada à Guarda Municipal)	☐ Delegacia da Polícia Federal
☐ Hospital Ministro Costa Cavalcanti	

Fonte: Mello (2019, p. 27).

⁵⁹ A sigla LGBTQIAPN+ representa a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, incluindo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não binários, além de outras identidades representadas pelo sinal “+”. Esta sigla tem evoluído ao longo do tempo para ser mais inclusiva e reconhecer a pluralidade das vivências dentro da comunidade.

As instituições especializadas, como a Delegacia da Mulher (DM) e o CRAM, trabalham especificamente com questões relativas à violência contra a mulher. Já as não especializadas atendem também outras questões, muito variadas.

Segundo Mello (op. cit.), essas instituições fazem parte do que pode ser chamado de redes de cooperação interorganizacionais, por terem caráter interinstitucional. A autora explica que essas redes podem se estruturar de diversas formas, dando atendimento variado e multifacetado à mulher, mas também podem enfraquecer a luta que as une pelo mesmo motivo. O CRAM, por exemplo, tem o objetivo de prestar atendimento interdisciplinar para mulheres que vivenciaram quaisquer tipos de violências e suas atividades abrangem, segundo a legislação que orienta sua atuação, ações variadas como: “aconselhamento em momento de crise; atendimento psicossocial; aconselhamento e atendimento jurídico; atividades de prevenção; qualificação de profissionais; articulação da rede de atendimento local; e levantamento de dados locais sobre a situação de violência contra a mulher.” (Brasil, 2006). Entretanto, Mello (op.cit.) revela que, no que tange à articulação com outros atendimentos locais e ao levantamento de dados sobre a violência, o diálogo entre os equipamentos, - ou seja, entre as instituições e órgãos que compõem a Rede - é um grande desafio a ser enfrentado.

Do mesmo modo, para o trabalho de mapeamento da violência contra a mulher na região da tríplex fronteira desenvolvido pelo Observatório, a ausência de histórico de informatização dos dados, no caso do CRAM, e de articulação entre os dados coletados por cada uma das entidades tem sido uma grande dificuldade.

Com base no levantamento feito por uma de nossas pesquisadoras (Fuentes, 2024), dentre os problemas identificados, vale destacar alguns. A impossibilidade de acessar o CPF das pessoas devido às restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - isso quando o CPF é coletado nas fichas -, impede o cruzamento de dados. Para a Rede, esse cruzamento possibilitaria, por exemplo, saber se uma mulher que está sendo atendida com sinais de violência em uma unidade de saúde tem Medida Protetiva de Urgência. Para o mapeamento, esse tipo de dado seria útil para entendermos o comportamento da vítima frente aos abusos. Ajudaria-nos a responder perguntas como: a que ponto a violência física precisa chegar para a mulher procurar ajuda?

Também não há padronização na coleta de dados entre as instituições, tampouco um cadastramento único, comprometendo a consistência, monitoria e, novamente, o cruzamento de informações. Nesse sentido, por exemplo, se a Delegacia da Mulher tivesse acesso aos registros de atendimento do CRAM, ou vice-versa, haveria compartilhamento não apenas dos dados cadastrais da vítima, mas também de um possível histórico de violência, tendo posse de detalhes que, inclusive, talvez a mulher nem se lembre em momento posterior. O Mapa, por sua vez, ganharia em riqueza de informações.

Cabe aqui, mais uma vez, ressaltar que a revitimização poderia ser evitada caso houvesse, assim como sugeriu Mello (2019), um equipamento centralizador da Rede, o qual tivesse um banco de dados informatizado e interligado.

4 O DESAFIO DAS MULHERES E PESSOAS LGBTQIAPN+ NO ENCARCERAMENTO FRONTEIRIÇO

A situação das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ encarceradas na região de fronteira em Foz do Iguaçu apresenta uma complexidade singular que emerge das dinâmicas históricas, culturais e sociais que caracterizam este território. Esta região, marcada pela confluência de três países — Brasil, Paraguai e Argentina —, reflete não apenas as assimetrias e simetrias conjunturais de um espaço de trânsito e tensões, mas também a reprodução de desigualdades estruturais que permeiam o ambiente carcerário.

No contexto do encarceramento, a privação não se limita ao direito de ir e vir, mas também inclui a perda de acesso à cultura, às tradições e aos vínculos afetivos. Muitas mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ se veem afastadas de suas famílias e desprovidas de suporte emocional ou social efetivo. O estudo realizado por Tonatto (2021) ajuda a analisar essa dimensão, ao enfatizar que a experiência da alteridade, para que se concretize, necessita de elementos como vulnerabilidade, presença, acolhimento e escuta sensível. Esses elementos estão frequentemente ausentes nas práticas institucionais direcionadas às encarceradas. A privação de liberdade acentua a distância não apenas geográfica, mas também emocional, ao impedir ou dificultar o convívio com familiares, uma realidade agravada na fronteira, onde barreiras linguísticas, culturais e burocráticas se impõem.

Estatísticas apontam que as mulheres representam uma parcela considerável da população migrante na Tríplice Fronteira. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2020 da United Nations Development Programme (UNDP, 2020), a desigualdade de gênero é particularmente acentuada nessas áreas. A vulnerabilidade econômica aprofunda a exclusão social e expõe as mulheres a diversos riscos, incluindo exploração sexual, tráfico humano e aliciamento para o crime.

Um estudo realizado por Oliveira e Campos (2017) sobre a população de mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil mostra que 62% das encarceradas estão envolvidas em crimes relacionados ao tráfico de drogas, sendo que uma parcela significativa dessas prisões ocorre em regiões de fronteira. A pesquisa destaca que muitas dessas mulheres são imigrantes ou pertencem a grupos vulneráveis, o que reforça o impacto das desigualdades estruturais.

Michel Foucault (1987), em suas reflexões sobre o sistema prisional, evidencia que a prisão não é apenas um local de punição, mas um mecanismo que produz e reproduz desigualdades sociais, perpetuando a exclusão daquelas que já se encontram em situação de vulnerabilidade. Esta análise reforça a necessidade de questionar as estruturas que sustentam o sistema prisional e buscar alternativas que promovam justiça e equidade.

As restrições afetivas e o isolamento social dessas mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ refletem uma estrutura carcerária que pouco se preocupa em promover espaços de acolhimento e escuta. Como argumenta Tonatto (op. cit.), o reconhecimento da vulnerabilidade e a criação de uma relação de presença são passos essenciais para a promoção da dignidade humana. A situação das pessoas em situação de privação de liberdade na região de fronteira só pode ser compreendida considerando a interseção de múltiplos fatores: a condição de gênero, o contexto cultural fronteiriço, as dinâmicas de poder locais e as limitações institucionais que dificultam a promoção de direitos.

O acompanhamento e monitoramento da violência no encarceramento fronteiriço de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ representam um desafio, especialmente em Foz do Iguaçu, devido à complexidade do contexto transnacional e à dificuldade de acesso a dados, o que compromete a implementação de políticas eficazes para proteger essas populações de abusos dentro do sistema carcerário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência de gênero, que pode resultar em feminicídio, é um dos maiores entraves à paridade participativa. Afinal, ao serem vítimas de violência de qualquer tipo, mulheres lésbicas, transexuais, brancas, negras, indígenas, pobres, de classe média, trabalhadoras, estudantes, idosas, jovens são desencorajadas a pronunciar suas falas e, portanto, a participar em igualdade no espaço público. Logo, o observatório tem um desafio maior, pois estamos em contexto de fronteiras, e pensar a região, que é um fenômeno não somente espacial e histórico, mas uma confrontação cultural, ideológica e econômica em que diferentes sujeitos são constituídos em sua diversidade étnica, racial e cultural (Meneghel, 2022).

Diante desse quadro de violências de gêneros na região, a tarefa do monitoramento encabeçado pelo Observatório se faz urgente e desafiador, há ainda muitas defasagens de articulação das informações entre as instituições que trabalham com as políticas de proteção às mulheres a fim de dar visibilidade ao Mapa da Violência Contra a Mulher e a criação de um espaço de pesquisa permanente de monitoramento em tempo real entre as cidades da fronteira- Foz do Iguaçu - Puerto Iguazú e Ciudad del Leste e que possa ser acessado pela Rede de proteção às mulheres das cidades citadas e pelas universidades e instituições públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019. Define os crimes de abuso de autoridade, estabelece as penas aplicáveis aos seus autores e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 set. 2019. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Norma técnica de uniformização**: centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/norma_tecnica_de_uniformizacao. Acesso em: 26 mar. 2025.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América Latina y el Caribe**: la transformación de la educación como base para el desarrollo sostenible. [s.L]: Cepal, 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48518-panorama-social-america-latina-caribe-2022-la-transformacion-la-educacion-como>. Acesso em: 4 fev. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUENTES, Natália M. **Projeto monitoramento da violência de gênero em Foz do Iguaçu (2013-2023)**. Foz do Iguaçu: Unila, 2024.

MELLO, Rafaela Zago. **Rede de atendimento à mulher em situação de violência em Foz do Iguaçu - PR**: diagnóstico e estratégias de fortalecimento. 2019. 46 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialista em Gestão Pública) – Universidade Federal do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/60552>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Femicídios em municípios de fronteira no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio Grande do Sul, v. 27, n. 2, p. 493-502, fev. 2022. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2022.v27n2/493-502/pt/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

OLIVEIRA, Luciana Boiteux de; CAMPOS, Monica de Toledo. Mulheres e o encarceramento por tráfico de drogas no Brasil. **Caderno de Estudos Sociais e Políticos**, v. 23, n. 1, p. 11-34, 2017.

PARANÁ. Secretaria de Segurança Pública. Centro de Análise, Planejamento e Estatística. **Comparativo de violência contra mulher e violência doméstica cuja vítima é mulher**. Curitiba: CAPE, jan. 2025.

PARANÁ. Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Centro de Referência em atendimento à Mulher em Situação de Violência. **Relatório anual**. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.cedm.pr.gov.br/Pagina/Centro-de-Referencia-e-Atendimento-Mulher-em-Situacao-de-Violencia>. Acesso em: 26 mar. 2025.

SANTOS, C. A. **O enfrentamento da revitimização de crianças vítimas de violência sexual**: o caso da inquirição judicial de crianças. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17396/1/Cristiane%20Andreotti%20Santos.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

TONATTO, Regiane Cristina. **O vento no seu rosto traz histórias para contar**: o acolhimento e a alteridade na privação de liberdade de mulheres encarceradas. 2021. 260 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human development report 2020: the next frontier – human development and the anthropocene**. New York: UNDP, 2020.

UNITED NATIONS. **The secretary-general's in-depth study on violence against women** [S.l.]: UN, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/vaw/SGstudyvaw.htm>. Acesso em: 24 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. **Curso de pós-graduação em gestão pública**. Curitiba, 2019.

**O OBSERVATÓRIO DO PRIMEIRO INCT SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL:
CALEIDOSCÓPIO-INCT/CNPQ**

Maria Margaret Lopes

Karla Maria Bessa

Rebeca Buzzo Feltrin

Lia Gomes Pinto de Sousa

Mirlene Fátima Simões

Adriana Lippi

Humberto Ribeiro de Souza

PAGU-UNICAMP /INCT - Caleidoscópio

Joana Maria Pedro

Morgani Guzzo

**Laboratório de Estudos de Gênero e História – Legh-/IEG/UFSC /INCT -
Caleidoscópio**

Resumo

O artigo apresenta o Observatório Caleidoscópio – UNICAMP/UFSC, inserido no INCT/CNPq – Caleidoscópio (projeto 406771/12-2022-11-2027). Comenta os desafios enfrentados e proposições, para o fortalecimento dos Observatórios de Estudos de Gênero no país.

Palavras-chave: Estudos de Gênero. Observatório Caleidoscópio. INCT-CNPq.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta em uma primeira seção uma caracterização geral do INCT – Caleidoscópio *Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências* (CNPq/MCTI, projeto 406771/12-2022-11-2027), sem qualquer possibilidade de dar conta de todo um conjunto de atividades já desenvolvidas. Isso porque, nos centramos em sua segunda seção, também sem ter o objetivo de uma descrição mais exaustiva, nas principais atividades do Observatório Caleidoscópio – UNICAMP/UFSC, que integra o INCT. Em suas considerações finais o artigo inicia uma discussão sobre alguns desafios enfrentados e algumas reflexões para pensarmos em conjunto novas proposições, visando o fortalecimento dos Observatórios de Estudos de Gênero, no país.

2 O PRIMEIRO INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA VOLTADO PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL.

O INCT – Caleidoscópio *Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências* (CNPq/MCTI, projeto 406771/2022-2027), é coordenado pelas profas. Dras. Viviane de Melo Resende (UnB) e Karla Bessa (Unicamp) assessoradas por um comitê gestor, integrado por seis professoras da UNB, UFCC, UFBA UFSC e UNICAMP. Surgiu de uma iniciativa da Rede Nacional de Estudos e Pesquisas Feministas, Transfeministas, Antirracistas, Interdisciplinares e Decoloniais. O INCT Caleidoscópio é o primeiro Instituto Nacional e Ciência e Tecnologia centrado nos estudos de gênero no Brasil. Como objetivo geral, o INCT visa compreender e enfrentar desigualdades, violências e iniquidades interseccionais, a partir da consolidação de redes emergentes de pesquisas geradoras de tecnologias sociais e tecnologias de comunicação e informação; da construção de incubadoras sociais com foco em pesquisa e transferência de conhecimento, incluindo parcerias com a educação básica; de indicadores levantados e gerados em observatórios sobre violências e vulnerabilidades que atingem mulheres em geral e mulheres na ciência em particular; e do desenvolvimento de uma política de divulgação científica voltada à conscientização de futuras gerações para a importância da atuação de mulheres nas ciências e das ciências para a melhoria das condições de vida de todas as mulheres, fomentando a popularização de experiências exitosas.

Em termos da qualificação do ponto de vista científico, tecnológico e de inovação do projeto submetido ao CNPq, podemos resumir a atuação do INCT em relação a sua abordagem sobre as questões da iniquidade e violências, articulando diagnósticos (produção de indicadores), causalidades (redes de pesquisas e análises sócio-históricas), formação (de quadros de pesquisadoras nos vários níveis da educação média, graduação e pós-graduação), orientação transdisciplinar de recém formadas na perspectiva feminista interseccional (através das incubadoras), disseminação de conteúdo das pesquisas científicas (em redes sociais e entre pares) e ações de enfrentamento a partir da proposição para políticas públicas, gestadas em diálogos entre Universidade, Estado e Movimentos sociais.

As diversas atividades desenvolvidas pelo INCT – Caleidoscópio podem ser acompanhadas no site geral do INCT - <https://caleidoscopio.unb.br/>, nos diversos sites, encontros científicos, artigos produzidos, nas medias sociais, Instagram, YouTube.

Apenas um exemplo de uma dessas iniciativas foi participação de representantes do INCT na 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e na organização nesse fórum, da Conferência Livre INCT Caleidoscópio: Permanência da Discussão sobre Gênero na Ciência (<https://www.youtube.com/watch?v=bCWCn0YnU0E>) e (<https://www.youtube.com/watch?v=JyMjHJ3Fpxs&t=9s>) (<https://www.youtube.com/watch?v=ZWeHILnDV8Q>)

Organizado em coordenações regionais, para cumprir as metas estabelecidas pelo Projeto do INCT, nesses dois primeiros anos de funcionamento, estas atuaram em quatro frentes de trabalhos principais, além de suas atividades de pesquisa e atuação acadêmica. A coordenação Norte/Nordeste e Amazônia Legal centrou suas atividades na estruturação, implantação e desenvolvimento de trabalhos do projeto piloto: Incubadora Social Feminista Antirracista Norte, Nordeste e Amazônia Legal, voltada para a atenção às Mulheres Quilombolas nas Ciências: Políticas de permanência nas universidades e produção de subjetividades (UFCG-UFBA). <https://sites.google.com/view/incubadorasocial?usp=sharing>; <https://sites.google.com/view/incubadorasocial/boletins>.

A coordenação Centro-Oeste, responsável pela coordenação geral, secretaria, política de internacionalização do INCT, além de todo um conjunto de trabalhos, encaminhou todas as articulações internas à UNB para a implantação da sede do INCT, inaugurada no âmbito do I Seminário Internacional do INCT Caleidoscópio: Articulando Redes de 29 a 31 de outubro de 2024, que recebeu cerca de 200 pesquisadoras de 13 universidades brasileiras e quatro internacionais de distintas áreas do conhecimento, para compartilhar pesquisas científicas e pensar estratégias voltadas à promoção da equidade, diversidade e inclusão de gênero e étnico-racial nas ciências. <https://caleidoscopio.unb.br/>.

A vice coordenação do INCT atua no planejamento e execução de políticas de atividades de divulgação das coordenações regionais, voltadas para a sensibilização de futuras gerações para a importância da inserção e atuação de mulheres nas ciências, para a melhoria das condições de vida de todas as mulheres, sobretudo quilombolas, negras, transexuais e indígenas. A política de divulgação visa enfatizar estudos de casos sobre trajetórias de profissionalização de mulheres, nas diversas áreas científicas, e as pesquisas em escolas públicas de ensino médio, indígenas e quilombolas, e sobre as principais dificuldades sentidas pelas estudantes para continuarem seus estudos.

A coordenação Sul-Sudeste, além de outras atividades, como desenvolvimento de projeto piloto com alunas do ensino médio para idealização da proposta de incubadora do Sul-Sudeste, centrou seus esforços na concepção, produção, implementação e alimentação do Observatório Caleidoscópio como apresentado a seguir.

3 SITE E ATIVIDADES DO OBSERVATÓRIO CALEIDOSCÓPIO-UNICAMP/ INCT –COORDENAÇÃO SUL SUDESTE.

O Observatório Caleidoscópico - UNICAMP do INCT, integrado pela UnB, UFPB, UFBA e UFSC foi concebido para atuar como um repositório de âmbito nacional do projeto do INCT: <https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/>. Estrutura-se nas coordenações - Sul/Sudeste; Norte/Nordeste e Amazônia Legal e Centro-Oeste, oferecendo-lhes autonomia temática e analítica, dentro das Metas e Princípios do INCT-Caleidoscópico. Visa produzir uma visão de conjunto das pesquisas e atividades realizadas em âmbito nacional, evidenciando as especificidades locais e regionais.

O Observatório considera as desigualdades sociais, raciais e violências de gênero e sexualidade para a produção e interseccionalidade de diferentes tipos de indicadores, com vistas a produzir um histórico da inserção de mulheres nas ciências nos últimos 10 anos.

Busca mapear iniciativas exitosas de enfrentamento das violências de gênero nas universidades e institutos, incluindo vínculos entre trajetórias exemplares de mulheres cientistas e políticas públicas. O objetivo principal é que o site do Observatório se constitua em um repositório de nossas pesquisas, práticas e iniciativas, e que se torne um - entre outros - referencial para as pesquisas sobre as relações de gênero no país, pela divulgação das atividades do INCT, produções, pesquisas e debates, assim como das produções de pesquisadoras colaboradoras, instituições parceiras, e interessadas nos estudos de gênero no país e em nível internacional.

A coordenação Sul-Sudeste encarregou-se da concepção do site, de sua estruturação e funcionamento, nesses primeiros anos, instalado em domínio da UNICAMP em função das condições tecnológicas possibilitadas pelo Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero e pela UNICAMP.

No primeiro ano, enquanto se estabeleceram as negociações para o acolhimento do site no domínio da UNICAMP, foi estruturado um site provisório do Observatório, que constituiu a base para a formatação atual do site <https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/>. O site atual apresenta as pesquisas e as atividades desenvolvidas pelas coordenações e pelas equipes envolvidas. Além disso estão disponibilizadas informações sobre os equipamentos antiviolação criados pelas universidades, publicações, podcasts, indicadores e trajetórias, além de notícias (a coordenação Sul-Sudeste está com as informações atualizadas, enquanto as demais estão iniciando a implantação de suas atividades e deverão em breve registrá-las no site).

Para as atividades do Observatório, no Sul-Sudeste optamos por nos organizar em três nucleações temáticas, e não por estados integrantes das regiões, para maior intercâmbio de nossas pesquisas e fortalecimento de políticas de transferência de conhecimentos, inclusive entre pesquisadoras mais experientes e aquelas em início de carreira, como proposto nos objetivos do INCT.

A Nucleação 1 do Observatório tem se dedicado a produzir e analisar indicadores interseccionais sobre a participação e trajetória das mulheres nas ciências no Brasil, visando à identificação de obstáculos e oportunidades de ingresso e desenvolvimento das carreiras profissionais de mulheres; a Nucleação 2 tem trabalhado no mapeamento e análise de equipamentos de

enfrentamento às violências de gênero, assédio nas Instituições de Ensino Superior (IES); a Nucleação 3, é responsável pela divulgação das pesquisas e atividades desenvolvidas, integrada às atividades gerais de divulgação do Observatório, acima mencionadas. Evidentemente esta subdivisão em nucleações não é excludente e são várias as pesquisadoras parceiras que participam das atividades conjuntas.

Contamos atualmente com uma lista de emails com 73 parceiras da Coordenação Sul-Sudeste (36 registradas na Nucleação 1; 27 na Nucleação 2; 10 na Nucleação 3), oriundas das IES dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, e uma pesquisadora argentina (CONICET). Destas, 33 foram formalizadas como pesquisadoras vinculadas ao INCT, recebendo Atestado de Participação após enviarem o Termo de Adesão assinado. Todas nós à exceção das bolsistas, atuamos voluntariamente no Observatório, para além do conjunto de nossas atribuições profissionais.

Além de publicações, participações em eventos, começaram a ser publicadas no site do Observatório 'pílulas' sobre as trajetórias de mulheres mais ou menos invisibilizadas pela historiografia e sobre indicadores da participação de mulheres em carreiras científicas, resultados das pesquisas que estão sendo desenvolvidas. Foram realizadas entrevistas, podcasts com pesquisadoras nacionais e internacionais, a exemplo de Esmorie Miller, professora de Criminologia com foco na intersecção raça, juventude, gênero e exclusão na Universidade de Lancaster, Inglaterra; de Ana Maria Franchi presidente do CONICET, Argentina (12/2019 a 12/2023); de Rosaly Lopes, Vice-diretora da Diretoria de Ciências Planetárias do Jet Propulsion Laboratory (JPL) da NASA.

Destacamos a seguir algumas das principais atividades realizadas nesses dois primeiros anos de estruturação do Observatório.

Mapeamento das ouvidorias e ou instâncias responsáveis por ações de Direitos Humanos, diversidade, gênero nas IES públicas da região Sul-Sudeste. Disponível em: <https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/equipamentos-antiviolenca-de-genero/>. Projeto em constante expansão, iniciou-se já em 2023, com a elaboração de formulário https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScIIYX2vwH7wDTPMoqdmI3mI_gj1ZC-DVbcMWOuyQRxft_7NA/viewform, disponível para colaborações. O mapeamento visa tornar disponível para IES e pesquisadores os diversos modelos de objetivos, estrutura, abrangência e funcionamento, para o incentivo à implantação, pesquisa e colaboração para a ampliação desses equipamentos, agora regulamentados por lei federal.

Atividade de Extensão – 1º Seminário de Pesquisa do Observatório Sul Sudeste do INCT Caleidoscópio – idealizado como principal veículo de trocas coletivas, os seminários de pesquisas mensais passaram a ser oferecidos como Curso de Extensão (carga horária: 30), coordenado pelo Pagu/Unicamp e Legh/UFSC. Agregando novas colaboradoras, os temas tratados incluíram a apresentação de pesquisas sobre a participação das mulheres em áreas como a Biologia, Oceanografia, Ciências dos Solos, Estudos Radiofônicos, Direitos Humanos, assédio moral e sexual e mecanismo para enfrentamento da violência em diversas IES, impacto da pandemia para mães quilombolas e indígenas na Educação do Campo, entre vários outros. A atividade de extensão será novamente oferecida em 2025, em sua 2ª versão e está em andamento a publicação das pesquisas apresentadas em revista acadêmica.

Adaptação e reprogramação do software de Análise Interseccional de Perfil (AIP.) (Feltrin et al., 2021). O software original, foi reprogramado para a linguagem Web (Phyton) com o objetivo de possibilitar a operacionalização de análises interseccionais, de milhares de dados desagregados (como a base, Painel de Fomento em Ciência, tecnologia e inovação” do CNPq) através de análises de frequência de perfis, com combinação ilimitada de variáveis, complexificando o debate interseccional e possibilitando a compreensão dos arranjos/configurações que provocam situações de exclusão em determinados contextos das políticas científicas e tecnológicas em termos de raça, etnia, gênero, regionalidades, classes sociais

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas apresentadas no Observatório têm evidenciado que mesmo com a importante e crescente atenção das IES às situações de violências étnicas, raciais de gênero, essas situações ainda ocorrem cotidianamente e ainda são imensas as dificuldades de seu enfrentamento. Nossas pesquisas iniciais também ainda continuam tornando visíveis as dificuldades das carreiras científicas das mulheres (os dados das agências de fomento são binários) sejam brancas, pretas e pardas, indígenas, evidentemente com suas diferenças específicas e discriminatórias, sendo que as maiores chances de pessoas pretas, pardas e indígenas ascenderam nas carreiras continuam no Sudeste.

Em termos práticos esses dois anos têm sido desafiadores particularmente pelo número reduzido de bolsistas com que contamos em todos os níveis, as dificuldades burocráticas e de obtenção de financiamentos maiores ou menores em cada Universidade das oito coordenadoras voluntárias do projeto, para implantação e alimentação do site do Observatório.

Para concluir, relembramos que os INCTs/CNPq têm por objetivo maior institucionalizar efetivamente áreas de conhecimento. Nesse sentido diferem dos projetos de pesquisa, por sua maior envergadura e propostas, que incluindo até mesmo a construção e ou adaptação de espaços físicos, têm o objetivo de se inserirem efetivamente nas Universidades que os abriga. Como o INCT Caleidoscópio é o primeiro dedicado às pesquisas sobre relações de gênero, nossa responsabilidade é grande.

O Observatório diferentemente das medias sociais de maior agilidade, quer se constituir em redes com outros observatórios, como um espaço de articulação de pesquisadoras, estudantes, interessadas, redes nacionais e internacionais, como um repositório de nossos avanços históricos e contemporâneos, inclusive para a formação de gerações futuras. Quer contribuir para a efetiva maior institucionalização dos estudos de gênero no país, em nossas universidades, nas agências de fomento, nas políticas públicas e esse é, portanto, o nosso maior desafio. Desafio, que necessariamente tem que ser um projeto coletivo e solidário. Para tanto essa iniciativa de articulação dos observatórios existentes é fundamental.

Não poderíamos deixar de mencionar e agradecer a todas as pesquisadoras que têm participado de forma voluntária do Observatório. Nossos agradecimentos especiais à Rebeca Feltrim, Lia Gomes Pinto de Sousa, Morgani Guzzo, Mirlene Simões e Adriana Lippi, cujas pesquisas e atividades foram fundamentais para a elaboração desse artigo.

REFERÊNCIAS

FELTRIN, Rebeca B.; BESSA, Karla M.; LOPES, Maria Margaret. Desigualdade de gênero na ciência brasileira: uma análise interseccional da distribuição das bolsas de pesquisa do CNPq (2005-2023). **Trilhas da História**, v. 13, p. 156-173, 2024. Disponível em: <https://mailchi.mp/Of4bda81a-dc6/boletim-inct-caleidoscpio-edio1-13835887>. Acesso em: 27 jan. 2025

FELTRIN, Rebeca B.; BESSA, Karla; LOPES, Maria Margaret. Observatório Sul-Sudeste de desigualdades, iniquidades e violências de gênero nas universidades: uma primeira análise do monitoramento realizado em 2023. **Boletim Caleidoscópico**, Brasília, p. 1-10, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/edicao/boletim-001/perfil-interseccional-das-pesquisadoras-e-pesquisadores-seniores-do-pais-uma-analise-a-partir-da-distribuicao-das-bolsas-de-productividade-em-ciencias-humanas-do-cnpq-2022/>. Acesso em: 27 jan. 2025

FELTRIN, Rebeca B; VELHO, Lea Velho e SANTOS, Ferreira dos Santos. O papel do Ciência Sem Fronteiras na inclusão social: análise interseccional do perfil dos beneficiários do programa na Unicamp. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/PGL9Y7s635vLs3t79GtjBkG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PEDRO, Joana M.; SILVA, Janine G. da; Guzzo, Morgani. Apresentação do Dossiê. Conexões feministas: ensino de história, violências de gênero e mulheres na ciência. **Trilhas da História**, Três Histórias, v. 13, n. 27, p.11-16. Edição especial. Disponível em <https://doi.org/10.55028/th.v13i27.22496>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; LOPES, Maria Margaret; BESSA, Karla M. Genealogia intelectual de mulheres: indicadores e trajetórias nas ciências biológicas no Brasil a partir dos anos 1950. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 20, n. 38, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/19142>. Acesso em: 27 jan. 2025.